Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Faculdade de Comunicação Social

Igor Otávio Lacerda Sant'Ana

Cidade sitiada, sentidos militarizados:
a intervenção militar no Rio de Janeiro pelas páginas do O Globo

Rio de Janeiro
2020

Igor Otávio Lacerda Sant'Ana

Cidade sitiada, sentidos militarizados: a intervenção militar no Rio de Janeiro pelas páginas do O Globo

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação Social.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ferreira Freitas

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

B557 Lacerda, Igor.
Cidade sitiada, sentidos militarizados: a intervenção militar no Rio de Janeiro pelas páginas do O Globo / Igor Lacerda. – 2020.
126 f.

Orientador: Ricardo Ferreira Freitas.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social.

1. Comunicação Social– Teses. 2. Intervenção (Governo federal) – Rio de Janeiro – Teses. 3. Militares– Teses. I. Freitas, Ricardo Ferreira. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação Social. III. Título.

es CDU 316.77(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Igor Otávio Lacerda Sant'Ana

Cidade sitiada, sentidos militarizados: a intervenção militar no Rio de Janeiro pelas páginas do O Globo

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação Social.

Aprovada em 06 de fevereiro de 2020.

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Ricardo Ferreira Freitas (Orientador)

Faculdade de Comunicação Social - UERJ

_____

Prof.ª Dra. Leticia Cantarela Matheus

Faculdade de Comunicação Social - UERJ

_____

Prof. Dr. Kleber Santos de Mendonça

Faculdade de Comunicação Social - UFF

Rio de Janeiro

2020

AGRADECIMENTOS

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, centro de estudo de excelência, por me ensinar o significado de pluralidade. Sua diversidade de pessoas e pensamentos me inspira. Que essa casa seja sempre assim: pública, gratuita, de qualidade e acessível a todos/as.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo financiamento da pesquisa. À FAPERJ pela concessão da “Bolsa Nota 10”.

Ao meu orientador, professor Ricardo Ferreira Freitas, por compartilhar seu conhecimento comigo, pelas horas de orientação e pela leitura crítica deste trabalho, sempre feita com carinho e prezando pela liberdade. Sua generosidade e sabedoria foram fundamentais para a boa concepção desta dissertação.

Aos professores Kleber Santos de Mendonça e Leticia Cantarela Matheus, membros da banca, pelas contribuições que fizeram a este trabalho. O olhar crítico de vocês foi essencial para esta pesquisa.

À minha mãe, Lucimar Vieira Lacerda, minha melhor amiga, por ter confiado nos meus planos e revigorado as minhas forças nos momentos mais difíceis.

À minha avó, Ana Lúcia Vieira Lacerda, por me amar e me apoiar incondicionalmente. Ao meu avô, Celso Lopes Lacerda (em memória), por ter sonhado junto comigo, sempre renovando as minhas esperanças. Agradeço aos dois por terem cuidado de mim com tanto carinho.

Ao meu companheiro, Carlos Eduardo Abbud Hanna Roque, por caminhar junto comigo, me ensinando diariamente o significado de união e comprometimento. Sem seu apoio, amizade e amor, essa caminhada seria muito mais árdua.

Aos amigos que o mestrado me deu, Érica Fortuna, Andressa Cabral e Victor Belart. Não sei o que seria de mim sem as histórias, as experiências e os dramas que compartilhamos. Impossível imaginar essa vida de mestrando sem o apoio e a paciência de vocês.

RESUMO

LACERDA, Igor. *Cidade sitiada, sentidos militarizados: a intervenção militar no Rio de Janeiro pelas páginas do O Globo*. 2020. 126 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

O objetivo desta dissertação é identificar nas reportagens de O Globo os legados que foram deixados pelos megaeventos à segurança pública do estado do Rio de Janeiro. O foco central é a intervenção militar, considerada como o legado mais evidente da área, uma vez que os gastos com os eventos internacionais levaram a uma crise econômica que impactou negativamente no trabalho da polícia e, consequentemente, aumentou a sensação de medo em turistas e cariocas. Este estudo parte da premissa que os casos de violência foram narrados pelo jornal de forma cíclica, servindo para a geração de medo e legitimando a permanência do Exército nas ruas. As narrativas jornalísticas dialogavam com as memórias de medo dos leitores, ao mesmo tempo em que apresentavam a intervenção como uma solução viável e indispensável para a redução da sensação de insegurança. Além disso, a intervenção pode ter servido para a promoção de políticos com baixa credibilidade, que viam nas medidas repressivas uma forma de dialogar com seus eleitores e exercer o controle social. A análise de narrativas foi utilizada como metodologia, seguindo o modelo de tríplice mimesis proposto por Ricoeur (1994), este autor contribuiu com a investigação das produções narrativas e auxiliou no entendimento do processo de formação de sentidos. Para compreender melhor esse legado de medo, foram analisadas reportagens de O Globo publicadas durante o ano de 2018, pois foi o período em que ocorreu a intervenção. Em síntese, as investigações desenvolvidas por essa pesquisa permitem concluir que os medos narrados pelo jornal podem servir para legitimar os planos de segurança mais repressivos, como a intervenção militar. Esses planos/ideias que são pouco eficazes, mas respondem positivamente aos anseios dos leitores e dos eleitores, por isso são amplamente defendidos em discursos jornalísticos e governamentais.

Palavras-chave: Memórias de medo. Militarização. Intervenção Militar. Legado Olímpico. Rio de Janeiro.

ABSTRACT

LACERDA, Igor. *City under siege, militarized senses: a military intervention in Rio de Janeiro through the pages of O Globo*. 2020. 126 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

The aim of this dissertation is to identify in the articles of O Globo the legacies that were left by the mega events to the public security of the state of Rio de Janeiro. The central focus is military intervention, considered to be the area's most evident legacy, as the expenses on the international events led to an economic crisis that negatively impacted police work and, consequently, increased the sense of fear among tourists and residents. This study begins from the premise that the cases of violence were cyclically narrated by the newspaper, serving to generate fear and legitimizing the permanence of the army on the streets. The journalistic narratives dialogued with the readers' memories of fear, while presenting the intervention as a viable and indispensable solution to the mitigation of insecurity. In addition, the intervention may have served to promote politicians with low-credibility, who saw repressive measures as a way of engaging with their voters and exercising social control. The methodology used was the narrative analysis, following the triple mimesis model proposed by Ricoeur (1994), this author contributed to the investigation of narrative productions and helped to understand the process of meaning formation. To better understand this legacy of fear, we analyzed articles from O Globo published during the year of 2018, because it was the period of the intervention. In summary, the investigations developed by this research allow us to conclude that the fears narrated by the newspaper can serve to legitimize the most repressive security plans, such as military intervention. These plans/ideas, that are ineffective but respond positively to readers and voters' wishes, are therefore widely defended in journalistic and governmental discourses.

Key-words: Memories of fear. Militarization. Military intervention. Olympic legacy. Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Paz nas favelas para os Jogos 31
Gráfico 1 – Gastos da intervenção por mês 40
Figura 2 – ‘Fantasmas’ estão entre nós 43
Figura 3 – Acessos controlados 61
Figura 4 – Raio de ação ampliado.....65
Gráfico 2 – Ocorrências na intervenção 71
Figura 5 – ‘Que o senhor abençoe quem atirou no meu filho’, diz a mãe de jeremias.....76
Figura 6 – Um dia depois, 39 escolas fecham 80
Figura 7 – Sem bala, sem prova 85
Figura 8 – Um erro fatal, nenhum culpado 87
Figura 9 – Capa: no alemão, como na síria 89
Figura 10 – A fortaleza da polícia.....90
Figura 11 – Vidas estilhaçadas 92
Figura 12 – Arrastão de violência.....98
Figura 13 – PMs atacam carro a tiros e matam 5 jovens 103
Figura 14 – Morte afeta imagem da cidade, dizem especialistas.....107
Figura 15 – Cariocas na linha do tiro.....111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 8

1 **‘CIDADE GLOBAL’: MEGAEVENTOS E ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA** 15

1.1 **Rio dos megaeventos** 16

1.2 **A cidade pacificada para além dos jogos** 27

1.3 **“Intervenção militar, já”: um legado à cidade** 37

2 **“UMA EXPLOSÃO DE VIOLÊNCIAS NA CIDADE”: MEMÓRIAS DE MEDO** 46

2.1 **Movimentos cíclicos das narrativas jornalísticas** 48

2.2 **O uso do medo como estratégia política** 52

2.3 **O uso do medo para a contenção social** 59

3 **AMBIÊNCIA DE MEDO** 72

3.1 **Bala Perdida** 74

3.1.1 Diferenças entre a Polícia Militar e o Exército 94

3.2 **Assalto com ferimento ou morte** 96

3.3 **Violência Policial** 101

3.4 **Confrontos entre policiais e bandidos** 109

CONCLUSÃO 116

REFERÊNCIAS 122

INTRODUÇÃO

Desde o início do século XXI, o Rio de Janeiro vem sediando grandes eventos internacionais. Como exemplo, podemos citar os Jogos Pan-Americanos que ocorreram em 2007, a Conferência das Nações Unidas em 2012, as Jornadas Mundiais da Juventude e a Copa das Confederações em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em meados de 2016. Todos esses megaeventos tiveram seu valor econômico e cultural, mas foi para a Olimpíada que organizações estrangeiras, como o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Futebol (FIFA), exigiram a remodelação do espaço urbano e dos aparelhos esportivos.

Para reconfigurar a sede de megaeventos, foram vislumbrados os seguintes projetos: a revitalização do Porto Maravilha, que contaria com a criação de museus, prédios comerciais, moradias populares e a derrubada do viaduto perimetral, permitindo a construção de avenidas e meios de transportes públicos; o Programa Morar Carioca, que seria instrumento de regularização urbanística e fundiária; e a instauração de Unidades de Polícias Pacificadoras (UPP) nas favelas consideradas perigosas, com o intuito de ajudar na diminuição da insegurança desses locais. Especificamente para a Copa e a Olimpíada, aparelhos esportivos seriam construídos ou reformados, incluindo a Vila Olímpica – um espaço destinado à hospedagem de atletas durante as competições.

Teoricamente, as obras realizadas na metrópole não serviriam apenas para os dias dos eventos esportivos, elas também ficariam como legado à população. Além disso, seriam capazes de evidenciar o Rio num competitivo mercado internacional, atraindo cada vez mais lucros e pessoas interessadas em consumir seus atrativos. Por isso, tanto os jornais quanto os governos investiram incansavelmente num processo de *branding* urbano. Entendemos o *city branding* como uma estratégia publicitária que lembra as memórias positivas e esquece as memórias negativas referentes à cidade. Por exemplo, essa estratégia lembrou as memórias interessantes à comercialização do Rio, como a boa receptividade dos cariocas e das belezas naturais, enquanto esqueceu aquelas que poderiam desmanchar o consenso de cidade global e bem-sucedida, como a violência e os espaços empobrecidos. Ou seja, as revitalizações não foram feitas apenas no espaço urbano, mas também (e principalmente) nos discursos governamentais e midiáticos.

Segundo Jaguaribe (2011), o Rio de Janeiro passaria por um processo de *branding* urbano, que iniciou em 2010 e provavelmente terminaria em 2016, feito sobretudo pelo jornalismo, por empresários e pelos governos municipais, estaduais e federais. Afinal, era vantajoso para esses atores que a metrópole insegura passasse a ser representada como global, em constante desenvolvimento e apta a receber outros megaeventos. Como uma forma de dar mais credibilidade aos sentidos que estavam sendo construídos para a marca, os discursos jornalísticos e governamentais davam destaque ao Carnaval e ao Réveillon (eventos já produzidos pelo Rio) como uma forma de construir a ideia de "vocação" para sediar megaeventos, pois, apenas com essa reputação, a cidade teria mais chances de atrair lucros e investimentos. Era defendido que a metrópole tinha "vocação" e "experiência" em ser sede, já que produz um dos maiores carnavais do mundo, por exemplo. Afinal, de acordo com Jaguaribe (2011), o *branding* urbano é uma estratégia de comunicação que faz uso de uma variedade de repertórios culturais (incluindo as memórias) para maximizar lucros e recursos.

Embora o jornal O Globo tenha dado visibilidade apenas aos impactos positivos desse processo de remodelação do espaço urbano, eles também afetaram negativamente a vida dos cariocas, principalmente os mais pobres. As modificações urbanas previstas em planos de revitalização ocasionaram a remoção e o deslocamento de pessoas menos favorecidas das regiões centrais para as mais afastadas – o que Fortuna (2016b) entende como gentrificação. A história da revitalização da Lapa, que começou em 2012 e terminou em 2016, tem exemplos de gentrificação residencial e comercial. O prefeito da época, Eduardo Paes (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), começou tornando a Lapa um bairro, pois antes era apenas uma parte da região central do Rio. Na prática, pouco mudou a situação e o funcionamento desse espaço, mas o ato do prefeito teve um grande valor simbólico, contribuindo sobremaneira com as narrativas jornalísticas que se delinearam no período: a Lapa renasceu. A representação de renascimento passou a ser reafirmada a partir da implementação de planos de segurança, como o Lapa Presente (policiais e agentes civis realizavam rondas contendo crimes e a desordem urbana) e medidas de limpeza urbana. Como consequência dessas transformações, as construtoras começaram a investir nos bairros, criando prédios residenciais como o Cores da Lapa, com 1.376 apartamentos orçados em mais de R$ 150 mil. Os imóveis da Lapa valorizaram em até 50%, os que custavam R$ 80 mil em 2012,

passaram a custar R$ 140 mil ou mais em 2015[1]. Grandes estabelecimentos abriram na região, como Lojas Americanas, Ricardo Eletro e Casa e Vídeo, mas os pequenos empreendimentos fecharam as portas por causa do aumento no aluguel, foi o caso da Caza Arte Contemporânea, uma galeria de arte que funcionou por apenas 14 meses na Rua do Resende, cessando suas atividades em maio de 2012[2]. Enfim, esse processo de revitalização fez com que as pessoas fechassem os seus pontos comerciais ou saíssem de suas antigas casas, muitas vezes sem garantias de outro lugar para viver ou trabalhar, sendo privadas de seus laços de solidariedade, construídos durante o tempo de convivência com amigos, vizinhos ou fregueses.

Em 2017, com a finalização da programação de megaeventos para a cidade, o Rio de Janeiro entrou num estado de crise econômica, muito influenciada pelos gastos com as revitalizações urbanas, uma crise que inclusive afetou extremadamente a área de segurança. Sem dinheiro, o estado deixou de pagar policiais civis e militares, o que diminuiu consideravelmente o patrulhamento urbano e o expediente desses agentes, potencializando uma sensação de insegurança em cariocas e turistas. O jornal O Globo, por sua vez, começou a divulgar constantemente o aumento no número de crimes na cidade, focando sempre em casos de homicídios, roubos e chacinas. Os jornais investiam na ideia de que um caos urbano se formava no Rio, agora com dívidas e com figuras políticas incapazes de responder aos anseios populares por mais segurança. Essa narrativa midiática se manteve constante até 16 de fevereiro de 2018, um dia depois do suposto carnaval mais violento, quando o presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro - MDB, antigo Partido Democrático Brasileiro – PMDB) decidiu instaurar uma intervenção militar no estado do Rio de Janeiro com apoio da Câmara, do Senado e do governador Luiz Fernando de Souza (Movimento Democrático Brasileiro – MDB).

Esta dissertação tem o objetivo de entender os legados, prometidos em discursos governamentais e midiáticos, que realmente foram deixados pelos megaeventos à segurança pública do Rio de Janeiro. Nosso foco principal será a intervenção militar, considerando que ela foi o legado mais evidente deixado à área. Por causa da crise financeira, as polícias não conseguiram cumprir plenamente suas

---

1 Matéria “Revitalizada, Lapa carioca é alvo do varejo”, da Folha de São Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me1910201015.htm. Acesso em 21/10/2019.

2 Matéria “Agora é lei: boemia da Lapa está no mapa”, de O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/agora-lei-boemia-da-lapa-esta-no-mapa-4934646. Acesso 21/10/2019.

funções, gerando um aumento nos casos de violência e na sensação da insegurança. Como uma resposta dos políticos a esse contexto econômico e social em que o Rio estava inserido, surgiu a intervenção militar. Além disso, a intervenção nasceu a partir da falência das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), plano de segurança que surgiu no momento de preparação da cidade para os megaeventos e que seria capaz de deixar o legado da pacificação de favelas. Partimos da hipótese que a intervenção militar, além de ser um legado, foi necessária para promover políticos com pouca popularidade e credibilidade, servindo estrategicamente aos seus planos de contenção social. Para legitimar a indispensabilidade do Exército nas ruas, a mídia e os governantes utilizaram as memórias de medo, ressaltando sempre o passado da capital fluminense. Essa reverberação do medo não foi sentida da mesma forma por todos aqueles que vivem na cidade, acreditamos que alguns grupos podem ter tido uma maior sensação de segurança (a classe média), enquanto outros podem ter ficado ainda mais amedrontados com uma maior militarização do cotidiano (os pobres).

Nesta dissertação, utilizamos a metodologia de análise de narrativas, seguindo as perspectivas teórico-metodológicas de Ricoeur (1994). Esta investigação busca analisar e problematizar os processos de formulação das narrativas jornalísticas de O Globo, publicadas durante o ano de 2018. Embora o nosso recorte seja 2018, em alguns momentos utilizamos as reportagens de outros anos, buscando entender alguns acontecimentos que foram lembradas pelo O Globo com o intuito de legitimar a intervenção militar. Nos empenhamos em analisar a forma como as matérias jornalísticas foram construídas a fim de entender os significados produzidos por elas. Analisando essas produções, à luz das técnicas interpretativas de análise de narrativas e hermenêutica, foi possível identificar e compreender o processo de produção de sentidos que validava os planos de segurança repressivos.

Assim sendo, no primeiro capítulo abordamos o tema de projetos urbanos neoliberais que compreendem a cidade como uma empresa, uma mercadoria e uma pátria. Para entender essa forma de gerir a metrópole, recorremos principalmente a autores como Vainer (2013), Sánchez (2003) e Fortuna (2016b). Problematizamos os altos investimentos em obras urbanas para a promoção da cidade em um mercado internacional, que aconteceram sem a preocupação em deixar bons legados à população. Com foco na área de segurança, comparamos as matérias produzidas pelo O Globo antes dos megaeventos, prometendo que as Unidades de Polícia

Pacificadora deixariam a pacificação das favelas como legados, com as matérias produzidas no período estudado, que utilizam a crise econômica para justificar a intervenção militar na segurança. É importante destacar que não temos a pretensão de compreender a militarização da cidade a partir do projeto das UPPs, autores como Vilela (2013), Mendonça (2018) e Silva (2015) têm pesquisas mais aprofundadas sobre o tema.

No segundo capítulo, trabalhamos a função política dos medos gerados pelas narrativas jornalísticas. Tendo as memórias de medo como substrato, compreendemos que de certa forma as reportagens de O Globo sobre a intervenção militar serviram para melhorar a reputação do presidente Michel Temer (MDB) e do governador Luiz Fernando Souza (MDB). Por isso, verificamos as aproximações e os afastamentos entre os discursos desses dois políticos na reunião que iniciava oficialmente a intervenção militar, além das reportagens jornalísticas sobre esse evento. Além disso, notamos que a produção de sentidos nas matérias do jornal apontavam a favela como a causadora dos crimes no Rio, ao mesmo tempo em que legitimava as ações de contenção social do Exército nesses espaços e, consequentemente, a militarização da vida dos favelados. Para compreender como o medo pode servir à contenção social, analisamos dois casos específicos: os soldados do Exército foram à Vila Kennedy, uma favela da Zona Oeste, e, de forma indiscriminada, fotografaram seus moradores com seus documentos de identificação para enviar à Polícia Civil; e o interventor Walter Braga Netto queria o direito de entrar nas residências da favela para revistá-las com mandados coletivos de busca e sem ter provas de que seus habitantes estavam envolvidos com criminosos. Para compreender como o medo pode servir às estratégias políticas, recorremos a autores como Fortuna (2017a), Glassner (2003) e Augé (2014). Já Malaguti (2003), Agamben (2004) e Matheus (2011), auxiliaram na compreensão dos planos de contenção social.

Para legitimar a intervenção militar, os medos dos cariocas foram narrados pelo jornal em um dossiê chamado Força Máxima, que se propôs a explicar esse plano de segurança e a sua importância para a cidade. Nesse dossiê, foram lembrados dez casos que dialogavam com os principais temores dos cariocas: bala perdida, assalto com ferimento ou morte, confrontos entre policiais e bandidos e violência policial. Comprovando que esses são os medos mais sentidos pelos cariocas, utilizamos como base a pesquisa “Rio sob intervenção”, produzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Entre os episódios de bala perdida, foi lembrado que a polícia assassinou

Jeremias Moraes, Maria Eduarda, Eduardo de Jesus, Felipe Faria Gomes e o bebê Arthur, que foi atingido ainda na barriga da mãe. O temor do assalto com ferimento foi gerado por uma notícia sobre os crimes que ocorreram no Carnaval de 2018. São dois casos sobre a violência policial, a chacina de Costa Barros e o assassinato pela polícia de uma turista espanhola, Maria Esperanza. O medo dos confrontos entre policiais e bandidos foi ativado pela rememoração dos tiroteios que aconteceram na Cidade de Deus, paralisando a Linha Amarela, pelo aumento no número de policiais mortos e pelos confrontos entre traficantes e milicianos na Praça Seca, Zona Oeste do Rio. Desses dez acontecimentos, apenas quatro aconteceram em 2018, os outros ocorreram em anos anteriores, entre 2015 e 2017. Assim sendo, o propósito deste capítulo é entender o porquê desses acontecimentos terem sido lembrados pelo O Globo. Quais são os sentidos que eles produzem para ajudar a construir consenso sobre a intervenção? Quais eram os planos de segurança defendidos na cobertura desses casos, no ano em que foram publicados? São perguntas que responderemos nessa parte do trabalho.

Apesar de estudar a militarização do Rio, o objetivo desta dissertação não é refletir sobre as representações da ditadura militar (1964-1985) nos jornais, ainda que a intervenção militar tenha sido uma herança desse período autoritário. As representações sobre a ditadura em jornais de referência ou alternativos já foram estudadas por Da Matta (2015), Dias (2018a), Pereira (2016), Teixeira (2016), Schneider (2016) e Schmitt (2017). A nossa proposta é entender quais foram os sentidos produzidos pelo jornal O Globo para legitimar uma intervenção militar que ocorreu em 2018, em um período pós-ditadura militar. Ainda, Fontinel (2015), Castro (2018) e Almeida (2017) se propuseram a analisar os consensos construídos pelo cinema sobre a ditadura militar, pensando em como os filmes elaboram essas narrativas históricas e construíram, através dos próprios procedimentos de montagem, um olhar sobre a sociedade brasileira. Também existem pesquisas com o interesse de entender as visões dos dirigentes do processo censório sobre as diversões públicas, Fernandes (2018a) e Ernesto (2013) examinaram os processos de censura às telenovelas, Galvão (2014) já pensou a censura aos filmes da Embrafilme e da Funarte.

Ainda que estejamos pesquisando um plano de segurança pensado pelo presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), em um contexto pós-golpe à presidenta eleita Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores – PT), não

temos a pretensão de entender a fundo os legados deixados pelo golpe militar de 1964 à conjuntura política e cultural do Brasil de 2016, ano em que Rousseff foi afastada de seu cargo. As dissertações de Cunha (2016) e Fernandes (2019b) comparam os golpes dos dois períodos históricos, partindo da hipótese que o *impeachment* de 2016 é um reflexo da ditadura militar de 1964. Diferente desses dois trabalhos já desenvolvidos, essa dissertação analisa as narrativas dos políticos que recorreram às intervenções militares para solucionar uma suposta desordem urbana no Rio, bem como a utilização desses planos de segurança como estratégia política. Investigando essas narrativas do jornal e dos políticos, foi possível observar que as duas produzem os mesmos sentidos e fortalecem as ideologias de controle social.

1 ‘CIDADE GLOBAL’: MEGAEVENTOS E ENQUADRAMENTO DA MEMÓRIA

Reluzente, espetacular, monumental, maravilhosa. Essas características foram associadas ao Rio de Janeiro pelos governos e pela mídia antes e durante o acolhimento dos megaeventos (FREITAS, 2011). Entre corpos vibrantes, as imagens lúdicas, os conflitos e as competições de todas as ordens, a relação entre a cidade, comunicação e memória estava ainda mais articulada. O jornal O Globo, em consonância com o discurso institucional da Prefeitura do Rio e de empresas que estavam interessadas em associar suas marcas aos megaeventos, divulgou amplamente memórias enquadradas que ratificavam as “qualidades” de uma cidade com “vocação” para receber grandes eventos. “Qualidades” trazidas à memória com o intuito de produzir sentidos que corroboravam com a aceitação desses eventos, as transformações urbanas e os negócios exigidos por eles.

O jornalismo teve papel fundamental na formação de memórias sobre os megaeventos no Rio. Mesmo aquelas lembranças mais íntimas, normalmente foram atravessadas por representações geradas e difundidas pela mídia. A fim de resguardar os interesses políticos e mercadológicos, as memórias midiáticas foram moldadas pela lembrança, esquecimento e silenciamento. Com um caráter seletivo, valorizando determinadas abordagens em detrimento de outras, as memórias enquadradas pela mídia produziram sentidos que puderam modelar a percepção que os sujeitos tinham do universo que os cercava. Termo que vem de Pollak (1989), o enquadramento da memória pressupõe a constituição da memória como um processo complexo, muitas vezes conflituoso, envolvendo atores profissionais que a delimitam conforme seus interesses.

> O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode ser sem dúvida interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas [...] esse trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados, profissionais da história, das diferentes organizações de que são membros, clubes e células de reflexão (POLLAK, 1989, p. 9-10)

O Globo adquiriu papel fundamental no processo de enquadramento de memórias da famigerada “cidade olímpica”. Enquanto a ascensão do Rio era constantemente lembrada em suas matérias, os casos de violência (sempre tão explorados por este jornal) eram cada vez mais silenciados (FREITAS, 2011). Até mesmo as favelas cariocas, constantemente representadas por este periódico como

as responsáveis pela violência urbana, ganharam ares pacificados (VILELA, 2013). Nota-se que os discursos midiáticos, em consonância com os governamentais, silenciavam os “assombros” de um Rio de Janeiro que estava se construindo simbólica e materialmente como global, por isso entendemos que a meta fundamental dessas abordagens era validar os megaeventos e todas as modificações urbanas que eles exigiram.

Trazendo apenas alguns temas sobre o Rio à lembrança, O Globo também subjugou vários outros ao silêncio e ao esquecimento – em especial aqueles que poderiam causar rupturas significativas na relação de sentidos que se pretendia construir à época: uma cidade global, segura, e habilitada a receber grandes eventos. O silêncio, ao contrário do que esperavam, não levou ao esquecimento ou ao consenso (POLLAK, 1989), pelo contrário: foi resistência necessária para que grupos insatisfeitos se opusessem ao excesso de discursos oficiais sobre uma gestão urbana neoliberal.

Sendo assim, este capítulo tem o propósito de investigar matérias anteriores e posteriores à eleição da cidade como sede da Olímpiada em O Globo, buscando captar não só suas construções narrativas sobre a remodelação da cidade, mas também a ideia de legado. O tema legado será amplamente problematizado, visto que os discursos midiáticos e governamentais utilizaram inúmeras vezes a palavra legado como um sinônimo para tudo de positivo que fica à cidade depois que os jogos terminam. Porém, entendemos que a intervenção militar, a gentrificação, as ruínas, as remoções e principalmente as dívidas com reformas urbanas também foram legados deixados pelos eventos internacionais. Especificamente sobre segurança pública, recorremos às matérias de O Globo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora a fim de evidenciar que elas foram prometidas como legados que pacificariam o Rio. Com base nas reportagens de O Globo, ao longo do capítulo buscamos identificar as evidências passadas que dialogam de alguma forma com a intervenção militar de 2018. Em vários momentos, revisitaremos o passado para apontar aproximações e distanciamentos que sejam capazes de explicar o presente.

1.1 **Rio dos megaeventos**

A eleição do Rio de Janeiro a sede de megaeventos, ocorridos no início do século XXI, foi usada como justificativa para uma série de intervenções urbanas. Com

as remodelações da cidade e os novos planos para a segurança, ganharam destaque em discursos midiáticos e governamentais memórias de um Rio mais seguro, inovador, exuberante, qualificado a gerir extraordinários negócios, com belezas naturais, habitantes amáveis e receptivos – atributos que foram agregados à ideia de metrópole com "vocação" para hospedar megaeventos e trabalhados em um *branding*, empregado para atrair novos consumidores e vender a cidade como um produto.

Entre os eventos que, nos últimos dez anos, movimentaram o cotidiano da capital fluminense, é possível citar: Jogos Pan-Americanos de 2007; Conferência das Nações Unidades, para debater temas como desenvolvimento e meio ambiente (Rio+20), em 2012; Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações, ambos em 2013; Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. A metrópole tem recebido o Rock in Rio – célebre festival de música alternativa de 1985, acontece bienalmente. Além disso, consagrou eventos sazonais como o Carnaval e o Réveillon de Copacabana – atraindo visitantes interessados em viver e fazer parte dessa festa, além de empresas que queiram associar sua marca a esses acontecimentos.

De fato, todos os eventos recebidos pelo Rio de Janeiro têm sua importância financeira e cultural, a Olimpíada atraiu 1,17 milhão de turistas, sendo 410 mil estrangeiros e 760 mil brasileiros. Todos os visitantes movimentaram cerca de R$ 4,1 bilhões, os internacionais gastaram em média R$ 424,62 por dia, e os nacionais R$ 310,42. O movimento dos bares e restaurantes da Zona Sul do Rio cresceu 70%, e a taxa da ocupação fechou em 94%. Esse evento teve a sua relevância cultural na medida em que aproximou estrangeiros dos Estados Unidos (17%), da Argentina (12%) e Alemanha (7%) dos brasileiros que vivem no Rio, ou em outros lugares como São Paulo (43%), Rio Grande do Sul (9%) e Minas Gerais (7%)[3]. Entendemos que os megaeventos esportivos internacionais – sobretudo os Jogos Olímpicos de 2016 – foram ainda mais representativos por terem sido utilizados como argumento para a produção de espaço e de sentidos sob uma lógica neoliberal. Assim, para compreender esse modelo de gestão urbana neoliberal, em voga também em outras grandes metrópoles, e os sentidos produzidos em relação a ele pelo jornal O Globo, recorremos à três analogias de Vainer (2013): a cidade é uma mercadoria, a cidade é uma empresa e a cidade é uma pátria.

---

[3] Matéria "Qual deve ser o impacto da Olimpíada para a economia do Rio?", publicada pela BBC Brasil. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37171467. Acesso em 22/10/2019.

A ideia da cidade como mercadoria a ser vendida num disputado mercado onde outras notáveis metrópoles estão à venda talvez seja a mais seguida e difundida por governos e planejadores urbanos, como explica Vainer (2013) e Sánchez (2003). Por isso, as ações de marketing que visam satisfazer as necessidades de renomadas empresas e outros consumidores têm sido uma esfera intrínseca às gestões urbanas. Mas, afinal, o que negociam quando colocam as cidades à venda? Considerando que as metrópoles são produtos complexos, repletos de conflitos difíceis de serem domados e silenciados, pactos e múltiplos processos de comunicação que constantemente se chocam com os discursos dos gestores, o autor explica que as cidades são vendidas por seus atributos materiais e simbólicos, principalmente aqueles valorizados pelo capital internacional.

Assim, para satisfazer às exigências de uma economia global, as cidades precisam modificar sua própria economia e sociedade a fim de adquirir os elementos valorizados pelo capital estrangeiro. Como exemplo, podemos citar os centros urbanos com gestão e serviços eficientes; aeroportos internacionais; sistemas de telecomunicações de qualidade; uma ampla rede de hotéis; serviços de segurança; empresas financeiras e de consultoria com conhecimento da região; governos regionais e locais capazes de conceder informações e estrutura aos investidores internacionais. As metrópoles que não atendem a estes requisitos, e que desejam concorrer nesse disputado mercado, precisam se remodelar e investir nessa estrutura, como foi o caso do Rio de Janeiro. Desde quando se soube que seria sede de megaeventos estrangeiros, foram vislumbradas as seguintes remodelações e estruturas: Projeto Porto Maravilha, criado para a revitalização do porto da cidade, onde seriam construídos museus, prédios comerciais e residenciais, incluindo a derrubada do viaduto perimetral para a construção de novos meios de transportes; Programa Morar Carioca[4], criado pela prefeitura do Rio em 2010, visava investir R$ 8 bilhões na regularização urbanística das 736 favelas cariocas até 2020; e Unidades

[4] Até 2015, apenas três favelas tiveram suas obras concluídas. Dos 40 escritórios de arquitetura e urbanismo escolhidos para realizar o Morar Carioca, apenas 11 foram contratados. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/10/23/orcado-em-r-85-bilhoes-morar-carioca-tem-3-projetos-concluidos-em-5-anos.htm. Acesso em 22/10/2019. Em 2019, mesmo com o projeto ainda em andamento, não tinham muitas reportagens sobre o Morar Carioca. No entanto, eram frequentes as notícias sobre a diminuição dos gastos com as favelas pela prefeitura do Rio. As verbas para proteção de encostas, Cimento Social, Programa de Aceleração de Crescimento, limpeza e urbanização caíram 69% entre 2013 e 2018, passando de R$ 598,4 milhões para R$ 184,5 milhões – uma perda de R$ 413,9 milhões. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/verbas-publicas-para-comunidades-do-rio-caem-69-entre-2013-2018-23442080 . Acesso em 22/10/2019.

de Polícia Pacificadora, instaladas em áreas entendidas como perigosas, seriam responsáveis pelas principais ações da área de segurança. Os planos específicos para a Olimpíada tinham o intuito de construir e reformar estádios, além de criar aparelhos esportivos como a Vila Olímpica[5] – espaço utilizado para abrigar atletas, treinadores, técnicos e profissionais de saúde durante as competições.

Essa cidade-mercadoria, a coisa, o objeto, coexiste com outra, a cidade-empresa, o sujeito. Como explica Vainer (2013), na cidade-empresa, a metrópole deixa de ter uma função passiva de objeto e assume uma forma ativa de sujeito. Isto é, a cidade, em competição com outras num mercado estrangeiro, trabalha essencialmente para aumentar seu poder de atração de recursos e para manter ou desenvolver sua capacidade de expansão e aperfeiçoamento. Competem, como as empresas, para atrair investimentos, tecnologia e visibilidade.

> Ver a cidade como empresa significa, essencialmente, concebê-la e instaurá-la como agente econômico que atua no contexto de um mercado e que encontra neste mercado a regra e o modelo de planejamento e execução de suas ações. Agir estrategicamente, agir empresarialmente significa, antes de mais nada, ter como horizonte o mercado, tomar decisões a partir das informações e expectativas geradas no e pelo mercado (VAINER, 2013, p. 86)

Desta forma, a empresa-cidade não é administrada só por governos locais e planejadores urbanos, também é gerida cada vez mais por empresários capitalistas. Os interesses desses empresários são garantidos através da parcerias público-privadas e da pressão política, formalizadas por meio de contratos de prestação de serviços e obras firmadas entre empresas privadas e o governo municipal, estadual ou federal. As parcerias público-privadas são utilizadas como um instrumento capaz de viabilizar a captação de recursos a serem destinados à execução de intervenções urbanas espetaculosas, à gestão de equipamentos ou ao fornecimento de serviços coletivos.

---

[5] A Vila Olímpica foi construída em 2010 pelo empresário Carlos Carvalho, dono da construtora Carvalho Hosken, em parceria com a Odebrecht Realizações Imobiliárias, para abrigar 15 mil atletas. Juntas, as construtoras adquiriram um empréstimo de 2,9 bilhões de reais com a Caixa Econômica Federal. A construção da Vila ocorreu por exigência do Comitê Rio 2016, que pressionava Carvalho a ceder esse terreno de 8.000.000 metros quadrados na Barra da Tijuca. Em 24 de julho de 2016, o projeto da Vila foi finalizado com 31 prédios de 17 andares, com um total de 3.604 apartamentos que variavam de 72 a 170 metros quadrados. Na Olimpíada de Londres, os prédios que hospedaram os atletas foram usados como moradias acessíveis a população mais pobre, no Rio, como foram pagos por construtoras, os apartamentos que valiam mais de R$ 1 milhão foram destinados às classes altas. Disponível em: https://exame.abril.com.br/negocios/vila-olimpica/. Acesso em: 22/10/2019.

Borja e Castells (1997) dizem que as parcerias público-privadas são uma das principais ferramentas que conferem às cidades condições reais de se inserir nesse concorrido e exigente mercado. Por isso, os governos locais assumem a função de promotores, incumbidos de promover a metrópole para o exterior, favorecer a cooperação público-privada e desenvolver uma inovação “político-administrativa”. Ou seja, esses autores sugerem que a organização política local não faça uma administração centralizada, muito menos uma separação rígida entre o público e o privado, pois uma “gestão eficaz” deve assegurar a agilidade no cumprimento de suas metas. Todavia, Vainer (2013) explica que o fim dessa divisão rígida entre público e privado significa a participação direta de empresários, sem mediações, nos processos que definem o planejamento e a execução de políticas e que, como consequência, poderiam modificar a vida da população de acordo com os seus interesses mercadológicos.

Com o objetivo de explicar melhor os legados deixados pelos megaeventos ao Rio e o resultado das parcerias público-privadas, investigamos e problematizamos as promessas feitas por políticos e empresários, as obras realizadas e o estado atual daquilo que foi construído. Por exemplo: no passado, foi prometido um teleférico para o Morro da Providência. Quanto foi investido nesse transporte? Quem pagou por ele? Ele funciona atualmente, em 2019? Responder essas perguntas pode facilitar o entendimento do legado e a leitura crítica do que de fato ficou aos cariocas. Embora o nosso recorte seja 2018, consideramos pertinente contextualizar a situação atual dessas obras ou planos, bem como o resultado de projetos geridos por governos em parceria com empresários. Será que em 2019, essa relação ainda está tendo êxito? Nos dias atuais, a população pode usufruir das obras feitas no passado? Ou essas obras só serviram para atender aos megaeventos? São essas questões que pretendemos responder, usando como exemplo o plano de revitalização da Zona Portuária e a Operação Segurança Presente.

O Rio de Janeiro viveu e ainda vive experiências com as parcerias público-privadas, um exemplo é o projeto Porto Maravilha que envolveu uma Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CEDURP), pessoa jurídica do município, e a Concessionária Porto Novo – composta pelas construtoras OAS, Norberto Odebrecht Brasil e Christiani-Nielsen Engenharia Ltda. A concessionária Porto Novo investiu cerca de R$ 8 bilhões e a pessoa jurídica do município do Rio R$ 350 milhões. Esse projeto foi alicerçado por uma lei municipal de

2009, criando a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, abrangendo uma área de cinco milhões de metros quadrados próxima às principais avenidas da cidade: Rio Branco e Presidente Vargas. Essa área passou por intensas reformas a fim de construir a estrutura dos veículos leves sobre trilhos (VLT); a Via Expressa que conecta o Aterro do Flamengo, a Avenida Brasil e a Ponte Rio-Niterói; a Via Binário, ligando bairros centrais como Gamboa e Santo Cristo; a Orla do Conde, com ciclovia e o teleférico do Morro da Providência. A Zona Portuária também recebeu dois equipamentos culturais, o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã.

E como estavam as obras da Zona Portuária depois dos megaeventos? Em 29 de setembro de 2019, a Linha 3 dos VLTs, que ligaria a Central do Brasil ao Aeroporto Santos Dumont pela Avenida Marechal Floriano, ainda não tinha sido inaugurada[6]. O projeto estava estagnado por falta de autorização da prefeitura, mesmo a obra tendo sido concluída em 15 de dezembro de 2018, deixando de transportar cerca de quarenta mil pessoas por dia. Desse modo, o sistema de transporte acumulava prejuízos que ultrapassavam R$ 80 mil relativos a furtos de equipamentos e a falta de passageiros. Foi implantada oficialmente em 26 outubro de 2019, quando as três estações da Linha 3 finalmente foram liberadas[7].

As obras das vias Binário e Expressa até foram terminadas, mas, em agosto de 2019, passaram por problemas devido à falta de manutenção – responsabilidade que o setor privado deixou de cumprir porque não estava sendo pago pela prefeitura[8]. O município deveria pagar R$ 13 milhões por mês à concessionária para a manutenção de túneis, varrição e coleta de lixo de uma área de mais de cinco milhões de metros quadrados.

A Orla do Conde, batizada pelos cariocas de Boulevard Olímpico, também estava decadente, com buracos, mobiliário urbano danificado, placas de pisos soltas

---

6 Matéria “Cadê o VLT? Veículo largado sobre trilhos”, publicada pelo jornal O Dia. Disponível em: https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2019/09/5686354-cade-o-vlt--veiculo-largado-sobre-trilhos.html. Acesso em: 28/10/2019.

7 Matéria “Linha 3 do VLT começa a operar neste sábado, da Central ao Santos Dumont; veja como vai funcionar”, publicada pelo jornal O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/linha-3-do-vlt-comeca-operar-neste-sabado-da-central-ao-santos-dumont-veja-como-vai-funcionar-24042706. Acesso em: 28/10/2019.

8 Matéria “Por falta de dinheiro, Concessionária Porto Novo passa a manutenção de túneis para a Prefeitura do Rio”, publicada pelo Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/08/26/por-falta-de-dinheiro-concessionaria-porto-novo-passa-a-manutencao-de-tuneis-para-a-prefeitura-do-rio.ghtml. Acesso em: 24/10/2019.

e quebradas[9]. Os 3,5 quilômetros do passeio público que virou cartão-postal foram divididos: o trecho da Praça da Candelária até a Praça da Misericórdia deveria ser cuidado pela Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente (SECONSERMA), enquanto a extensão da Praça da Candelária até a Avenida Rodrigues Alves (incluindo a Praça Mauá) deveria ser fiscalizada pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP). Portanto, a maior parte danificada, que fica em frente aos museus, deveria ser arrumada pela CDURP.

O Morro da Providência, localizado na Zona Portuária, recebeu um teleférico com três estações: a Central do Brasil (próxima à estação de trens e metrô), a Américo Brum (localizada na Providência) e a Gamboa (próxima à estação de VLT). Esse importante meio de transporte, que possibilita o acesso dos moradores do Morro aos três, ao metrô e ao VLT, custou R$ 75 milhões. Cada gôndola do teleférico tinha a capacidade de transportar 10 passageiros, oito sentados e dois em pé – somando até mil passageiros por hora, em uma viagem que durava 8 minutos. Apesar de o sistema estar pronto desde maio de 2013, só foi inaugurado em 29 de junho de 2014, quando a prefeitura conseguiu fechar uma parceria com a concessionária Porto Novo – responsável pela administração do teleférico até 2016[10]. No entanto, o teleférico que parecia ser uma solução para os problemas de locomoção dos moradores da Providência, parou de funcionar em dezembro de 2016, quando o contrato com a Porto Novo expirou. Desde então, ele está parado. O prefeito Marcelo Crivella (Partido Republicanos), que assumiu o cargo em 2017, não pode fazer uma nova licitação para escolher outra administradora porque nunca fez a manutenção do sistema, cujo custo atual é de R$ 1,4 milhão por mês[11].

Dois aparelhos culturais foram construídos no Porto, o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã. A obra do Mar, orçada em R$ 76,6 milhões, foi realizada pela Fundação Roberto Marinho em parceria com a prefeitura do Rio, na época sob a

---

9 Matéria “Fantasma da decadência ameaça a Orla do Conde, no centro do Rio”, publicada pelo jornal Extra. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/rio/fantasma-da-decadencia-ameaca-orla-conde-no-centro-do-rio-22546150.html. Acesso em: 24/10/2019.

10 Matéria “Teleférico do Morro da Providência entra em funcionamento no domingo”, matéria do jornal O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/teleferico-do-morro-da-providencia-entra-em-funcionamento-no-domingo-12990195. Acesso em: 03/11/2019.

11 Matéria “Prefeitura não tem previsão para reativar teleférico da Providência parado há mais de dois anos e meio”, produzida pelo jornal Extra. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/rio/prefeitura-nao-tem-previsao-para-reativar-teleferico-da-providencia-parado-ha-mais-de-dois-anos-meio-23803675.html. Acesso em: 03/11/2019.

gestão de Eduardo Paes (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB). Ficou decidido que a administração do Museu de Arte seria feita por uma organização social (OS) comandada pelo grupo Odeon, sendo pago com R$ 12 milhões por ano para manter a infraestrutura, encontrar novos recursos e enriquecer a agenda cultural do local[12]. Nos dias atuais, o Museu de Arte do Rio pode encerrar o seu funcionamento. A organização social que o administra já deu aviso prévio aos seus funcionários porque há atrasos no repasse da prefeitura do Rio, ainda sob a gestão de Marcelo Crivella. Segundo o Instituto Odeon, até 12/11/2019 o repasse de setembro ainda não tinha sido feito. Embora as exposições e os programas educativos sejam sustentados com a captação de recursos e leis de incentivo à cultura, a folha de pagamento dos funcionários é mantida com os recursos da prefeitura[13].

O Museu do Amanhã começou a receber visitantes em 19 de dezembro de 2015. Projetado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava, inicialmente o teto imposto por Paes era de R$ 65 milhões, mas estima-se que o custo total da construção tenha sido R$ 215 milhões – valor pago pelo consórcio de empresas, sob o comando da pessoa jurídica do município do Rio, a CDURP[14]. Atualmente, foi anunciado um novo edital para licitação da administração do Museu do Amanhã, pois o contrato do Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG) se encerrou no dia 30 de novembro de 2019. Com a mudança de gestão, os ingressos também podem aumentar, passando de R$ 20 para R$ 27, com acréscimos anuais de até R$ 5, e o limite no preço é de R$ 40. A concessão é para o período de 15 anos, podendo ser renovada. De acordo com a prefeitura, 43% do público não paga para visitar o Museu do Amanhã, que oferece entrada gratuita às terças-feiras. Para que a operação do museu seja possível, o índice de gratuidade teria de baixar 30%, mas qualquer mudança nesse sentido depende da política da nova empresa a assumir o espaço[15].

---

12 Matéria “Após obra de R$ 76,6 milhões, Museu de Arte do Rio abre as portas em setembro”, publicada pelo jornal O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/cultura/apos-obra-de-766-milhoes-museu-de-arte-do-rio-abre-as-portas-em-setembro-5411090. Acesso em: 03/11/2019.

13 Matéria “Museu de Arte do Rio pode fechar as portas por falta de repasse da prefeitura a funcionários”, publicada pelo Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/12/museu-de-arte-do-rio-pode-fechar-as-portas-por-falta-de-repasse-da-prefeitura-a-funcionarios.ghtml Acesso em: 03/11/2019.

14 Matéria “Museu do Amanhã: obra erguida sobre toneladas de sonhos”, publicada pelo jornal O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/museu-do-amanha/museu-do-amanha-obra-erguida-sobre-toneladas-de-sonho-18303991. Acesso em: 03/11/2019.

15 Matéria “Nova licitação do Museu do Amanhã prevê aumento do valor do ingresso”, publicada pelo jornal O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/nova-licitacao-do-museu-do-amanha-preve-aumento-do-valor-de-ingresso-23951088. Acesso em: 03/11/2019.

Na *De volta para o futuro*, publicada pelo O Globo impresso em 11/10/2014, temos um exemplo desta relação público-privada. Essa reportagem evidencia como alguns empreendimentos privados ocuparam a região do Porto do Rio, construindo prédios comerciais, hotéis e outros empreendimentos.

> Sobre um terreno que abrigou trapiches e cais, pelo menos oito grandes empreendimentos privados, entre hotéis e prédios comerciais de arquitetura moderna e com predominância de vidros nas fachadas, estão com obras em andamento. Essas intervenções fazem parte de um grupo de 15 projetos que, de acordo com o Fundo de Investimento Imobiliário Porto Maravilha, gerido pela Caixa Econômica Federal (CEF), já foram negociados na região. As mudanças na paisagem são cada vez mais claras. Perto da Rodoviária Novo Rio, numa rua nova e ainda sem nome, fica uma das obras que mais se destacam na Zona Portuária: uma torre de concreto de 32 andares (...) O empreendimento da Odebrecht Realizações Imobiliárias contará com 594 quartos, que serão colocados à venda como unidades autônomas no próximo mês, numa operação que deverá envolver R$ 300 milhões (...) Também em novembro, começará a funcionar o primeiro edifício privado do Porto Maravilha: o Port Corporate, que já está em processo de locação dos 22 andares e salas. A primeira empresa a ocupar o endereço, a partir do mês que vem, será a Tishman Speyer, responsável pelo projeto (O GLOBO, "DE VOLTA PARA O FUTURO", 2014, p. 17 - grifo nosso).

Atualmente, a maior parte dos escritórios da Zona Portuária está ocupada. Empresas como Enel Brasil, Unimed e OdontoPrev resolveram se instalar no Porto. A melhora na ocupação pode ser explicada por um ajuste nos valores dos aluguéis da região, o preço médio no segmento Classe A ficou próximo a R$ 95, bem abaixo do pico dos primeiros meses de 2018, que era de R$ 113. Ainda, para estimular a ocupação, as empresas responsáveis pelos edifícios apostaram nos escritórios coletivos como uma forma de reduzir ainda mais os aluguéis. Em 2016, a taxa de desocupação no Porto do Rio era de 94%, atualmente é de 49%[16].

Também a Operação Segurança Presente é um exemplo de experiência de parceria público-privada na área de segurança que funciona até os dias atuais. Idealizado pelo Governo do Estado e pela Fecomércio, o projeto tem custo estimado em R$ 8 milhões e 303 mil por ano, um custo mensal de R$ 692 mil reais[17]. Foi criado com o propósito de unir policiais militares, agentes civis e egressos das forças armadas para contenção de crimes e desordem urbana. A Lapa começou a ter suas

---

[16] Matéria "Grandes empresas chegam ao Porto do Rio e região já tem mais da metade dos escritórios ocupados", publicada pelo O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/economia/grandes-empresas-chegam-ao-porto-do-rio-regiao-ja-tem-mais-da-metade-dos-escritorios-ocupados-24050161. Acesso em: 03/11/2019.

[17] Matéria "Laranjeiras terá Segurança Presente a partir desta sexta feira", publicada pelo jornal O Globo. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/laranjeiras-tera-seguranca-presente-partir-desta-sexta-feira-23929455. Acesso em 03/11/2019.

ruas patrulhadas em janeiro de 2014, lugares como Meier, Lagoa Rodrigo de Freitas e Aterro do Flamengo só receberam a Operação em dezembro de 2015. Atualmente, o projeto também está funcionando em bairros como Centro do Rio, Ipanema, Leblon, Tijuca, Laranjeiras, Bangu, Botafogo, Copacabana, além de Niterói, Nova Iguaçu e Austin.

O Porto Maravilha recebeu a Operação próximo aos jogos, sendo uma das principais estratégias para garantir a segurança dos visitantes ao local. Os agentes de segurança a serviço do projeto não trabalham sozinhos, pelo contrário: são acompanhados e coordenados pela Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Políticas para Mulheres e Idosos, Comando Militar do Leste, Guarda Municipal, Polícias Militar e Civil, secretarias municipais de Desenvolvimento Social e Ordem Pública. Essa parceria pode ser entendida na reportagem “Todos juntos pela segurança” (03/01/2016) de O Globo:

> Operação Segurança Presente, criada pelo Sistema Fecomércio RJ em parceria com o governo estadual, contribui para reduzir a criminalidade e a sensação de insegurança em tradicionais áreas de comércio e lazer da cidade. Atento às demandas da cidade e do setor do comércio de Bens, Serviços e Turismo, o Sistema Fecomércio RJ assinou convênio com o governo do estado do Rio de Janeiro para criar a operação Segurança Presente em três importantes áreas do Rio: Aterro do Flamengo, Lagoa Rodrigo de Freitas e Grande Méier, iniciada em 1º de dezembro de 2015. Os princípios são os mesmos que norteiam a operação Lapa Presente, com agentes de segurança patrulhando a região ostensivamente, inclusive durante fins de semana e feriados. Em pouco mais de um mês, até o dia 5 de janeiro, foram registadas 544 prisões nos três locais de abrangência da Operação. Desse total, 389 dizem respeito à posse de drogas para consumo, além de ocorrências por porte de arma (branca e de fogo), roubo e furto, entre outros (...) “É hora de as entidades e empresários se integrarem na busca das soluções para questões relevantes como a segurança pública, que mobiliza a sociedade. Não cabe mais apontar problemas e cobrar saídas sem participação na resolução”, justifica Orlando Diniz, presidente do Sistema Fecomércio RJ (O GLOBO, “TODOS JUNTOS PELA SEGURANÇA”, 2016, p. 23).

Como averiguado na matéria citada sobre a Zona Portuária e a Segurança Presente, a instauração da cidade-empresa nega o urbano enquanto um espaço democrático. Não há tempo para a discussão de propostas populares, filosóficas e utópicas, a maior preocupação é com a competitividade e com o lucro (VAINER, 2013). Os habitantes que discordam dessa forma de gestão podem até se manifestar, mas serão logo reprimidos porque o consenso (antidemocrático e autoritário) é imprescindível a esse projeto neoliberal. Vainer (2013, p. 91) elucida que “sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégia vitoriosa. O plano estratégico

supõe, exige, depende que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas". O consenso começa a se fazer presente principalmente nas abordagens da mídia e do governo, representando a cidade como uma unidade, como uma marca: "a cidade compete, a cidade deseja, a cidade necessita. Enquanto se discute se as cidades competem ou não, e o que elas desejam, aceita-se como natural a instauração da cidade como sujeito – sujeito simples, coeso, sem qualificação" (VAINER, 2012, p. 91).

Sempre aliada a uma "consciência de crise", a cidade-pátria se propõe a gerar consenso sobre os projetos neoliberais. Segundo Vainer (2012) e Sánchez (2010), "consciência de crise" é formada sobretudo pelas narrativas jornalísticas, que são instrumentalizadas para estruturar um projeto urbano e ideológico que prepara a cidade para um mercado mundial. De forma simbólica, essas narrativas vão gerando na população a percepção de que a reputação e o desenvolvimento econômico da cidade estão abalados pela existência de áreas degradadas e sem segurança. Por exemplo, de forma engessada e sem o confronto de ideias, O Globo apresentou a Zona Portuária não revitalizada e a falta da Operação Segurança Presente como problemas que atrapalhavam o desenvolvimento do Rio, e, segundo o jornal, um projeto urbano nos moldes neoliberais seria a única solução viável para essas demandas. Com isso, parte dos cariocas passou a considerar que as demandas sociais e econômicas do Rio eram consequências das áreas centrais degradadas e sem o patrulhamento urbano, e que as parcerias público-privadas seriam as soluções ideais para solucionar essas questões.

Vainer (2013) explica que a consciência de crise é passageira, servindo de ponto de partida para as transformações, criando insatisfações e vontades de mudanças. A tendência é que essa consciência de crise comece gradativamente a dar lugar um sentimento cívico, gerando orgulho no coração daqueles que vivem nessa cidade em "constante desenvolvimento". Então, o patriotismo seria consequência das obras e planos espetaculosos já realizados ou delineados para o futuro.

> Cabe ainda ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de "patriotismo cívico", de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto o que têm um caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e bem-estar da população (CASTELLS E BORJA, 1996, p. 160).

A cidade-pátria e a consciência de crise são elementos essenciais à construção do consenso sobre a inevitabilidade das parcerias público-privadas (FORTUNAb, 2016). No Rio de Janeiro, por exemplo, veículos de comunicação, políticos e empresas apresentaram problemas como áreas degradadas, mobilidade urbana insatisfatória, aumento nos índices de violência e, como consequência, naturalizaram na mente de algumas pessoas a ideia de que a cidade precisava ser remodelada por um projeto espetacular e neoliberal, e que seria essencial contar com parcerias público-privadas para atingir esses objetivos.

Nota-se que a mídia teve papel fundamental na gestão urbana neoliberal, servindo para representar um elevado grau de consenso sobre as políticas urbanas que “revitalizam” alguns espaços para vendê-los como mercadorias. Mesmo o patriotismo, esse orgulho gerado pelos vislumbres e aquisições da cidade-empresa, foi arquitetado sobretudo pelas representações midiáticas. O patriotismo foi um sentimento instrumentalizado para a gestão da marca, não para a autonomia das pessoas que viviam na cidade-sede. Assim, entendemos que as memórias sobre o Rio Olímpico foram enquadradas para produzir sentidos sobre uma cidade unida, sem discordâncias em torno do projeto, silenciando as vozes que desmancham o consenso e qualquer tipo de diferença política.

1.2 **A cidade pacificada para além dos jogos**

No subcapítulo anterior, buscamos contextualizar alguns projetos urbanos aplicados no Rio de Janeiro. Tratamos o tema legado de uma forma mais geral, abordando as promessas e o que realmente ficou à cidade nas áreas de urbanismo, mobilidade e segurança. Agora, nesta parte do trabalho, a segurança pública é o tema principal. Buscamos entender as Unidades de Polícia Pacificadora, pois o jornal O Globo e os gestores urbanos prometeram que as UPPs seriam capazes de instaurar o legado da pacificação na cidade. O que realmente ficou como herança dos megaeventos ao Rio? As UPPs ainda existem? Se não, por que acabaram? Quais foram os seus impactos na vida da população? Temos o objetivo de responder a essas perguntas.

Compreendemos que hospedar os megaeventos pode ser uma oportunidade única para as cidades-empresas angariarem tecnologias, negócios e visibilidade. Por isso, o Rio de Janeiro se empenhou na candidatura à sede, vislumbrando os

benefícios econômicos advindos dos investimentos públicos e privados, conquistas sociais como “geração de empregos” e “inclusão social”, entre outros impactos e legados. Em seu dossiê de candidatura, comprometeu-se a repaginar aparelhos esportivos e culturais, meios de transportes e áreas como saúde e segurança para atender às imposições do Comitê Olímpico Internacional (COI) e da Federação Internacional de Futebol (FIFA), usando comumente a promessa de legado para justificar os investimentos.

Todavia, Sánchez (2003) explica que a ideia de legado serve especialmente aos beneficiários: mercados, empresas transnacionais e elite local – agentes que têm especial fascínio em promover e apoiar projetos que comercializam a cidade-mercadoria. Grande segmento da população, por outro lado, não terá participação direta nos benefícios, apesar de contrair seus custos. Sendo assim, as narrativas sobre legados habitualmente servirão de instrumentos para a legitimação da reestruturação do espaço, atuando com o conceito de que aquilo que é conveniente, lucrativo e imediato para o mercado, em algum momento será bom para todos. O que nem sempre ocorre.

No geral, os meios de comunicação usaram a palavra legado como sinônimo para tudo que fica à cidade depois de ter servido aos jogos. Esses discursos se referiam aos prédios monumentais, às reformas em bairros e avenidas, aos espetaculares museus e estádios, bem como a valorização da imagem da sede e sua evidência no exterior. Guala e Bondonio (2016) explicam que, de fato, estes são legados tangíveis e intangíveis. Legados tangíveis são os novos prédios construídos, as instalações de telecomunicações, os aparelhos culturais e esportivos, os meios de transportes – estruturas podem ser facilmente mensuráveis. E os intangíveis são os novos conhecimentos e ferramentas de governança, as mudanças ou as evidenciações da identidade local e a valorização da imagem da cidade e do país – aspectos mais difíceis de serem identificados e calculados.

Os legados não são apenas positivos, eles também podem ser negativos, como explica Paiva (2013). Logo, ruínas, obras inconclusas, gentrificação, remoções e outros impactos nocivos à vida das pessoas também podem ser legados deixados pelos megaeventos. A autora define legado como estruturas planejadas e não planejadas criadas para atender aos megaeventos e que permanecem impregnadas na cidade mesmo quando sua programação termina e seus consumidores vão embora. Os legados são os impactos trazidos pelos eventos, e eles podem ser

econômicos, ambientais, políticos, socioculturais e psicológicos. O legado é um fenômeno multidimensional, pois está relacionado a diversas fases, das propostas e preparação do evento até os planos para desfrutar daquilo que ficou à sede.

> Para o COI, 'legado' cobre questões práticas, tais como "os restos dos Jogos" e o destino de instalações olímpicas. Inclui também o "resíduo emocional" de uma Olimpíada – como as memórias orais, histórias e recordações de Jogos que são valorizadas por cidadãos individuais, a depressão pós-Jogos e até mesmo o sentimento de luto pela perda dos Jogos. Há cerimônias para comemorar os aniversários dos Jogos que são, em parte, uma tentativa de marcar as Olimpíadas na história de uma cidade. Legado inclui ainda resultados imprevistos e não planejados – como fardos, que podem ser dívidas, o custo contínuo do uso de instalações caras e sub-utilizadas, que se tornam elefantes brancos e ainda ex-sedes olímpicas e infraestrutura degradadas. Estas são lembranças visíveis de falta de visão Olímpica ou uma falha em se planejar adequadamente para o período pós-olímpico (PAIVA, 2013, p. 116-11)

Depois de levantar essa discussão sobre a ideia de legado, é pertinente observar a cobertura de O Globo durante a eleição do Rio à sede de megaeventos internacionais a fim de entender sua construção narrativa sobre legados específicos para a segurança pública, embora o recorte deste trabalho seja o ano de 2018. Sendo assim, selecionamos a reportagem *Paz nas favelas para os Jogos*, veiculada no dia 8 de outubro de 2009. Essa matéria é relevante por expor os planos de autoridades locais para a segurança antes, durante e depois dos eventos, além de responder a uma aflição em relação a imagem de uma cidade violenta e perigosa propagandeada no exterior.

Em 8 de outubro de 2009, a primeira página de O Globo apresentou a nova meta do Estado do Rio de Janeiro: conter a insegurança para os megaeventos, pacificando mais favelas e reduzindo o alto número de homicídios. Já a *Paz nas favelas para os Jogos* (página 12) clarificou que as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) seriam a solução para a violência urbana, além de um indispensável legado positivo para a cidade supostamente insegura – uma narrativa que posteriormente continuará a ser difundida pelo O Globo. Por isso, entendemos que as UPPs estavam inseridas num conjunto de modificações realizadas na cidade visando sobretudo os Jogos Olímpicos de 2016. Os governos municipal e estadual, aproveitando o fato de o Rio ser sede de megaeventos que exigem uma série de adequações logísticas e espaciais, utilizou a UPP em um *branding* para reformular a imagem da mercadoria-Rio, tornando-a mais atraente aos consumidores internos e externos.

As UPPs foram implantadas em 2008 pelo governador Sérgio Cabral (Movimento Democrático Brasileiro – antigo PMDB). O projeto foi imposto às favelas consideradas de alta periculosidade, principalmente as que estavam próximas aos locais que receberam os jogos. A proposta da Secretaria de Segurança Pública era que as Unidades de Polícia Pacificadora agissem como uma polícia comunitária, estando mais próxima dos moradores das favelas, servindo-os com respeito e solidariedade. A matéria explica que a prioridade da área de segurança pública do Rio de Janeiro era a ampliação de UPPs a 47 das 1.020 favelas até 2010, tendo em vista a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016. Na época da publicação, só quatro comunidades contavam com o projeto: Dona Marta (Botafogo), Cidade de Deus (Jacarepaguá), Batam (Realengo) e Babilônia (Leme). Autoridades se comprometem a investir na segurança para os jogos: governador Sérgio Cabral se comprometeu a colocar de sete a dez mil policiais nas ruas e, especificamente para os dias dos eventos, o ministro da Justiça, Tarso Genro, assegurou que 20 mil homens da Força Nacional de Segurança seriam enviados ao Rio e o secretário de segurança José Beltrame garantiu a instalação de UPPs em novas favelas.

A matéria explica que as áreas consideradas como potenciais para instalação das UPP são aquelas que, segundo pesquisas do Instituto de Segurança Pública (ISP), possuem grupos organizados por criminosos. As pesquisas produzidas pelo ISP foram referentes sobretudo à realidade das mais diversas áreas do Rio de Janeiro, focando em eixos específicos como topografia, população, número estimado de criminosos, armas e pontos de venda de drogas ilícitas, auxiliando na melhor atuação da corporação diante das diferentes demandas de cada favela. Havia uma intenção em O Globo em dizer que as ocupações das favelas foram bem delineadas pela Secretaria de Segurança, que fez uso não só da presença física dos agentes nos territórios, mas também do “planejamento inteligente” e da “expertise do setor”, o que garantiria, pelo menos teoricamente, a segurança dos habitantes do território durante o processo de “pacificação”. É possível observar essa construção discursiva na figura abaixo.

Figura 1 – Paz nas favelas para os Jogos

RIO 2016

Paz nas favelas para os Jogos

Estado planeja ampliar para 47, até fim de 2010, o número de comunidades com UPPs

Sérgio Ramalho

A ampliação do programa de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) para 47 favelas da cidade até o fim de 2010 é uma das prioridades da área de segurança pública visando à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016. Atualmente, quatro comunidades — Dona Marta (Botafogo), Cidade de Deus (Jacarepaguá), Batam (Realengo) e Babilônia (Leme) — são beneficiadas pelo projeto. O desafio é chegar a 2016 com cem favelas atendidas, quase 10% das 1.020 comunidades carentes catalogadas pelo Instituto Pereira Passos (IPP). Outras metas para receber os Jogos são reduzir os índices de homicídios e, como anunciou o governador Sérgio Cabral, pôr mais sete mil a dez mil policiais nas ruas do Rio. O ministro da Justiça, Tarso Genro, também tem planos para mandar 20 mil homens da Força Nacional de Segurança para o Rio durante os Jogos.

O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, pretende implantar ainda este ano de três a cinco UPPs em favelas da cidade. A meta para o início do segundo semestre de 2010 é de outras dez. Beltrame faz segredo sobre as comunidades onde as UPPs serão instaladas, mas dá a entender que o objetivo é agir em áreas turísticas e próximas às vias expressas:

— Vamos priorizar as áreas elencadas num estudo do ISP (Instituto de Segurança Pública).

PM: 62 mil homens até as Olimpíadas

• Os critérios para a expansão das UPPs foram estabelecidos no estudo do ISP. O trabalho relacionou inicialmente cem favelas em diferentes pontos da cidade. Os pesquisadores criaram pastas com informações específicas sobre cada região: topografia, imagens feitas por satélite, população, número estimado de traficantes, armas e pontos de venda de drogas.

A partir dos dados do ISP, Beltrame poderá decidir a metodologia a ser empregada na ocupação das áreas, diminuindo os riscos para a população local. Há ainda uma estratégia combinada com o aumento do efetivo da PM, que deve contar com 62 mil homens até 2016 — atualmente, são cerca de 38 mil.

A expectativa é que 1.200 soldados sejam incorporados à tropa até fevereiro de 2010. Antes do fim do ano, 300 recrutas recém-formados já começarão a trabalhar nas novas UPPs que serão criadas até dezembro. Beltrame admite a dificuldade para aumentar o efetivo da PM, mesmo com a autorização para realizar concursos. Segundo ele, 40% dos candidatos não são aprovados nos processos de seleção.

O aumento da tropa não se deve apenas à criação das UPPs. Há também a necessidade de investir no policiamento ostensivo para intensificar o combate, classificado como prioritário, a quatro tipos de crimes: homicídios dolosos, latrocínios, roubos de veículos e assaltos a transeuntes.

Para reduzir os índices desses crimes, a secretaria adotou, num painel montado na sede do órgão, um padrão de cores semelhante ao dos sinais de trânsito. Policiais de delegacias e batalhões localizados em áreas com a cor verde (ou seja, que atingiram as metas de redução) vão receber prêmios em dinheiro. Já quem ficar no vermelho não terá acesso à gratificação e ainda poderá ser substituído, caso ocupe cargo de comando.

Com a adoção da nova metodologia, Beltrame espera diminuir para 20 ou 25 o número de homicídios dolosos para cada cem mil habitantes. Em 2006, ano que antecedeu o início da gestão do atual titular da secretaria, foram 38,5 casos por cem mil. A comparação com os números de Londres, sede das Olimpíadas de 2012, revela o oceano que distancia os índices de criminalidade das duas cidades: no ano passado, a capital inglesa registrou 147 assassinatos, o que dá uma taxa de 1,9 por cem mil.

O plano de segurança do Pan 2007 conseguiu diminuir os índices de criminalidade durante o evento. Para Beltrame, a explicação é simples:

— A união de esforços dos governos federal, estadual e municipal permitiu a colocação de dez mil homens na segurança da cidade.

Secretário executivo do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), Ronaldo Teixeira prevê a expansão das UPPs nas principais favelas do Rio. A pacificação desses territórios, na opinião dele, vai se refletir na queda dos índices de criminalidade na cidade. Segundo o secretário, o orçamento do Pronasci para o próximo ano é de R$ 1,4 bilhão. Parte desses recursos deve ser destinada ao Rio, que figura em primeiro lugar no ranking das cidades beneficiadas pelo programa no país. ■

• CONCURSO INTERNACIONAL ESCOLHERÁ MARCO OLÍMPICO *na página 14*

CONHEÇA OS PLANOS DO GOVERNO

UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS)

Implantadas

Algumas das 47 que deverão ser implantadas até 2010

Prioridade para as áreas turísticas e os corredores próximos às vias expressas

Para 2016

UPPs implantadas em cem comunidades carentes catalogadas em estudo do Instituto de Segurança Pública

NÚMERO DE PMs

Hoje	38 mil
Até 2016	62 mil*

*Conforme projeto aprovado pela Alerj. A contratação, contudo, depende de aprovação dos candidatos nos concursos

FONTES: ISP, IBGE, Metropolitan Police (MET, de Londres) e Office of National Statistics (ONS, dados de 2007)

RIO X LONDRES (onde serão as Olimpíadas de 2012)

Taxas de crimes para cada 100 mil habitantes e número total (Rio, em 2008; Londres, em 2007)

	Rio	Londres
Homicídio doloso	33,2 (2.069)	1,9 (147)
Total de roubos	1.412,3 (88.017)	436,3 (32.967)
Total de furtos	1.503,7 (93.710)	4.201,1 (317.472)

Violência que repercute no exterior

• A insegurança nas vias expressas, principalmente no trajeto entre o Aeroporto Internacional Tom Jobim e a Zona Sul, e os frequentes assaltos a turistas figuram como problemas que prejudicam a imagem da cidade no exterior. Para o diretor da Associação Brasileira dos Profissionais em Segurança, Vinícius Cavalcante, é preciso ampliar o investimento em câmeras e aumentar o patrulhamento ostensivo nas áreas onde esses crimes ocorrem. Cavalcante diz que as autoridades de segurança pública vêm aumentando o investimento em aparato tecnológico, mas frisa que ele só terá resultado prático com o crescimento do número de policiais nas ruas.

Para a cientista social Silvia Ramos, o combate à insegurança depende da continuidade de projetos de curto, médio e longo prazo.

No caso específico das vias expressas, especialistas defendem a integração entre o patrulhamento ostensivo e o acompanhamento via câmeras, o que permitirá agilidade no combate a crimes como ataques a motoristas. Essa situação foi enfrentada recentemente pelo juiz Sidney Rosa, do III Tribunal do Júri, que teve o carro atingido por um tijolo lançado do alto de uma passarela na Linha Amarela.

Ataque semelhante sofreu a professora de educação física Ciléia Cordeiro, de 27 anos, atingida no rosto por um bloco de concreto numa tentativa de assalto na Linha Amarela, no dia 5 de setembro. O crime aconteceu às 7h. Os bandidos jogaram o pedaço de concreto do alto de uma passarela. Ciléia foi operada, ficou em coma induzido e atualmente está se recuperando, com acompanhamento médico.

Segundo Matheus e Silva (2013), ainda que o governador Sérgio Cabral (MDB) tenha sido reeleito em outubro de 2010, possivelmente pelo otimismo do seu eleitorado diante da possibilidade de uma cidade pacificada, o novo projeto de segurança enfrentava críticas em relação a efetividade do modelo de combate à violência que não acabava com o tráfico de drogas, apenas inibia, em um primeiro momento, a exibição de armas, os crimes contra a vida e a suspenção do direito de ir e vir dos cidadãos. Os autores reforçam que os jornais cariocas esqueceram as críticas, lembrando apenas as opiniões que ratificaram a indispensabilidade da UPP para o Rio. No final de 2010, as narrativas jornalísticas reverberavam apenas o

entusiasmo em relação às Polícias Pacificadoras, não admitindo qualquer suspeição sobra a efetividade do projeto.

A partir de 2010, o tema da violência foi pouco explorado pelos jornais, quando o assunto aparecia, era de uma forma branda, com destaque positivo ao plano de segurança pública, explicam Matheus e Silva (2013). Na prática, os periódicos cariocas estavam tendo que lidar com as memórias negativas do Rio de Janeiro que eles mesmos ajudaram a produzir, e que na época já se revelavam inconvenientes frente aos lucros que esperavam dos megaeventos. Enfim, os autores revelam que as memórias entendidas como negativas já começavam a incomodar, e que os jornais já começavam a articular o seu *branding*, ressaltando apenas as memórias positivas sobre a cidade.

Conforme os estudos de Mendonça (2018), notamos que a Figura 1 aborda o mito da retomada dos territórios pelo Estado se baseando na combinação de três gestos de silenciamento: o fato de que o Estado sempre esteve presente nas favelas, mesmo que atuando de forma precária e contraditória; a pluralidade de vozes dos moradores das comunidades é reduzida e/ou o "morador anônimo/passivo" é estabelecido como o único tipo de fonte informativa; a interpretação crítica do trabalho das forças armadas e de seus princípios norteadores, visto que os comentários de "especialistas" em segurança pública se resumem às análises de chefes e ex-integrantes da polícia. Uma abordagem habitual tanto nos telejornais, como analisa o autor, quando no jornal impresso, como expresso neste trabalho.

> Além do silenciamento de lideranças históricas das favelas cariocas, a construção discursiva do mito da retomada do território pelo Poder Público quer silenciar, também, um outro aspecto: o fato de que a própria presença constante, precária e contraditória do Estado nas localidades é, também, parte importante do problema das violências no contemporâneo. Com isso, não será mencionada, como causa e continuidade, a persistência das mesmas práticas de sujeição criminal (MISSE, 2008), bem como a manutenção da incapacidade de administração dos conflitos por parte dos agentes do Estado (KANT DE LIMA, 1996) em ação nas favelas cariocas "pacificadas", com a complexa relação de promiscuidade entre elementos da força policial e traficantes (MENDONÇA, 2018, p. 14).

A organização das ações militares por meio das Unidades de Polícia Pacificadora não é o primeiro plano de segurança que visava a ocupação dos morros cariocas, uma vez que esse tipo de ação já foi exercido pelos Grupamentos de Policiamento em Áreas Especiais (GPAEs). Nos anos 90, durante a gestão do governador Anthony Garotinho (Partido Democrático Trabalhista e Partido Socialista

Brasileiro), foram instaladas GPAEs em algumas áreas da cidade, como explica Vilela (2013). Esta era a estratégia policial para as localidades entendidas como perigosas e controladas por traficantes de drogas. A ideia era que esses territórios fossem conquistados dos traficantes para depois ser controlado por forças de segurança presentes fisicamente no local. Mas, segundo o autor, o tráfico continuou operando nessas áreas de uma forma velada, mesmo com essa operação constante da polícia. O programa começou a entrar em colapso justamente quando a imprensa começou a noticiar que o governador estava “aceitando” a continuidade do varejo de drogas nessas localidades, mesmo sob um programa de combate à violência e ao controle por traficantes. Perdendo o apoio político e da opinião pública, os GPAEs vão aos poucos diminuindo sua capacidade de ação até serem extintos definitivamente pelo governo estadual. Essa experiência não chegou a alcançar a abrangência territorial das UPPs, mas seu propósito e funcionamento eram semelhantes.

Enquanto Vilela (2013) explica os planos de segurança da Polícia Militar para a ocupação da favela, Borges (2009) detalha as ações realizadas somente pelo Exército entre 1992 e 1995, como a Rio-92, Operações Rio I e Rio II.

Entre 3 e 14 de junho de 1992, o Rio foi sede da Eco-92 (conferência da Organização das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento). Na época, o presidente era Fernando Collor de Mello (Partido da Renovação Nacional – PRN), o governador do Rio era Leonel Brizola e o prefeito era Marcello Alencar, ambos do Partido Democrático Trabalhista (PDT). Borges (2009) ressalta que, durante os dias do evento, a segurança da capital fluminense foi reforçada por homens do Exército, que estavam sob a coordenação do Comando Militar do Leste. A imprensa na época se referia à reunião como Rio-92, dando nome também à operação militar que consistia em estacionar jipes e tanques nas ruas em passariam as delegações estrangeiras, reunindo aproximadamente 160 chefes de Estado e governo. No entanto, mais de 17 mil militares já estavam atuando no Rio desde o fim de maio de 1992, pouco antes da conferência internacional, ocupando as favelas da Rocinha, Turano, São Cristóvão, Manguinhos e Maré, regiões consideradas perigosas pelos veículos de comunicação e pelas autoridades locais.

Ainda segundo o autor, a Operação Rio (1994-1995) foi um convênio entre o governo estadual (representado por Nilo Batista do PDT) e o governo federal (representado por Itamar Franco do Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) após o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, promovendo a ação

conjunta entre as polícias do Rio – que ampliariam o policiamento ostensivo – e as Forças Armadas, fiscalizariam as fronteiras do Estado do Rio de Janeiro. Gerenciada mais uma vez pelo Comando Militar do Leste, essa coalizão estabelecida entre as polícias e o Exército pode ser dividida em três partes: a primeira foi a Operação Rio I, que durou entre 31 de outubro e 31 de dezembro de 1994; a segunda manteve o nome, pois o convênio se prorrogou até 3 de março de 1995; e a terceira já se chamava Operação Rio II, ocorrendo entre 4 de abril e 31 de junho de 1995. Portanto, em face de um aumento da criminalidade, foi acordado que o governo federal, utilizando o Exército, fiscalizaria as fronteiras do Rio para diminuir a entrada de armas e drogas, tendo em vista que o estado não produzia esses produtos; e o governo estadual, por meio das Polícias Civil e Militar, combateria os narcotraficantes e recolheria as armas utilizadas por eles.

Borges (2009) esclarece que essas três intervenções militares eram apontadas pelos discursos jornalísticos e governamentais como as responsáveis pela diminuição da ocorrência de crimes na capital fluminense. De acordo com o autor, apesar de não existirem estatísticas que corroborassem essa afirmação, os jornais e os políticos da época utilizavam os seguintes argumentos: “Exército intervém na polícia do Rio e assume o combate ao crime”; “Exército nas ruas reduz a criminalidade”; “Exército cerca cinco favelas”; e “em um mês, violência baixou 39%”. E, portanto, Borges (2009) conclui que essas narrativas jornalísticas repletas de convicções sobre a redução da violência urbana são capazes de produzir sentidos que consolidam nas mentes e nos corações dos leitores o desejo por mais intervenções repressivas e autoritárias.

Vilela (2013) lembra ainda que o conflito territorial por alguns grupos sempre esteve implícito na dinâmica espacial da cidade: ao final do século XIX, havia a delimitação dos territórios das maltas de capoeiras; no fim de 1930, surgiram os grupos de extermínio na Baixada Fluminense; a partir de 1960, ganham destaque os territórios dominados pelo jogo do bicho; e da década de 1970 em diante, o tráfico de drogas passou a dominar alguns territórios. No começo dos anos 2000, no intervalo entre os GPAEs e as UPPs, as milícias foram um componente que surgiu nesse contexto da cidade. Segundo Vilela (2013), a milícia começou em Campo Grande, na Zona Oeste, com grupos formados por policiais, bombeiros, agentes penitenciários e civis armados que passaram a controlar territórios que eram dominados por traficantes. Sua intenção era oferecer proteção aos moradores desses locais supostamente abandonados pelo poder público. Por outro lado, esse grupo logo

começou a espancar, matar e expulsar quem não concordava com sua administração e/ou contribuía com uma taxa mensal por seus serviços. Ou seja, em alguns lugares as milícias substituíram o tráfico e continuaram a comercializar mercadorias ilegais como: pacotes de televisão a cabo e internet; exploração de mototáxis e motoristas de vans; e a distribuição de gás acondicionado em botijões. Esses grupos mantêm arrecadações financeiras com esses serviços clandestinos e com a taxa mensal cobrada de moradores e comerciantes para a proteção.

Por outro lado, Daemon e Mendonça (2011) esclarecem que, no Rio de Janeiro, então capital federal, os grupos de extermínio do início dos anos 50 deram origem às milícias urbanas dos dias atuais. Em 1950, diante de um sentimento popular de insegurança, Milton Le Cocq, membro da Polícia Especial de Getúlio Vargas, funda o Grupo de Diligências Especiais, composto por homens do extinto Esquadrão Motorizado (EM). Por causa da sigla e por suas ações serem sempre acompanhadas do assassinato dos suspeitos de crime, o grupo logo começou a ser chamado de Esquadrão da Morte pela imprensa e por populares. Segundo os autores, a população, que tinha contato com os crimes violentos apenas pelos jornais, passou a testemunhar a pedagogia da punição aplicada pelo Esquadrão: os corpos dos supostos delinquentes eram abandonados em terrenos baldios, com sinais de tortura e placas com as mensagens “eu era ladrão” ou “menos um ladrão na cidade – assinado: E.M.”, esse ritual servia para justificar o crime e a tortura, mas também para fazer com que as testemunhas se deslocassem para o lugar do criminoso, tendo consciência do seu fim caso optasse pelo mundo do crime.

Depois da morte de Milton Le Cocq, um grupo de agentes de segurança altamente treinados se reuniu para formar, em 1965, a Scuderia Le Cocq, seguindo o lema “aperfeiçoar a moral e servir a sociedade”. Era liderado pelo deputado Sivuca (Partido Social Cristão – PSC), famoso pela frase “bandido bom é bandido morto”. Pelo seu lema, a Scuderia buscava justificar seus crimes pelas ordens técnicas e morais: pela técnica, era possível obter informações e medo, que gerava o respeito; pela moral, eram utilizados critérios dicotômicos como culpado e inocente, recuperável e irrecuperável, homem bom e homem mau, além da punição como exemplo, que era capaz de “melhorar a sociedade”.

Em 1980, ainda de acordo com os autores, a violência policial era legitimada por políticos, jornais e agentes de segurança, como se ela fosse inerente à natureza do próprio trabalho. Naquele momento, o *modus operandi* de parte da corporação

ainda era torturar para obter informes sobre os crimes, dar exemplo aos outros membros da sociedade, demonstrar sua força e imunidade para realizar esses atos. Daemon e Mendonça (2011) evidenciam que a tortura policial estava associada a uma noção de justiça, atrelada a um sentimento de vingança e castigo divino: os maus-tratos e as torturas representavam para o policial uma resposta dos “homens de bem” para os “homens maus”, não se trata mais de uma simples “técnica de investigação”, mas de um desejo de castigar. O policial deixa de ser um funcionário, um homem da ordem, para assumir o papel de justiceiro.

Buscando reafirmar que as milícias contemporâneas descendem dos grupos de extermínio, Daemon e Mendonça (2011) analisam as entrevistas de 2009 com Ricardo Batman, líder da milícia carioca que controla grande parte das favelas da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Na entrevista, Batman relembra sua origem de policial militar, elogia José Beltrame, Secretário Estadual de Segurança da época, e declara a origem e a qualidade de suas armas. Batman explica que não se considera um bandido, mas um ex-policial que continua dentro da lei. Essa fala de Batman remete às funções técnicas e morais utilizadas pelos grupos de extermínio (1950) e pelos policiais em serviço (1980) para justificar seus crimes e torturas. Além disso, genealogia feita pelos autores revela que, de fato, existe uma relação entre grupos como o Esquadrão da Morte e milicianos como Batman.

Esse histórico do Rio de Janeiro contribui para a formação de memórias coletivas sobre uma cidade violenta. Halbwachs (2003), ao formular o conceito de memória coletiva, destaca uma dimensão social da memória. Não nega a existência de memórias individuais, mas entende que elas são formadas sobretudo pelas memórias dos grupos. Todas as lembranças, mesmo aquelas mais íntimas, como os pensamentos e os sentimentos, estão relacionadas com um conjunto de noções compartilhadas pelos outros: linguagem, lugares, ideias, assim como tudo que compõe a vida e os princípios dos grupos sociais. Para o autor, a memória seria responsável por garantir o funcionamento da vida social, pois, sem referências comuns, a sociedade não vigoraria. Ricoeur (2007) completa, explicando que o sujeito que lembra está imerso em uma rede de sentidos com a qual precisa dialogar, inclusive para transformá-la. Se os signos forem desconhecidos, mais difícil será seu processo de compreensão e transformação. Todavia, o autor lembra, considerando as preposições de Halbwachs, que os vínculos articulados pela memória podem ser espontâneos e efêmeros uma vez que é possível trocar de grupo, abandonar as

antigas perspectivas e adquirir novas, ou até mesmo misturar a velha com a recém adquirida.

Com a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede de megaeventos, essas representações de violência e insegurança passaram a gerar preocupações, especialmente nos governos e investidores. O box *Violência que repercute no exterior* completa a matéria ao dizer que “a insegurança nas vias expressas, principalmente no trajeto entre o Aeroporto Internacional Tom Jobim e a Zona Sul, e os frequentes assaltos a turistas prejudicam a imagem da cidade no exterior” (O Globo, 08/10/2009, p. 12). Com isso, a estratégia primordial para trabalhar essa reputação foi o *branding*, que ressaltou um conjunto de memórias de um Rio em constante transformação, em ascensão, uma cidade que aprendeu a superar seus próprios impasses se construindo e reconstruindo com o tempo.

1.3 **“Intervenção militar, já”: um legado à cidade**

Em 2010, no início das UPPs, a hostilidade dos policiais era direcionada apenas aos traficantes, grupos representados como “demoníacos” e “imorais”, de acordo com Silva (2015). Ao mesmo tempo em que os bandidos eram representados pelos jornais cariocas como facínoras que afugentavam a população, os policiais eram representados como emissários da paz. Eram narrativas dicotômicas que tinham o claro objetivo de produzir sentidos que legitimavam o plano de segurança de Sérgio Cabral (MDB). Essa forma de narrar as UPPs começa a mudar em 2013, depois do assassinato do pedreiro Amarildo de Souza, morador da favela da Rocinha. Amarildo foi levado a UPP da Rocinha para prestar depoimento e desapareceu, após três meses de investigação o Ministério Público denunciou policiais militares envolvidos nesse caso – somente em 2018, agentes foram condenados pelos crimes de tortura seguida de morte, ocultação de cadáver e fraude processual.

Além do mais, passados os megaeventos, o estado do Rio de Janeiro entrou em uma crise financeira (influenciada pelas dívidas com reformas para os eventos) que afetou toda a segurança. A redução da verba destinada à área desorganizou o funcionamento das polícias civil e militar, e fez surgir ainda mais críticas à Polícia Pacificadora levando a sua extenuação. Nesse contexto, o início do ano de 2018 é marcado pelo aumento de notícias sobre roubos, assaltos e homicídios em O Globo. Narrativas que normalmente se referiam a uma “onda de violência” apontavam a

intervenção do Exército na área de segurança como uma solução viável, sempre lembrando da incapacidade das polícias em realizar suas funções básicas pela falta de dinheiro, como pode ser averiguado na reportagem “Estatística do caos” (27/02/2018) de O Globo:

> Cenas de arrastões, saques e agressões filmadas por cariocas e turistas durante o carnaval foram estopim para a decisão do presidente Michel Temer de decretar uma intervenção federal na segurança do Rio, mas o pavio que fez a violência explodir estava aceso há três anos, quando os índices de criminalidade começaram a expor a perda de controle da situação (...) Segundo Artur Trindade, conselheiro do Fórum e ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, embora outros estados tenham alto índices de homicídios, a violência no Rio apresenta características que não são encontradas em outros locais do país e que justificam a intervenção federal (...) Trindade observa, ainda, que, mesmo em áreas nobres do Rio, a sensação de insegurança é muito grande. Ele relaciona isso a uma falta de confiança da população nas polícias Civil e Militar (O GLOBO, “ESTATÍSTICA DO CAOS”, 2018, p. 07)

Como resposta à incidência de crimes e ao “caos no Rio”, o então presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro) decretou uma intervenção federal na área de segurança pública do estado, anunciada no dia 16 de fevereiro de 2018 e com término em 31 de dezembro do mesmo ano. A decisão foi validada pelo governador da época, Luiz Fernando de Souza (Movimento Democrático Brasileiro), pela Câmara e pelo Senado. No momento em que o governo federal instaurou a intervenção militar na segurança do Rio, nenhum diagnóstico técnico ou planejamento estratégico foi apresentado à população. Essa atitude foi tomada sem a apresentação de dados sobre a situação da cidade, informações que corroborassem com a necessidade da intervenção. O Comando Militar do Leste não apresentou seus planos para diminuir os índices de violência da cidade, também não existiam análises sobre a situação financeira da área de segurança do estado.

Na reportagem “Dinheiro emperrado” (08/06/2018) de O Globo, foi dito que o plano estratégico dos generais responsáveis pela intervenção só foi divulgado em 29 de maio de 2018, mais de cem dias depois da instauração do plano militar. O documento, de acordo com a matéria, propõe a convocação de militares da reserva para reforçar e aumentar os efetivos do estado do Rio, assim como um sistema unificado com todas as chamadas de emergência e eventos cívicos em batalhões. Ainda, o planejamento previa a aplicação de R$ 1 bilhão de reais.

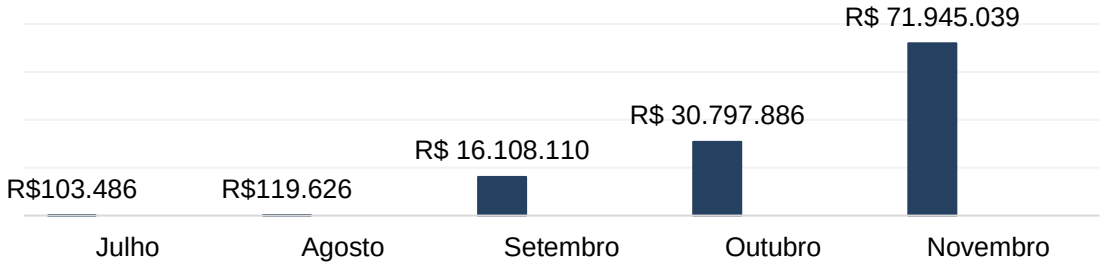
Em março de 2018, o estado do Rio de Janeiro recebeu R$ 1,2 bilhões da União para a intervenção militar, valor relativamente próximo ao previsto pelo plano estratégico dos militares. No entanto, por questões burocráticas, os recursos só começaram a ser gastos em junho do mesmo ano. Para fazer qualquer compra, era

necessário se adequar à Lei de Licitações – um procedimento no qual os serviços públicos recorrem a projetos/serviços mais vantajosos e acessíveis para a execução de suas obras, compra de materiais ou alienação de bens de seu patrimônio. Na matéria “Dinheiro emperrado” de O Globo, especialistas já criticavam e defendiam a atuação dos militares. Especialista em direito administrativo, Manoel Peixinho, esclarece que mesmo com o atraso dos recursos da União, os militares podiam ter se antecipado, solicitando uma estimativa do valor a ser recebido, preparando o esboço dos editais de licitação e até mesmo agilizando o processo de contratações de serviços, aquisições de produtos ou preços para futuras compras. Ainda, se a situação do estado fosse realmente grave, haveria fundamentação jurídica para compras urgentes. Já Leonardo Vizeu, especialista em direito constitucional e segurança pública, defende que existem preceitos legais que devem ser respeitados, que o atraso do uso do dinheiro não é culpa do Exército, e sim da lei brasileira que é lenta e burocrática. De acordo com Vizeu, leva, no mínimo, seis meses para efetivar uma compra (que seria mais da metade do tempo da intervenção) e que, na administração pública, a pressa e a honestidade dificilmente caminhariam lado a lado. Sem dinheiro, o trabalho da Polícia Civil estaria comprometido, explicava Rafael Barcia, delegado e presidente do sindicato da categoria. De acordo com ele, a percepção da intervenção na Polícia Civil era muito boa, estavam todos esperançosos com os novos investimentos. A possibilidade de receber novos recursos, inclusive, aumentou a proatividade da equipe, mas ainda não tinha chegado ao nível de excelência desejado, comentava Barcia. A matéria vai defendendo a ideia de que a quantia investida no Rio, graças a intervenção, seria importante para garantir o bom funcionamento da polícia, que teria melhores condições para combater os criminosos.

No gráfico 1, é possível observar os gastos da intervenção militar por mês. Começa em julho, pois foi quando de fato a verba destinada a esse plano de segurança começou a ser utilizada. Nele, é possível notar que o Gabinete da Intervenção só utilizou 6% (R$ 72 milhões) de todo o crédito extraordinário destinado à medida intervencionista de Temer (R$ 1,2 bilhões). A Polícia Militar foi a mais beneficiada pelas verbas, recebendo 41%[18]. Já a Polícia Civil angariou 38% do valor, seguida por Defesa Civil/Bombeiros (9%), sistema penitenciário (6%) e Secretaria de Segurança Pública (5%), extinta na época.

[18] Matéria “Sete meses após a intervenção federal, RJ ainda recebe equipamentos”, publicada pela Folha de São Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/08/sete-meses-apos-intervencao-federal-rj-ainda-recebe-equipamentos.shtml. Acesso em: 27/10/2019.

Gráfico 1 – Gastos da intervenção por mês



Fonte: Relatório “A intervenção acabou: quanto custou?”, produzido pelo Observatório da Intervenção em 2018.

Com cerca de 200 mil agentes, durante os dez meses de intervenção militar ocorreram 711 operações e 221 ações de patrulhamento. De todas as operações, aproximadamente 220 foram realizadas pela união das Forças Armadas, Polícia Militar e Polícia Civil. Esse plano de segurança foi aplicado a 296 lugares do Rio, divididos entre capital, Baixada Fluminense, Niterói e cidades do interior[19].

A intervenção seria um procedimento regulado pelos artigos 34 e 36 do capítulo VI da Constituição Brasileira (CRFB), mas, apesar de previsto, ele nunca tinha sido usado antes. Em condições tidas como normais, o governo federal não teria autonomia para intervir na decisão dos estados, sobretudo em áreas como a segurança pública. Conforme o artigo 34, essa interferência só pode ocorrer para manter a integridade do território brasileiro; reorganizar as finanças de uma unidade da federação e/ou repelir uma intervenção estrangeira.

No caso do Rio de Janeiro, foi invocado o inciso três do artigo 34, que permite uma intervenção federal para amenizar “grave comprometimento da ordem pública”. Essa “ordem pública” seria comprometida pelo aumento da violência em um Estado em crise, com dificuldade para manter os agentes de segurança e garantir o funcionamento de seus postos de trabalho. E o que muda com a intervenção? O ex-secretário de segurança pública do Rio, Roberto Sá, foi exonerado no dia 19 de fevereiro de 2018, e o general Walter Souza de Braga Netto assumiu seu cargo, passando a ser responsável pela secretaria de segurança pública, pelas polícias civil e militar, pelos bombeiros e pelo sistema prisional.

Importante ressaltar que a intervenção federal é diferente do uso de militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Na GLO, as forças armadas apenas prestam assistência às polícias, enquanto o governador e outras autoridades locais são responsáveis por planejar e conduzir essa ação conjunta. Por outro lado, a intervenção federal é mais radical e invasiva. Ela torna o governo federal, por

[19] Relatório “Intervenção Federal: um modelo para não copiar”, produzido pelo Observatório da Intervenção em 2018.

intermédio de um interventor, responsável pelo comando da segurança do estado. Desta forma, o interventor está subordinado apenas ao presidente, não sendo obrigado a dar satisfações ao governador ou a qualquer outra autoridade estadual. Ademais, o interventor tem licença para dar ordens a funcionários civis e militares; demitir e admitir funcionários; restaurar órgãos públicos e administrar as verbas destinadas à área – antes essas funções eram desempenhadas pelo secretário de segurança e pelo governador. Por isso, entendemos essa intervenção como militar, pois, segundo Rocha (2018), a militarização é um processo viabilizado por justificativas morais e ideológicas que traz o "campo de batalha" para dentro das cidades a fim de combater o exército inimigo, formado por gangues, milícias, quadrilhas armadas e outros grupos. Isto é, a militarização utiliza agente treinados para a guerra no combate de crimes comuns, tornando habitual a presença de soldados do Exército nas ruas, nas reuniões que definem os rumos da segurança pública e na organização da vida de pessoas que vivem nas cidades.

Sem problematizar essa falta de perspectiva e objetivos da intervenção militar, o jornal O Globo passou a relatar os benefícios que já foram trazidos pelas ações do Exército ao Rio. A reportagem "Fantasmas entre nós" (25/02/2018) é um exemplo, pois pauta especificamente o trabalho "excelente" das Forças Especiais, também conhecidas como fantasmas, e a sua indispensabilidade nos eventos internacionais. Deste modo, a revisita ao passado do "Rio Olímpico" pode ter o intuito de direcionar como as pessoas rememoram o tema. Vale destacar que não se trata de confiar em uma memória íntegra, sem interferência de fatores sociais, mas sim no atravessamento dessas orientações enquadradas no presente.

O apelido fantasmas, usado pelas Forças Especiais, remete ao famoso personagem Fantasma, o primeiro super-herói mascarado do universo dos quadrinhos. Criada em 1936 por Lee Falk, a lenda começa quando a embarcação de Kit Walker foi atacada por piratas, há mais de 400 anos. No decorrer da batalha, toda a tripulação morreu, inclusive o pai do menino. Walker foi o único sobrevivente, pois se jogou ao mar, nadou até a costa de Bangala e foi resgatado por pigmeus. Salvo e em segurança, ele jurou sobre o crânio de um criminoso que lutaria contra o mal junto com seus descendentes: "juro que dedicarei a minha vida à tarefa de destruir a pirataria, a ganância, a crueldade e toda a injustiça. E meus filhos, e os filhos de meus filhos, me perpetuarão".

Após o juramento, Kit foi encarnando o personagem Fantasma. Queria se tornar uma lenda imortal, um guerreiro solitário que combatia a injustiça. Era misterioso, agia nas sombras para que ninguém pudesse ver o seu rosto. Você nunca

encontra o Fantasma, ele encontra você, diziam os cidadãos de Bangala. Era conhecido pelo povo como justiceiro, como aquele que só é violento com os violentos. Para os homens bons, a denominação Fantasma soava como proteção, para os homens maus como perigo. Na mão direita, o Fantasma carrega um anel com o desenho da caveira, usado para marcar permanentemente os adversários derrotados com um sinal do crânio. Na mão esquerda, tem um anel com a insígnia do bem, aqueles que detêm essa marca estão protegidos pelo manto de bondade do herói.

Assim como o Fantasma das histórias em quadrinhos, os Fantasmas do Exército trabalham à noite em missões cheias de mistérios. Os militares que integram o Batalhão de Forças Especiais do Exército atuam nas matas, no escuro, em missões antiterror. São comparados, inclusive, aos *Navy Seals*, soldados da Marinha Americana responsáveis pelo assassinato de Osama bin Laden – líder do movimento que lançou dois aviões nas torres gêmeas do *World Trade Center*, um dos símbolos da supremacia econômica dos Estados Unidos da América, no dia 11 de setembro de 2001. Com grande valor simbólico, essa referência contribui sobremaneira para a ideia que estava se delineando, e que será vista em outras matérias sobre a intervenção militar: apenas o Exército, principalmente agentes instruídos para combater o terrorismo, poderiam pôr fim à ação de traficantes e milicianos nas favelas cariocas.

> Uma tropa que recebe treinamento de alto nível, com sede em Goiânia, chegou ao Rio para ficar na linha de frente da intervenção federal na área da segurança pública do estado, sob o comando do general Walter Souza Braga Netto. Na caserna, entre os militares, seus integrantes são chamados de “fantasmas” por atuarem nas sombras, em operações sempre cercadas de sigilo. (...) Não raro, eles são comparados aos Navy Seals da Marinha americana, que mataram Osama bin Ladem no Paquistão em 2011. Esses militares, preparados para ações antiterror, têm nas mãos uma missão muito difícil: expulsar o tráfico e as milícias de algumas favelas cariocas (O GLOBO, “FANTASMAS ENTRE NÓS”, 2018, p. 10).

A matéria explica ainda os símbolos estampados no brasão da Força Especial, que muito dizem sobre sua missão e seus valores: “seus homens são os mais temidos do Exército”, “aparece uma mão empunhando uma faca (...) a lâmina está manchada de sangue”, “ações discretas que não deixam rastros”. Ademais, revela as “situações extremas” impostas aos soldados que decidem ingressar no Batalhão de Forças Especiais do Exército. Frases muito semelhantes às encontradas nas histórias em quadrinhos de Lee Falk.

> O símbolo das Forças Especiais foi criado para passar a imagem de que seus homens são os mais temidos do Exército. No brasão dos FEs, como são chamados, aparece uma mão empunhando uma faca. Não por acaso, ela está com uma luva, referência às ações sempre discretas que não deixam rastros. A lâmina está manchada de vermelho. Até mesmo o fundo do

> desenho, na cor preta, tem um significado: a tropa, preferencialmente, age à noite (...) é um treinamento que capacita o militar para suportar situações extremas. Cada integrante das Forças Especiais tem um nível de conhecimento que o permite planejar sabotagens em grandes instalações e até produzir explosivos de forma improvisada. (...) Eles são submetidos a situações extremas durante o processo de formação (O GLOBO, "FANTASMAS ENTRE NÓS", 2018, p. 10).

Abaixo, na figura 2, é possível ver os Fantasmas do Exército agindo na cidade:

Figura 2 – 'Fantasmas' estão entre nós

10 | O GLOBO — Rio — Domingo 25.2.2018

Força máxima

'FANTASMAS' ESTÃO ENTRE NÓS

Tropa especial fará operações de alto risco

Grupo que chegou ao estado para enfrentar o tráfico e as milícias é comparado aos Seals da Marinha americana

VERA ARAÚJO, FÁBIO TEIXEIRA E RAFAEL GALDO
granderio@oglobo.com.br

Uma tropa que recebe treinamento de alto nível, com sede em Goiânia, chegou ao Rio para ficar na linha de frente da intervenção federal na área da segurança pública do estado, sob o comando do general Walter Souza Braga Netto. Na caserna, entre os militares, seus integrantes são chamados de "fantasmas" por atuarem nas sombras, em operações sempre cercadas de sigilo. O Batalhão de Forças Especiais do Exército conta com aproximadamente 2 mil homens. Não raro, eles são comparados aos Navy Seals da Marinha americana, que mataram Osama bin Laden no Paquistão em 2011. Esses militares, preparados para ações antiterror, têm nas mãos uma missão muito difícil: expulsar o tráfico e as milícias de algumas favelas cariocas.

Coronel da reserva e ex-integrante das Forças Especiais, Fernando Montenegro coordenou a ocupação do Complexo do Alemão, em 2010. Ele explica que o grupo tem um nível de preparo muito superior à média da tropa do Exército. Além de táticas de guerrilha, os "fantasmas" aprendem estratégias de combate à criminalidade urbana durante o período de formação: fazem treinamentos com oficiais do Bope da PM e com militares de unidades especiais de outros países.

É por isso que se espera, nas ruas, um resultado muito diferente dos obtidos até agora pelas operações de Garantia da Lei e da Ordem no Rio. Os integrantes das Forças Especiais passam por um rígido processo de seleção no Forte Imbuí, em Niterói, antes de seguirem para um mínimo de cinco anos de preparação em Goiânia.

— É incomparável a qualidade deles. Eles alcançam uma qualificação extrema não só em nível tático, recebem treinamento de ponta para ações de alto risco em áreas urbanas. Trabalham com inteligência e entendem como funcionam as forças de sustentação de uma guerrilha — afirma Montenegro, acrescentando que a formação visa, em condições normais, a proteger o país contra invasões. — É um treinamento que capacita o militar a suportar situações extremas. Cada integrante das Forças Especiais tem um nível de conhecimento que o permite planejar sabotagens em grandes instalações e até produzir explosivos de forma improvisada.

O símbolo das Forças Especiais foi criado para passar a imagem de que seus homens são os mais temidos do Exército. No brasão dos FEs, como são chamados, aparece uma mão empunhando uma faca. Não por acaso, ela está com uma luva, referência às ações sempre discretas, que não deixam rastros. A lâmina está manchada de vermelho. Até mesmo o fundo do desenho, na cor preta, tem um significado: a tropa, preferencialmente, age à noite. O primeiro grupo de FEs desembarcou no Rio no último dia 16, e, na madrugada de sexta-feira, fez uma incursão à Vila Kennedy antes da chegada de 3 mil homens do Exército à comunidade.

5 anos
Tempo de formação. Ser oficial ou sargento é requisito mínimo para integrar a elite do Exército

42 dias
Duração do curso de paraquedismo, o primeiro dos FEs

800
Total de horas do curso de comandos, que ensina técnicas de combate e uso de explosivos

1.200
Total de horas da etapa final do curso de formação

PREPARO PARA AÇÃO EM ÁREA DE MATA

Os FEs integram uma unidade do Comando da Brigada de Operações Especiais do Exército, que tem em seu brasão uma faca enfiada numa caveira, desenho que inspirou o símbolo do Bope. Mas, enquanto os homens do batalhão da PM inspiraram os filmes da franquia "Tropa de elite", os FEs atuam cercados de mistérios. Fontes ouvidas pelo GLOBO revelam que eles são submetidos a situações extremas durante o processo de formação: chegam, por exemplo, a ser atacados por veteranos que usam óculos de visão noturna em salas escuras, onde os novatos têm o desafio de encontrar uma saída enquanto tentam reagir.

Só militares de carreira podem ser FEs. Se o candidato à tropa de elite do Exército for um sargento, além do período de cinco anos na Academia Militar, ele precisará de mais dois para concluir sua formação. Há ainda três cursos obrigatórios. O primeiro é o básico de paraquedista, que dura seis semanas. Em seguida, começa o de comandos, com carga horária de 800 horas, distribuídas ao longo de quatro meses, durante os quais são ensinadas técnicas de uso de explosivos e de combate e infiltração. A etapa final exige 1.200 horas de treinamento, num período de cinco meses.

Montenegro diz que, por mais estranho que possa parecer, a aptidão dos FEs para combates na selva poderá fazer a diferença no Rio:

— Há vários treinamentos que, à primeira vista, parecem não fazer sentido no contexto atual, como salto de paraquedas e mergulho. Mas, no Rio, há grandes extensões de mata nos morros. A polícia não possui a capacidade dos "fantasmas" para atuar nessas áreas. As Forças Especiais têm preparo e equipamentos para isso, como óculos que detectam movimentos em meio à escuridão. Especialistas em helicópteros, eles também têm a habilidade de um sniper para atirar de uma aeronave.

Os FEs são treinados para atuar com discrição absoluta, mas a tropa especial já foi acusada de perder o controle da situação e provocar uma explosão de violência. A tropa foi colocada sob suspeita de envolvimento na morte de oito pessoas no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, em novembro do ano passado. O Comando Militar do Leste, no entanto, nega a participação de "fantasmas" no caso. ●

EXÉRCITO BRASILEIRO

Treinados para resistir. Militares das Forças Especiais se preparam para atuar em condições adversas como áreas de mata, comuns no Rio, e para atirar com a precisão de snipers: eles são considerados a tropa de elite do Exército brasileiro

Elite do Exército já passou pelos complexos do Alemão e da Maré

Militares estiveram ainda em grandes eventos internacionais, como a Olimpíada e a Copa

Os "fantasmas" do Exército brasileiro atuaram em diversas ações no Rio nos últimos anos. Ao contrário de outras tropas, eles preferem não dar publicidade às suas ações. De acordo com o coronel da reserva Fernando Montenegro, os FEs agiram durante a ocupação do Complexo da Maré pelas Forças Armadas, entre 2014 e 2015. O coronel, que coordenou ações do Exército na região, afirma que os FEs tiveram papel importante. O Centro de Comunicação Social do Exército informou que o grupo também fez trabalhos no Complexo do Alemão, entre 2010 e 2012.

— Foram usadas equipes das Forças Especiais do Exército e da Marinha. Eles atuam em situações pontuais e muito significativas. Mas essa é uma tropa que faz questão de não aparecer. Os FEs realizam a operação, mas quem colhe os louros são outros. Muitas operações que entraram na conta de outras unidades foram feitas e articuladas pela tropa das Forças Especiais. A filosofia é fazer a operação para ter o resultado — observa Montenegro.

Segundo o Ccomsex, a tropa de elite também participou de todos os grandes eventos internacionais que ocorreram no Brasil nos últimos anos. Eles foram empregados no Pan-Americano, nos Jogos Mundiais Militares, na Jornada Mundial da Juventude, durante a visita do Papa, na Rio+20, na reunião da cúpula do Mercosul, na Copa das Confederações, na Copa do Mundo, e durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Em todos os eventos, seus integrantes tiveram papel fundamental na estratégia de prevenção e combate ao terrorismo. Lá fora, os FEs participaram de operações especiais integrando as forças da ONU no Haiti, além de ações em Kinshasa, na República Democrática do Congo; e em Abidjan, na Costa do Marfim, fazendo a segurança da representação diplomática brasileira até a retirada dos brasileiros da região.

"É uma tropa que faz questão de não aparecer. Eles fazem a operação, mas quem colhe os louros são outros segmentos"
Fernando Montenegro
Coronel da reserva do Exército

Ex-subcomandante do Batalhão de Forças Especiais, o coronel da reserva Roberto Criscuoli chama os FEs de multiplicadores, pela sua capacidade de atuarem no lugar de dezenas de militares comuns. Criscuoli, que foi colega de turma, no curso dos FEs, do general de divisão Mauro Sinott Lopes, braço direito do interventor federal general de Exército Braga Netto, se arrisca a dizer que uma outra vantagem do grupo é ser focado apenas na missão, com índice zero de corrupção.

— O maior desafio do interventor federal, sem dúvidas, será a corrupção nas polícias. Os FEs são blindados para não haver desvios de conduta. É uma tropa que consegue fazer com que as pessoas cooperem com a missão e confie nela. Uma das vantagens que Braga Netto terá com o emprego dos Forças Especiais é que ele fará muita coisa com um pequeno grupo de militares altamente qualificados, que não escolhem a tarefa — diz Criscuoli. — Não é a toa que o nosso lema é: "o ideal como motivação; a abnegação como rotina; o perigo como irmão e a morte como companheira" — concluí, lembrando que a própria tropa militar comum está corrompida.

A transferência das Forças Especiais do Rio para Goiânia, na década de 1990, ocorreu justamente por causa do assédio de traficantes cariocas a militares e ex-integrantes da tropa. Em 2004, o Exército criou a Brigada de Operações Especiais, atual Comando de Operações Especiais, que reúne o 1º Batalhão de Forças Especiais, o 1º Batalhão de Ações de Comandos, o 1º Batalhão de Operações Psicológicas e a 1ª Companhia de Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear. ●

A reportagem reforça que o grupo já atuou em grandes eventos internacionais ocorridos no Brasil, incluindo a Olimpíada. A atividade das Forças Especiais teria sido basilar no sistema de segurança desses eventos, pois como dito inúmeras vezes no decorrer da narrativa, o grupo é bem treinado e pronto para o combate a terroristas. Instruídos para os momentos de guerra, mas operando no território urbano, os "fantasmas" foram e ainda são bem atuantes no Rio.

> A tropa de elite também participou de todos os grandes eventos internacionais que ocorreram no Brasil nos últimos anos. Eles foram empregados no Pan-Americano, nos Jogos Mundiais Militares, as Jornada Mundial da Juventude, durante a visita do Papa, na Rio+20, na reunião da cúpula do Mercosul, na Copa das Confederações, na Copa do Mundo, e durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Em todos os eventos, seus integrantes tiveram papel fundamental na estratégia de prevenção e combate ao terrorismo (O GLOBO, "FANTASMAS ENTRE NÓS", 2018, p. 10).

Embora traga à lembrança o bom desempenho desses soldados, também é composta por silêncio. Um silêncio que não é vazio ou desprovido de significação, pelo contrário: é indício de instância significativa, como explica Orlandi (2007). Assim, buscamos averiguar para quais posições do jogo de poder esse silêncio nos aponta, identificando qual voz ou visão de mundo está sendo habilitada a falar e quais vozes ou interpretações do real são impedidas de emitir suas opiniões (MENDONÇA, 2018).

A voz única na matéria – pertencente ao coronel e ex-integrante das Forças Especiais, Fernando Montenegro – está limitada a falar sobre a "incomparável qualidade" dos fantasmas. Não existem contrapontos às colocações de Montenegro, a matéria carece das perspectivas de ativistas, movimentos sociais, moradores da cidade, especialmente aqueles que vivem em favelas e já são obrigados a lidar com o mau funcionamento da polícia. As interpretações críticas sobre o trabalho das Forças Especiais são evitadas na medida em que a única voz ouvida pertence a um ex-integrante do grupo. O silêncio, neste caso, serve para manter a coerência na narrativa que estava sendo construída, produzindo sentidos que validam o novo projeto de segurança.

> O grupo tem um nível de preparo muito superior à média da tropa do Exército. Além de táticas de guerrilha, os "fantasmas" aprenderam estratégias de combate à criminalidade urbana durante o período de formação: fazem treinamentos com oficiais do Bope da PM e com militares de unidades especiais de outros países (O GLOBO, "FANTASMAS ENTRE NÓS", 2018, p. 10).
>
> É incomparável a qualidade deles. Eles alcançaram uma qualificação extrema não só em nível tático, recebem treinamento de ponta para ações de alto risco em áreas urbanas. Trabalham com inteligência e entendem como funcionam as forças de sustentação de uma guerrilha (O GLOBO, "FANTASMAS ENTRE NÓS", 2018, p. 10).

Essas memórias, ligando a “excelência” das Forças Armadas ao sistema de segurança dos megaeventos, em muito contribuem aos sentidos que legitimam a intervenção. Fortuna (2016b) explica que o passado sempre estará inscrito no presente, seja nutrindo desejos de forma inconsciente ou orientando ações mais conscientes. Ao mesmo tempo, o passado rememorado pode se transformar em uma memória mítica. A revisita ao passado, numa vontade que nasce no presente, tem o poder de direcionar o que e como os temas são rememorados. Assim, compreendemos que a revisita à memória dos megaeventos feita pelo jornal remete o leitor a um “passado mítico”, configurado para não fazer crer num “caos de violências”: quando a “cidade olímpica” era “pacificada” pelas Unidades de Polícia Pacificadora e o Exército, com seu “excelente” e “indispensável” trabalho, reforçou a segurança de todos.

2 **“UMA EXPLOSÃO DE VIOLÊNCIAS NA CIDADE”: MEMÓRIAS DE MEDO**

Logo após a reunião que iniciava oficialmente a intervenção, em 17/02/2018, O Globo apresentou no meio da primeira página o seguinte título: “Intervenção no Rio terá militares em ruas, favelas e presídios”. O subtítulo completava dizendo: “o presidente Temer anuncia que o comando da segurança pública no estado passa às mãos do Comando Militar do Leste. A decisão foi motivada pela escalada da violência e pela falta de controle de Pezão”. Antes de folhear o jornal, os leitores eram atingidos por sentidos que remetiam a uma “escalada de violência”, a um caos no urbano que era gerado pela falta de controle do governador Luiz Fernando de Souza (Movimento Democrático Brasileiro - MDB). Já na página 11, a matéria “Em chamas: ruas tomadas pela violência e pela dor” explicava o que motivou a decisão do presidente Michel Temer (MDB) em intervir militarmente na área de segurança pública do Rio:

> Homicídios, assaltos, confrontos no asfalto e nas favelas cariocas são imagens que pavimentam o caminho da intervenção federal. Durante o carnaval, dias antes do anúncio da medida, uma *onda de violência* voltou a assustar turistas e moradores da cidade. Mas a crise na segurança do estado, que chegou a dar sinais de melhoras antes de a polícia de pacificação naufragar, não é desta folia. O GLOBO listou dez episódios marcantes mais recentes, que trouxeram dor e desalento para a população (O GLOBO, “EM CHAMAS: RUAS TOMADAS PELA VIOLÊNCIA E PELA DOR”, 2018, p. 11).

Os homicídios, os assaltos e os confrontos na cidade não eram correlatos, mas estavam conectados pela trama criada pelo jornal. Decidimos trazer essa questão, logo no início deste capítulo, por acreditar que as lembranças trazidas pelo O Globo, logo após a reunião que decidia os rumos da segurança, são significativas ao extremo. Elas produzem e ressuscitam as memórias de medo, ao mesmo tempo em que ratificam a decisão (e criam a necessidade) de pôr os militares na rua e na administração da segurança. Produzem temores que, além de servir de justificativa para um projeto de militarização do cotidiano, como veremos a seguir, podem ter duas funções basilares: aumentar a popularidade de alguns políticos e estabelecer projetos de contenção social.

Segundo Augé (2014), o medo serve à política na medida em que os temores coletivos dos ataques terroristas (ou dos traficantes), das catástrofes naturais e dos avanços tecnológicos são utilizados para ratificar os planos de contenção social, vigilância e coerção pensados por alguns políticos que buscam dialogar com o seu eleitorado e/ou melhorar sua impopularidade. Para o autor, a gestão dos medos é um

importante mecanismo de controle da população uma vez que as pessoas que temem fariam de tudo para acabar com a causa da sua ansiedade, por isso é comum ver um desejo por mais planos de segurança repressivos, pois eles tendem a eliminar ou controlar o outro, o indesejado. Mas, além de pouco eficazes, os planos de segurança repressivos aumentam a insegurança na medida em que também ameaçam a vida da população, seja atingindo um inocente com uma bala perdida, pondo em risco as pessoas que estão entre os confrontos de policiais e traficantes ou dos ataques de agentes que são treinados com foco na guerra e na eliminação do inimigo.

Afinal, de qual medo estamos falando? O medo é comumente entendido como uma reação a algo, uma resposta do corpo humano a um objeto material ou até mesmo imaterial. O temor é um sentimento que paralisa, subtraindo do organismo a capacidade de agir, de salvar-se do perigo. O medo também pode gerar a ansiedade, outra emoção que tende a deixar a pessoa sem ação, ou mesmo causar perturbação à relação desse ser com o universo que o cerca. Nesta dissertação, a abordagem que se faz do medo segue uma outra ordem. Assim como Dias (2006b), não analisamos os temores como sentimentos individuais, e sim sociais e coletivos. Tratamos o pavor como uma emoção que pode ou não ter um objeto específico e determinado. Como exemplo, Dias (2006b) cita o seguinte caso: uma família, mais ou menos numerosa, teme que seus filhos sejam assaltados no caminho da escola. Neste primeiro caso, se trata de um medo sentido por um grupo de pessoas (dimensão social) que tem um objeto específico e concreto a ser temido, pois sabe-se que em um lugar estabelecido, um indivíduo determinado, com características físicas claras, pode assaltar os alunos de uma escola estipulada. Agora, imagine que essa família teme um objeto não identificado e com contornos indefinidos, algo que seus membros não conseguem definir de forma individual e nem coletiva, gerando a sensação que o “mundo está cada vez pior”, “a cidade está cada vez mais violenta”, “não se sabe o que está por vir”. Nesse segundo caso, o medo tem um aspecto indeterminado, com origens e características sociais difusas, mas que detém uma dimensão social no que se refere a um grupo de pessoas com medo.

Por fim, neste capítulo, nos propomos a investigar como as memórias de medo foram gerenciadas pelo jornal O Globo com o propósito de validar a intervenção militar. Além disso, ressaltamos como esses discursos jornalísticos, que tem o temor como substrato, interessam às políticas e promoção de figuras sem credibilidade, bem como aos projetos de contenção de determinados sujeitos. Assim sendo, esta parte do

trabalho se dedica a responder as seguintes perguntas: seriam os temores uma das principais premissas midiáticas para a intervenção do Exército no Rio? Se a resposta for positiva, a quem (e para que) serve essa produção constante de memórias de medo? Partimos da hipótese que o medo é o argumento fundamental para o uso da força militar no combate aos conflitos urbanos. Essa produção de temores, então, teve as seguintes funções: melhorar a baixa reputação do presidente Michel Temer – que assumiu o cargo após o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff – e de contenção social, atingindo sobretudo aos pobres da cidade.

2.1 **Movimentos cíclicos das narrativas jornalísticas**

> Suspeito, contudo, que não era muito capaz de pensar. Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair. No mundo abarrotado de Funes não havia senão detalhes, quase imediatos (BORGES, 2007, p. 108).

Funes, personagem de Jorge Luis Borges, tinha sofrido um acidente e desde então passou a memorizar os mínimos detalhes de situações diárias. Além das mesmices, foi capaz de aprender novas línguas, de discorrer sobre acontecimentos históricos e captar as pequenas sutilezas nas feições daqueles que estavam a sua volta. Contudo, ele não era capaz de pensar. Para pensar, era necessário generalizar, abstrair, esquecer. Em um mundo abarrotado de dados e referências, como o do memorioso, não havia espaço para o pensamento crítico, apenas para a repetição de detalhes, muitas vezes irrelevantes. Funes, o memorioso – conto de Borges – remete a um problema muito comum nos dias atuais: o excesso de notícias, e de memórias, que muitas vezes impossibilita a formulação de leituras críticas.

Weinrich (2001) explica que o esquecimento também gera grande preocupação, sendo visto habitualmente como um mal a ser combatido. Para resguardar as lembranças, as pessoas registram tudo em fotografias, textos, vídeos e áudios. E paradoxalmente, o sucesso dessa superprodução de narrativas poderia criar um outro risco: a proliferação incontrolável de memórias, arquivadas “sem ordem”, limites e, talvez, necessidade. Além de ter grande preocupação com o arquivamento de memórias pessoais, os sujeitos desejam que os meios de comunicação narrem todas as manifestações da vida, tanto local quanto global. Porém, de acordo com o autor, as notícias excessivas que querem ser assimiladas a todo o momento não fomentariam o vislumbre de outras realidades possíveis, só a repetição das mesmas

velhas ideias. Assim, em uma sociedade extremamente sobrecarregada, a verdadeira sabedoria não consiste em consumir cada vez mais narrativas midiáticas, mas sim em saber filtrar, memorizar ou esquecer, clarifica Weinrich (2001).

Para Chartier (2007), nem todos os escritos foram criados para se tornar arquivos. Alguns, como os textos jornalísticos, são traçados sob alicerces que permitem escrever, apagar e escrever novamente. As notícias funcionam desta forma, elas normalmente são escritas, reescritas, contraditas. Às vezes, são publicadas com erros que depois vão ser corrigidos, produzindo outras reconfigurações do universo. Segundo o autor, para amenizar o medo do esquecimento, as pessoas viram na escrita uma forma de fixar os traços do passado, as lembranças dos mortos, as conquistas dos vivos, e tudo que não deveria desaparecer com o passar dos dias. A incumbência da escrita, então, era evitar a fatalidade da perda de lembranças. Tarefa difícil, uma vez que os poderes poderiam (e ainda podem) exigir a extinção das escrituras, os manuscritos poderiam se perder e os livros estavam sempre submetidos à destruição.

Nossa preocupação de pesquisa não é com o armazenamento e com o descarte de memórias em si, embora a investigação destes aspectos seja de extrema importância. Temos como foco principal o excesso de discursos que querem ser assimilados, abafando o pensamento crítico ao fixar o leitor nos mesmos temas e perspectivas. Narrativas que normalmente são inflexíveis, não apresentam um confronto de ideias e, como consequência, não produzem novos sentidos.

Para aprofundar a exploração das narrativas do jornal O Globo, com foco central nos sentidos produzidos pelas memórias de medo contidas em reportagens sobre a intervenção militar no Rio de Janeiro, recorremos à tríplice mimesis de Ricoeur (1994). Buscamos conceituar a mimesis I, mimesis II e mimesis III a fim de articular aquilo que o autor entende como arco hermenêutico – o processo interpretativo da tríplice mimesis.

No mundo prefigurado, em mimesis I, Ricoeur (1994) introduz uma teia de conceitos de ação em que o narrador e o receptor têm a mesma importância. Por intermédio deste diálogo de intersignificação, os envolvidos devem estar familiarizados com os termos e as histórias trazidas à lembrança, pois só assim poderiam compreender a narrativa em delineamento. Assim sendo, o produtor da narrativa e aquele que a recebe precisam compartilhar minimamente os mesmos códigos e normas, assim como dominar as mesmas dimensões simbólicas como

crenças, valores e mitos, bem como o tempo que está sendo contado. Benjamin (1985) coaduna com esta perspectiva, esclarecendo que a narrativa é responsável pelas trocas de experiências e memórias, o que obviamente só é possível quando essas referências são comuns ao narrador e ao ouvinte.

> O sentido de mímesis I: imitar ou representar a ação é, em primeiro lugar, pré-compreender o que é o agir humano: sua semântica, sua simbólica e sua temporalidade. É nessa pré-compreensão, comum ao poeta e ao leitor, que se delineia a construção da intriga e, com ela, a mimética textual e literária (RICOEUR, 1994, p. 28).

Ocorre em mimesis II o ato de tecer a intriga, que serve de mediação entre o mundo que precede a narrativa (o mundo prefigurado) e o mundo que vem após a circulação da narração (o mundo refigurado). Segundo Ricoeur (1994), a intriga é uma composição verbal que possibilita a transformação de simples palavras em narração, é por intermédio dela que o narrador seleciona e organiza os acontecimentos para que a história contada seja completa e consiga produzir ou reforçar os sentidos almejados. Assim sendo, o papel fundamental da mimesis II é ligar, por meio da produção de um discurso, o mundo prefigurado (mimesis I) ao mundo refigurado (mimesis III). Nesse sentido, ao produzir notícias, o jornalista dá novos sentidos ao meio social, mas não só: ele possibilita, graças à sua própria forma de contar a história, que outros sujeitos formulem novos sentidos, ou mantenham os antigos.

Em mimesis III, o leitor é convidado a participar da trama, se tornando parte integrante na produção de sentidos. Sua influência não é feita de forma passiva, pelo contrário: ele exerce a função de reconfiguração, realizando apropriações e reapropriações conforme suas próprias convicções. Para Ricoeur (1994), o leitor cria referências no instante em que devolve ao mundo a mensagem que foi interpretada. Com base nessa referência recém adquirida, temos uma construção simbólica que será reutilizada por outros sujeitos na formação de novas narrativas. Assim, nota-se que o final da narrativa é também o seu início, seu recomeço. Esse processo pode passar a ideia de circularidade, mas Ricoeur (1994) afirma que ele deve ser espiralado, quando a história se reinventa, fomentando a construção de novas significações.

É possível perceber esses conceitos apresentados por Ricoeur (1994) em matérias jornalísticas. O jornal mantém uma intensa relação de troca com seus leitores, afinal os dois querem que as reportagens sejam facilmente assimiladas: os

leitores querem ser informados, o jornal quer que seus discursos sejam consumidos. Então, para facilitar essa troca, os veículos de comunicação habitualmente utilizam as memórias socialmente compartilhadas para simplificar a interpretação das notícias. Inclusive, durante esse processo de releitura dos acontecimentos já ocorridos, o passado é constantemente rememorado (e reenquadrado) para elucidar o presente e até mesmo o futuro.

Essa relação dialógica entre o jornal e o público só é viável porque os jornalistas têm uma preocupação, mesmo que ínfima, em produzir matérias que sejam prontamente (re)apropriadas pelos leitores. Objetivando facilitar a interpretação, os discursos jornalísticos habitualmente concedem orientações à sua compreensão, em especial pela agência de lembranças e esquecimentos. Assim, as memórias de medo vão adquirindo a função de produzir sentidos que sejam capazes de aproximar a narração dos leitores. No caso da intervenção militar, notamos que os acontecimentos violentos são narrados nos mínimos detalhes, trazendo à tona a suposta emoção das vítimas e interferindo nos sentimentos do público, para direcionar significações que sejam capazes de creditar o que está sendo dito, além de gerar um desejo por medidas repressivas.

É essencial reafirmar que ambos, leitor e narrador, passaram por processos de socialização que fixaram determinadas visões de mundo e formaram um conjunto de experiências e aprendizados no decorrer de suas existências. Portanto, é importante pensar que os relatos da mídia estão carregados com as impressões pré-construídas de seus criadores, e eles também são interpretados conforme às referências de leitores que podem concordar ou discordar com o que está sendo falado. Nesta lógica, todas as narrações trazem as perspectivas de seus produtores, assim como todos os seus aspectos simbólicos, e o leitor pode concordar com elas e produzir o mesmo raciocínio, ou discordar criando novas impressões e sentidos.

No cenário atual, o jornal O Globo tem discutido a importância da implantação da intervenção militar na área de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, produzindo sentidos que remetem à indispensabilidade de tal medida para solucionar o aumento da violência. Percebemos que a tríplice mimesis formou um arco hermenêutico, levando a mimesis III à mimesis I de forma cíclica, e não espiralada. Como um ciclo vicioso, permanece no mesmo lugar, fixando o leitor na mesma ideia: só o exército pode resolver um suposto caos na cidade.

Essas narrativas jornalísticas não são fiéis à realidade, por mais que sejam vendidas desta forma, pois é impossível narrar todos os micro-eventos que, juntos, formam um acontecimento (ZIZEK, 2017). Portanto, a gestão da lembrança e do esquecimento faz parte da essência do jornalismo, isso fica evidente quando alguns micro-eventos são lembrados e outros esquecidos. White (2008) coaduna com este pensamento ao clarificar que mesmo na busca pelo registro do real, com seus mínimos detalhes, as narrativas estão repletas de hiatos que podem ser preenchidos pela memória, visto que só essa completude dá sentido à história em delineamento.

Com as contribuições de White (2008), percebemos que as memórias preenchem os hiatos integrados às narrativas nas três dimensões da mimesis: na mimesis I, no mundo prefigurado, quando o narrador utiliza suas lembranças para compor uma narração; na tessitura da intriga (mimesis II), no momento em que organiza a recordação e o oblívio; na mimesis III, nos instantes em que o leitor faz uso de suas reminiscências para se apropriar dos discursos, ratificando ou transformando seus sentidos. Logo, todas as histórias contadas pelos jornais, entremeadas pelas memórias, serão também ficcionais, independente da vontade do jornalista ou do veículo em transmitir uma realidade fidedigna ao tempo passado, presente e futuro.

2.2 **O uso do medo como estratégia política**

Neste subcapítulo, nos dedicamos a investigar como os medos difundidos pelo jornal puderam ser utilizados estrategicamente por políticos. Temos o propósito central de responder à pergunta inicial do capítulo: a quem esses temores narrados nas páginas dos jornais servem? Para elucidar o objetivo proposto, acreditamos que seja essencial revisitar o pronunciamento do ex-presidente Michel Temer (MDB) e do então governador Luiz Fernando de Souza (MDB) durante a cerimônia de assinatura do decreto que iniciou oficialmente a intervenção militar na segurança pública do Rio de Janeiro – evento ocorrido no Palácio do Planalto, em Brasília, no dia 16/02/2018. Sendo assim, também é fundamental relatar a trajetória do presidente Michel Temer e do governador Luiz Fernando, bem como o cenário político que gerou esses anseios por medidas repressivas, já que partimos da hipótese de que essas duas figuras políticas utilizaram a intervenção militar e os medos dos cariocas para se promover e tentarem melhorar sua baixa popularidade.

Michel Temer assumiu este cargo após o *impeachment* da presidenta eleita Dilma Rousseff, o que pode ter fomentado sua impopularidade em certos grupos. Algumas pessoas não o aceitaram como presidente, pois ele não foi eleito para este ofício. Embora, por lei, em caso de afastamento do presidente em exercício, quem assume é o seu vice. Logo no início da trajetória no cargo presidencial, o reprovaram por não convidar mulheres ou negros, maioria da população brasileira, para compor seu ministério, formado apenas por homens brancos. Inclusive, a maior parte desses ministros, assim como o próprio presidente, estava sendo investigada por corrupção. Além de tudo isso, grande parte dos brasileiros discordou veementemente das reformas trabalhista e previdenciária, consideradas imprescindíveis por este governo. A reforma trabalhista era entendida como uma forma de beneficiar os patrões, em detrimento dos trabalhadores que perdiam muitos de seus direitos. A reforma da previdência, tão impopular quanto a trabalhista, visava aumentar o tempo de contribuição, diminuindo a aposentadoria de todos, especialmente dos mais pobres, já submetidos a trabalhos e a salários tão precários.

A impopularidade de Luiz Fernando de Souza foi influenciada pela crise financeira no estado do Rio de Janeiro, que afetou principalmente áreas como saúde, educação e segurança. A gestão do então governador não foi capaz de lidar com uma péssima economia e, como consequência, tomou decisões que afetaram direta e drasticamente a vida da população fluminense: profissionais de saúde e educação, por exemplo, ficaram sem receber seus salários por meses, o que prejudicou o funcionamento de escolas, universidades e hospitais, serviços essenciais e indispensáveis. A verba destinada à segurança também diminuiu, impossibilitando, assim, a aquisição de novos equipamentos (ou a manutenção dos antigos) necessários ao bom funcionamento da área, como automóveis, computadores e aparelhos de telecomunicações. Sem receber seus salários, os policiais diminuíram o patrulhamento urbano, o que pode ter provocado um maior sentimento de insegurança, a sensação de “caos urbano” descrita inúmeras vezes pelo jornal.

Em 16 de fevereiro de 2018, as emissoras de rádio e televisão de todo o país interromperam suas programações para transmitir ao vivo, com imagens feitas direto do Planalto em Brasília, a assinatura do termo de intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Uma voz-off anunciou as autoridades presentes na cerimônia, na seguinte ordem: Michel Temer (Presidente), Sérgio Etchegoyen (Ministro de Estado - chefe do gabinete de segurança institucional), Moreira Franco

(Ministro de Estado - chefe da secretaria geral da presidência), Henrique Meirelles (Ministro de Estado da Fazenda), Raul Jungmann (Ministro de Estado da Defesa), Torquato Jardim (Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública), Rodrigo Maia (Presidente da Câmara dos Deputados) e Luiz Fernando de Souza (Governador). Depois de apresentar a todos, a voz-off explicou a razão da reunião: “assinar o decreto de intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de conter o grave comprometimento da ordem pública”. E então, o recolhimento de assinaturas foi iniciado: Temer assina, seguido do governador e do presidente da câmara.

Tendo recolhido todas as assinaturas necessárias para iniciar a intervenção na segurança do Rio, Temer foi à frente das câmeras e começou a fazer seu discurso, explicando os motivos que o levaram a recorrer a tal medida. Logo depois, foi a vez de Luiz Fernando fazer seu discurso. Metodologicamente, os discursos de Temer e de Souza sobre a necessidade de intervenção militar serão trazidos à discussão estabelecida, sempre verificando as aproximações e os afastamentos com as narrativas de O Globo. Acreditamos que as colocações do presidente e do governador produzem múltiplos sentidos, por conservarem grande valor simbólico, auxiliando no delineamento de decisões políticas que têm a conjugação de medos, de forma estratégica, em sua essência.

Com uma voz lenta, mecânica e pesarosa, o presidente explicou: “o crime organizado quase tomou conta do estado do Rio de Janeiro, é uma metástase que se espalha pelo país e ameaça a tranquilidade do nosso povo. Por isso, acabamos de decretar, neste momento, a intervenção federal na área da segurança pública”. O governador Souza com uma fala vagarosa e truncada, agradeceu a iniciativa do presidente e expôs a situação da cidade que estava sob seu comando: “quero registrar que o Rio de Janeiro tem pressa e tem urgência. Nós, só com a polícia militar e a polícia civil, não estamos conseguindo deter a guerra entre facções no nosso estado, e ainda com um componente grave que são as milícias”.

Logo no início de seus discursos, as duas figuras políticas recorrem às memórias de medo, especialmente do tráfico e da milícia, para legitimar suas decisões políticas. Reforçaram, estrategicamente, a ideia de que a cidade não conseguia conter seus perigos (encarnados nas “facções criminosas”) e por isso eles estavam se espalhando para outras partes do país, como “uma metástase que ameaça a tranquilidade do povo”. Luiz Fernando de Souza, complementou que só as polícias não seriam capazes de conter a “guerra” no Rio, pois não são preparadas para tal

situação. Só o exército, com sua *expertise* para as situações de guerrilha, seria capaz de conter os traficantes e os milicianos que tiravam a paz dos cariocas. Seguindo essa lógica, a cidade seria um campo de batalha e as forças armadas, sob às ordens de Temer e com o aval de Souza, serviriam para conter aqueles que seriam entendidos como "exército inimigo": não só as gangues e as quadrilhas armadas, mas também os pobres, como veremos a seguir.

Em 17 de fevereiro de 2018, o jornal O Globo publica a reportagem "Controle Militar: com intervenção, tropas irão para as ruas e presídios", explicando o cenário político que serviu à implantação da intervenção. Não problematiza o uso de militares para solucionar os crimes urbanos, nem a falta de planos para amenizar o aumento de uma "desordem" que supostamente se espalha pelo país. A reportagem, por intermédio de uma edição do discurso de Temer, reforça a ideia de que a intervenção é uma medida extrema, mas necessária para "restaurar a ordem".

> Durante a cerimônia de assinatura do decreto, o presidente Michel Temer admitiu que a medida é "extrema", porém afirmou ser necessária para restaurar a ordem no país: – Os senhores sabem que o crime organizado quase tomou conta do Rio de Janeiro. É uma metástase que se espalha pelo país e que ameaça a tranquilidade do nosso povo. Tomo essa medida extrema porque as circunstâncias assim exigem. O governo dará respostas duras, firmes, e adotará todas as providências necessárias para enfrentar e derrotar o crime organizado (O GLOBO, "CONTROLE MILITAR: COM A INTERVENÇÃO, TROPAS IRÃO PARA AS RUAS E PRESÍDIOS", 2018, p. 8).

No discurso proferido por Temer durante a cerimônia de assinatura do decreto, chamou a atenção os casos que ele citou para exemplificar a forma como a violência afetou o cotidiano de quem vive no Rio de Janeiro. Notamos que os acontecimentos narrados pelos jornais, como os assassinatos de jovens e crianças, confrontos entre traficantes e policiais, tiroteios que paralisaram as principais vias da cidade, chacinas e o aumento do assassinato de policiais, serviram de base para justificar a utilização de militares e de seus tanques de guerra nas ruas do Rio.

> Não podemos aceitar passivamente a morte de inocentes. É intolerável que nós estejamos enterrando pais e mães de família, trabalhadores, policiais, jovens e crianças e vendo bairros inteiros sitiados, escolas sob a mira de fuzis e avenidas transformadas em trincheiras, é o que mais se alardeia, o que mais se divulga no presente momento (BRASIL, PRESIDENTE MICHEL TEMER, 2018).

Os elos narrativos de O Globo, indiretamente, estavam sendo utilizados por Temer para validar sua decisão. Com a corroboração evidente do governador, que disse: "A gente precisa de uma força maior para momentos extremos, como o que o

senhor falou aqui. E nós estamos vivenciando esse momento, nós precisamos muito dessa integração" (BRASIL, GOVERNADOR LUIZ FERNANDO DE SOUZA, 2018). Entendemos, segundo Matheus (2011), que elos narrativos ocorrem quando um novo crime noticiado serve para atualizar outros ocorridos anteriormente, criando uma ligação como se fizessem parte do mesmo tema e contexto. O fluxo de histórias sobre a violência invocado pelos dois políticos teve a intenção de angariar apoio à intervenção por intermédio da ativação das memórias de medo, lembrando acontecimentos vividos ou imaginados que marcaram as experiências urbanas dos ouvintes. "O medo entra pelos olhos, pelos ouvidos e pelo coração", como explica Malaguti (2013, p. 75). Então, mesmo não sendo capaz de reter memórias por dados sensoriais, por não ter vivido crimes diretamente, o conhecimento sobre uma determinada realidade deriva da constante confrontação entre as vivências praticadas e pensadas.

O Globo, na reportagem supracitada, explica que Michel Temer optou por intervir na área de segurança do estado do Rio depois de assistir imagens de crimes sendo cometidos nas ruas. Revelando, então, que os planos do governo federal foram influenciados pela crise econômica, pelo "caos urbano" e sobretudo pelas narrativas midiáticas. A mídia, desta forma, se coloca como o ator principal nessa tomada de decisão, acreditando em sua influência nas estratégias políticas. Vejamos o trecho a seguir:

> A ideia [da intervenção federal] começou a ganhar forma na terça-feira de carnaval, quando o presidente Michel Temer viu, pela televisão, imagens de bandidos aterrorizando as ruas cariocas durante a festa, que é vitrine do país para o mundo. Além disso, ele recebeu de conselheiros descrições da grave situação da capital fluminense. Um dos relatos foi feito pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco. Uma entrevista do governador Luiz Fernando Pezão, em que admitiu que a situação estava fora de controle, também impressionou e acelerou a movimentações. Temer somou a *crise aguda dos dias de folia aos problemas crônicos da segurança do Rio* e começou a gerar o plano de oferecer ajuda contundente ao governo fluminense (O GLOBO, "CONTROLE MILITAR: COM A INTERVENÇÃO, TROPAS IRÃO PARA AS RUAS E PRESÍDIOS", 2018, p. 8).

É fundamental destacar que o jornal, assim como Michel Temer, ainda se refere ao Rio de Janeiro como "vitrine do país para o mundo", como evidenciado na citação acima. A imagem de um estado inseguro foi muito trabalhada pelo *branding* urbano antes e durante os megaeventos internacionais, como já discutido no primeiro capítulo. E, mesmo depois que os grandes eventos terminaram, parece que a intervenção militar se dedicou, ainda que de forma moderada, a continuar o tratamento

da reputação desta “vitrine”. Esta observação revela uma relação conflituosa: ao mesmo tempo em que as memórias de medo são acionadas por narrativas governamentais e midiáticas para instaurar a intervenção, criando uma maior sensação de medo e afetando negativamente a representação do Rio no exterior, tal plano de segurança também se empenha em acabar com os “problemas crônicos de violência” para melhorar no âmbito nacional e internacional a estima desta metrópole temerosa e fora de controle.

Nos discursos dos dois políticos, a ideia que eles têm das cidades que compõem o estado do Rio de Janeiro é inquietante. Pois, para eles, os espaços públicos seriam locais de lazer para o crime organizado, além de serem habitados livremente e sem represálias por pessoas ameaçadoras. Fazendo, inclusive, uma divisão simplista entre as “pessoas de bem” – aquelas que apoiariam a intervenção militar sem tecer críticas – e a “bandidagem”, que naturalmente seria contrária ao plano de segurança em vigência. Entendemos que essa perspectiva serviu para acentuar a indispensabilidade da mobilização de um capital político a fim de proteger as pessoas honestas daqueles que seriam os motivadores da desordem. Colocações que se mostram repletas de valor simbólico na medida em que fixam a ideia de que algumas pessoas necessitam de redenção (lugar ocupado pela classe média no geral) e outras que precisam de retaliações (normalmente, os pobres).

> As polícias e as forças armadas estarão nas ruas, nas avenidas e nas comunidades (...) nossos presídios não serão mais escritórios de bandidos, nem nossas praças continuarão a ser salões de festa do crime organizado. Nossas estradas devem ser rotas seguras para motoristas honestos e nunca (nunca!) via de transporte de drogas ou roubo de cargas (...) E contamos, naturalmente, com todos os homens e mulheres de bem ao nosso lado, apoiando e sendo vigilantes nessa luta (BRASIL, PRESIDENTE MICHEL TEMER, 2018 – grifo nosso).
>
> Quero agradecer ao general Braga Netto que se mostrou, como comandante do Leste, sempre um parceiro, comandando todas as forças armadas. Um parceiro da nossa segurança pública, quero aqui aproveitar e agradecer ao secretário de segurança pública do estado. Hoje nós nos reunimos que toda a área de segurança e é um policial federal que se dedicou, num momento de crise do estado, num momento de dificuldade do estado, e todo esse trabalho dele, mas a gente precisa de uma força maior para momentos extremos, como o que o senhor falou aqui. E nós estamos vivenciando esse momento, nós precisamos muito dessa integração. Quero aqui agradecer ao trabalho do presidente Rodrigo Maia que sempre preocupado com a situação da segurança, me ligava permanentemente, nos três dias de carnaval me ligando, se colocando à disposição o trabalho e o empenho dele para esse momento. E que a gente consiga com essa união de esforços vencer a criminalidade e a bandidagem no Rio de Janeiro. (BRASIL, GOVERNADOR LUIZ FERNANDO DE SOUZA, 2018, grifo nosso).

Na reportagem de O Globo é notório que a sensação de medo e insegurança gera o desejo por medidas mais repressivas como uma intervenção militar na segurança pública. Principalmente porque o jornal ao abordar temas como roubos, furtos e assassinatos, crimes no geral, apresenta medidas repressivas como uma solução viável para o controle desses problemas. As narrativas analisadas estão carregadas de representações que querem parecer consensuais: “só o exército pode dar um jeito na desordem”, “precisa de mais prisão”, “leis mais rígidas são importantes” e outras colocações que seguem a mesma lógica. Logo, parte da população pode começar a acreditar, por grande influência dos jornais, que uma maior vigilância das forças armadas, mais encarceramento e endurecimento de penas são medidas urgentes e inevitáveis para estar em segurança.

Nesse cenário político, empenhados em melhorar suas reputações e angariar votos, tanto Michel Temer quanto Luiz Fernando de Souza propuseram medidas repressivas superficiais que não solucionavam o problema da violência urbana, tema caro à população, mas respondiam positivamente aos anseios de alguns grupos sociais. Essa compreensão pode ser constatada quando as duas figuras recorrem aos casos violentos noticiados pela mídia para gerar medos, apresentando logo depois o exército como a única instituição capaz de solucioná-los – uma providência que de modo inevitável geraria ainda mais temores. Segundo Fortuna (2017a), a conjugação de medos nos jornais serve de base à política, estabelecendo o seguinte jogo: os políticos oferecem planos de segurança que neutralizam em certa medida os pânicos dos cidadãos, mas nunca totalmente, e a mídia, por sua vez, se encarrega de produzir sentidos que ratificam essas soluções.

Glassner (2003) defende que existe uma cultura do medo, fabricada por alarmistas como a mídia, os políticos e os empresários. Dando ênfase à violência, destacando crimes, adulterando dados estatísticos e ocupando cada vez mais espaço nos noticiários, os medos são vendidos como produtos pelo jornalismo, e são extremamente lucrativos. Para o autor, os grandes meios de comunicação seriam os principais responsáveis por criar e difundir uma série de amedrontamentos, mas também reconhece que podem ser promissores na amenização desse constante sentimento de insegurança. Em muitos casos, os periódicos que se dizem sérios e comprometidos com a verdade são os mesmos que publicizam as falsas crenças e os mitos urbanos que compõem a cultura do medo, enquanto isso outros temas sérios e importantes são negligenciados por não terem um retorno tão lucrativo.

O autor explica que as pessoas estão cada vez mais sendo atraídas por problemas inexistentes e/ou sem relevância, mas que são narrados pelos veículos de

comunicação como se fossem extremamente pertinentes e urgentes. Para Glassner, todo esse alarde midiático é utilizado por empresários que comercializam produtos de segurança como carros blindados, alarmes, câmeras, remédios para pandemias, e também por políticos que veem nos projetos de segurança repressivos (quase sempre inócuos) uma oportunidade de promoção e atração de eleitores. Citando caso análogo, Richard Nixon foi presidente dos Estados Unidos de 1969 a 1974 e defendia que as pessoas reagem ao medo, não ao amor, por isso os pânicos dos americanos serviam frequentemente para nutrir suas estratégias políticas. O autor também argumenta que George W. Bush, outro antigo presidente americano, foi reeleito em 2004 por suas políticas coercivas de combate ao terrorismo, uma resposta evidente às demandas de seus eleitores.

Então, entendemos que pessoas amedrontadas, submersas nas “ondas de violência” narradas pela mídia, criam uma obsessão pela segurança e, consequentemente, pela falta de liberdade. Se trancafiam entre muros e sistemas de segurança, no meio de seus iguais, não convivendo com os diferentes, e evitando aquilo que menos deve ser evitado: a sociabilidade pulsante do convívio em uma comunidade diversa. Enfim, um sentimento de insegurança que os transforma em reféns, dentro de suas próprias casas, de opressores ocultos, esperando por um suposto perigo que não se sabe quando, ou se realmente vai ocorrer.

2.3 **O uso do medo para a contenção social**

> As polícias e as forças armadas estarão nas ruas, nas avenidas e nas comunidades. E unidas, combaterão, enfrentarão e vencerão, naturalmente, aqueles que sequestram do povo as nossas cidades (...) A desordem, sabemos todos, é a pior das guerras. Começamos uma batalha em que nosso único caminho só pode ser o sucesso (BRASIL, PRESIDENTE MICHEL TEMER, 2018, grifo nosso).

Favoráveis à instauração de uma intervenção militar no Rio de Janeiro, os discursos de alguns políticos e veículos de comunicação combinaram dois temores específicos: a cidade caótica, em desordem, e as figuras dos narcotraficantes e das milícias. Em muitos momentos, esses medos se entrelaçaram, se completaram, sendo quase impossível desconectar um do outro. Os inimigos internos do Rio, encarnados nos traficantes e milicianos, eram uma das razões de temor mais evidentes nas coberturas jornalísticas, os causadores da “desordem, a pior das guerras”. Era preciso então, segundo o governador e o presidente, “combater, enfrentar e vencer aqueles que sequestram do povo as cidades”.

Malaguti (2018) clarifica que na transição da ditadura militar para um sistema democrático, o comunista vai deixando aos poucos de ser o inimigo interno, papel que vai sendo assumido pelos narcotraficantes. As narrativas midiáticas, por sua vez, legitimaram uma estrutura de controle social que é herança da ditadura, tornando cada vez mais habitual os investimentos numa “luta de combate ao crime organizado”, como se este confronto que dizima tantas vidas fosse a única maneira de combater a insegurança. Ainda conforme a autora, essa reconstrução do inimigo interno (do comunista para o traficante) só foi possível por causa de uma difusão dos medos feita sobretudo pela grande mídia, sempre aliada a uma indústria de controle do crime com seus pacotes fechados e pouco eficientes à realidade nacional: modelos de polícias, tecnologias de vigilância, armas letais e não letais e novas configurações de prisões.

Com a identificação do traficante como principal inimigo público, Malaguti (2018) esclarece que o combate à venda e ao consumo de drogas ilícitas passa a ser localizado nas favelas e nas periferias, por mais que elas também ocorram nas partes nobres da cidade. As áreas nobres são protegidas, enquanto as pobres são constantemente combatidas. Como consequência, as mortes dos traficantes, e daqueles que correspondem a esse estereótipo, são naturalizadas pela opinião pública, com o seguinte argumento: foi morto pela polícia, não era trabalhador, era traficante. O medo do crime, segundo a autora, produz a demanda por mais penas, prisões e polícia. E as polícias, que antes eram forças espaciais limitadas, passaram a se expandir em número, armamento e letalidade.

Sendo assim, entendemos que os medos combinados nas páginas de O Globo apontavam a figura do traficante como inimigo a ser combatido pelos novos planos de segurança e, como consequência, serviram à contenção social de todos os moradores das favelas. Trouxemos à discussão reportagens como “Raio de ação ampliado: governo quer mandado coletivo de busca” (20/02/2018) e a “Acessos controlados: moradores de favela são fotografados” (24/02/2018), pois percebemos que elas não eram pensadas isoladamente, mas respondiam a um enredo, formavam uma trama que criava um discurso contínuo: as favelas eram a causa da insegurança no Rio, como se elas não fizessem parte da cidade, por isso seus moradores precisavam ser revistados e fotografados obrigatoriamente por homens do exército. Essas narrativas eram constantemente ressignificadas e/ou reafirmadas pelos narradores e pelos leitores de acordo com o contexto em que ambos estavam inseridos.

A “Acessos controlados: moradores de favela são fotografados” explica que os agentes de segurança foram a Vila Kennedy, uma favela localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e fotografaram indiscriminadamente todos os moradores, que

passavam pelas ruas, juntamente com seus documentos de identificação. As informações recolhidas pelos celulares dos próprios soldados seriam enviadas a um banco de dados da Polícia Civil.

Figura 3 – Acessos controlados

Sábado 24.2.2018 Rio O GLOBO 7

Força máxima

ACESSOS CONTROLADOS

Moradores de favela são fotografados

OAB e Defensoria Pública do estado criticam abordagem feita por militares na Vila Kennedy

CAIO BARRETTO BRUSO
caio.barretto@oglobo.com.br

"Gestante não", avisou o sargento dos fuzileiros navais responsável por dez soldados que fotografavam qualquer pessoa que saía, ontem, da Vila Kennedy. "Grávida não precisa, pode liberar", repetiu, abrindo caminho para Luziana Clemente, que tem 28 anos e está na 35ª semana de gestação. Ela relutou em sair de casa, porém não podia faltar à última consulta com sua obstetra. O militar que a liberou pediu para não ser identificado — inclusive não trazia o nome no uniforme —, e tratava todos com educação. Mas a abordagem de tropas da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) a moradores da comunidade da Zona Oeste, que eram fotografados e obrigados a mostrar os documentos, provocou protestos. Os dados coletados eram enviados à Polícia Civil, que checava um arquivo com retratos de foragidos. A seção Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) ameaçou entrar com uma ação judicial contra a medida, e a Defensoria Pública divulgou uma nota de repúdio. O Ministério Público estadual informou que acompanhava a ação dos soldados para coibir eventuais excessos.

A operação contou com 3.200 militares e se estendeu às favelas Vila Aliança e Coreia. Quem tinha algum mandado a cumprir era preso imediatamente. O pente fino, que durava cerca de dez minutos, foi de manhã e à tarde. Assim como na comunidade da Kelson's, na Penha, na última terça-feira, o resultado ficou aquém do esperado, sem fuzis apreendidos. Mas foram presas 27 pessoas e recolhidas duas pistolas. Militares também recuperaram 13 motocicletas e 12 carros.

Questionado sobre o "fichamento" dos moradores, o Comando Militar do Leste informou, em nota, que "trata-se de um procedimento feito regularmente, legal, cuja finalidade é agilizar a checagem de dados junto aos bancos de dados da Secretaria de Segurança". Ele destacou que "uma vez enviada para o sistema da Polícia Civil, a foto é deletada".

Dois dias antes da operação, o subcomandante da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Vila Kennedy, tenente Guilherme Lopes da Cruz, foi morto numa tentativa de assalto em Jacarepaguá. Ele havia recuperado na comunidade uma pistola do sargento do Exército Bruno Cazuca, assassinado durante um arrastão em Campo Grande, na última terça-feira.

O procedimento dos militares na Zona Oeste não tem amparo legal, segundo especialistas. O presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB-RJ, Breno Melaragno, disse que os moradores da Vila Kennedy não podiam ser fotografados, e o coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública, Daniel Lozoya, afirmou que fazer revistas indiscriminadas não está previsto na lei. ●

FOTOS DE PABLO JACOB

Ação polêmica. Militar fotografa documento de morador enquanto outro checa retratos em uma lista de procurados

O TAMANHO DA PRECARIEDADE

Intervenção até na limpeza. A cena foi rápida, mas não passou despercebida: após derrubarem barreiras do tráfico, militares de roupa camuflada trabalham para desobstruir bueiro entupido, responsabilidade da prefeitura

De barricada do tráfico a bueiro entupido

Após derrubar obstáculos instalados por criminosos, soldados são flagrados limpando vala cheia de lixo arrastado pela chuva, que deixava via intransitável

Digamos que foi um inimigo inusitado. Enquanto destruíam uma barricada do tráfico de drogas que impedia o acesso a uma das ruas principais da Vila Kennedy, cinco militares, surpreendidos por um forte temporal, tiveram que desentupir um bueiro tomado de lixo no meio do asfalto, responsabilidade que é da prefeitura. Se tivessem percorrido o interior da favela, tarefa que coube a policiais civis e militares, teriam se deparado com problemas ainda piores.

O abandono é total nas ruas e becos da Vila Kennedy, em Bangu. Na Metral, localidade mais pobre da favela (que ganhou a alcunha de bairro no ano passado), há famílias inteiras que moram em barracos de apenas um cômodo. Com comércio aberto e camelôs anunciando promoções em alto-falantes como se fosse um dia comum, moradores ainda reclamavam da falta de luz, que aflige a região desde quarta-feira da semana passada, quando uma tempestade inundou boa parte da cidade.

— Escoamento, aqui, não existe. A chuva de ontem (quinta-feira) nem foi tão forte, mas alagou novamente a casa de todos. Nós não temos o básico, e o governo só manda polícia — disse o metalúrgico Murilo Vieira, de 68 anos.

O flagrante de soldados empenhados em desobstruir um bueiro, já que a água na via causava tantos transtornos para o ir e vir quanto a barricada instalada pelo tráfico, é o símbolo de um drama social que vai além da segurança. Um desalento que atinge até os soldados. Pouco antes de deixar a favela num comboio, um militar do Exército que mora na Rocinha e nunca tinha ido à Vila Kennedy desabafou:

— Essas pessoas precisam de educação e emprego. Sem isso, a fila para entrar no tráfico não vai parar de crescer.

O lixo se espalha por todos os lados nas ruas onde a coleta não chega. No número 15 da Rua Otaviano Romeiro, a Primeira Igreja Batista tem mais de 30 marcas de tiro na fachada. Entre os moradores, o discurso é um só: a operação da intervenção federal é uma prova do fracasso da Unidade de Polícia Pacificadora, inaugurada em 2014. Todos esperavam que, após a entrada da PM de forma permanente, o estado se faria mais presente. Sonhava-se com a construção de escolas, creches e unidades de saúde: finalmente haveria alguma esperança para as crianças. O que se viu, desde então, foi o fechamento da vila olímpica e a inauguração de um prédio de cursos do Senac que ainda não começou a funcionar.

> No lado mais pobre da favela, famílias inteiras moram em barracos insalubres de apenas um cômodo

A única atividade de lazer disponível é jogar bola no campo de terra perto da Rua A, onde ficava uma das principais bocas de fumo antes da chegada da UPP. Durante a operação de ontem, O GLOBO andou por toda a comunidade e testemunhou a prisão de um homem condenado por tráfico de drogas, que estava foragido do sistema prisional: Rayan Ferreira. Assim como muitos militares, alguns policiais do 14º BPM (Bangu) usavam máscaras com desenho de caveira. Um deles foi acusado de abusos.

— Aquele ali deu um tapa na minha cara depois que eu disse "bom-dia". Ele não gostou, respondi que não foi treinado para ser mal educado. Foi o bastante para me agredir — contou um aposentado. — Para eles, somos todos bandidos. ●

A reportagem trouxe a opinião de um militar, que explica: “trata-se de um procedimento feito regularmente, legal, cuja finalidade é agilizar a checagem de dados junto aos bancos de dados da Secretaria de Segurança. (...) Uma vez enviada para a Polícia Civil, a foto é deletada” (O GLOBO, 2018, p. 7). Por outro lado, na mesma matéria, o presidente da Comissão de Segurança Pública da Ordem dos Advogados do Brasil - RJ, Breno Melaragno Costa, esclarece que os moradores da Vila Kennedy não podiam ser fotografados, pois essa ação não tem amparo legal. O coordenador do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública, Daniel Lozoya, também confirmou que as revistas indiscriminadas não estão previstas na lei e, portanto, não deveriam ter sido realizadas.

Apesar da figura 3 trazer uma pluralidade de vozes, dando espaço tanto às falas dos comandantes favoráveis a ação quanto as dos especialistas do direito que são contrários, no final da página é possível ver a imagem de agentes do exército desentupindo um bueiro. A legenda “De barricada do tráfico a bueiro entupido” remete à ideia de que esses agentes são indispensáveis para a favela, por mais que eles violem os direitos humanos de seus moradores. Eles estariam ajudando a conter problemas em outras áreas como a de saneamento básico, estrutura precária na maioria dessas comunidades, não estando limitados apenas à segurança pública.

Além do mais, a matéria silencia as falas dos moradores que estavam sendo fotografados, sendo possível compreender que eles não reagiram a essa ação. Os moradores podem ser entendidos como passivos, por mais que a realidade seja outra e a favela tenha um histórico de resistência às práticas da polícia. Um exemplo são as organizações dos moradores, que sempre existiram nesses espaços e lutaram contra a violência. Seria mais interessante se o texto jornalístico trouxesse essas falas e vozes de dentro das favelas.

Já a matéria “Raio de ação ampliado: governo quer mandado coletivo de busca” explica que o Exército tem a intenção de realizar mandados coletivos nas favelas, logo no início de suas operações no Rio de Janeiro. Eles querem o direito de entrar nas residências para revistá-las, sem ter provas de que seus habitantes estão envolvidos com crimes. Para que essa ação fosse feita dentro da lei, eles precisariam ter indícios de que vivem criminosos dentro dessas residências.

A matéria começa com o ministro de Defesa, Raul Jungmann, dizendo que essa estratégia seria boa para conter a criminalidade em algumas áreas do Rio, que, no caso, seriam as favelas. O ministro contou que a ideia tinha sido de Walter Braga Netto, o interventor da área de segurança pública. Jungmann justifica a utilização dos mandados coletivos da seguinte forma: “na realidade urbanística do Rio, você muitas

vezes sai com a busca e apreensão numa casa, numa comunidade, e o bandido se desloca. Então, é preciso ter algo como o mandado coletivo, para melhor eficácia do trabalho a ser desenvolvido" (O GLOBO, 2018, p. 6).

As colocações de Jungmann remetem à ideia de cidade esconderijo defendida por Chalhoub (1988). Na Corte do Rio, o meio urbano era capaz de esconder as contradições sociais dos negros, por isso o autor defende a ideia da cidade em que se camufla. As políticas de domínio não eram capazes de distinguir com facilidade quem era escravo ou liberto, diminuindo paulatinamente suas ações sobre essas pessoas. Por outro lado, a cidade que servia de esconderijo causava medo e desconfiança a uma elite que via todos os negros como suspeitos. Antes de causar uma onda de suspeição generalizada, os administradores urbanos se esforçaram ao extremo para que a cidade não se tornasse um esconderijo. Com os chamados códigos de postura, as pessoas supostamente cativas estavam proibidas de sentar nos botecos para jogar ou beber, só podiam ficar o tempo necessário para realizarem suas compras básicas; as reuniões públicas entre escravos e "pessoas suspeitas" não eram permitidas, por essa razão os donos das tavernas não recebiam grupos com mais de quatro integrantes; eram presos aqueles que estivessem nas ruas depois das sete horas da tarde, sem o escrito de seu senhor, datado no mesmo dia. Mesmo com as proibições, a cidade continuava garantindo o anonimato desses indivíduos, tornando cada vez mais difícil a sua sujeição às leis impostas.

Chalhoub investiga os significados possíveis de um aparente antagonismo entre a população negra da cidade do Rio e os burocratas republicanos, na época da Corte. Seu interesse é mostrar que havia um sentido cultural profundo numa suposta hostilidade dos negros (palavra muito utilizada à época) às medidas tomadas pela administração republicana. Considerando, inclusive, que a proclamação da República talvez tenha tido a intenção de anular e/ou disciplinar as agitações culturais e políticas feitas por negros escravizados, livres e pobres nas ruas. Esses movimentos nasciam nos espaços públicos e, por isso, mantinha uma dinâmica própria, enraizada em um modo de vida urbano tecido pelos negros durante as décadas de lutas subterrâneas contra a tirania exercida ao longo do século XIX. O autor defende que a população negra havia instituído um Rio só seu, adquirindo certa autonomia à elite da época. Parte da cidade era administrada por suas próprias racionalidades e movimentos, fomentando o ódio e a brutalidade dos republicanos que queriam enquadrar a todos em seu estilo de vida burguês.

As opiniões emitidas pelo ministro são extremamente simbólicas por representarem apenas as favelas como abrigo de perigos e violências, como se esses

problemas não estivessem presentes nos bairros mais abastados, e os seus habitantes como coniventes com o crime. As elites políticas veem as comunidades compostas por pobres como um esconderijo que impossibilita a identificação dos inocentes e dos culpados, assim como antes da República. Não sendo possível identificar quem realmente são os criminosos, ainda hoje os planos de segurança tendem a agir como se todos fossem suspeitos. Então, Jungmann corrobora com esta lógica quando diz que a realidade urbanística do Rio, integrada por morros e florestas, facilitaria a camuflagem destas pessoas, colaborando também com a proliferação e a fuga de criminosos.

A reportagem se compromete a apresentar os múltiplos pontos de vista de especialistas sobre os mandados, porém são apresentadas apenas discordâncias, deixando as opiniões favoráveis em segundo plano. Thiago Bottino, professor de Direito Penal da Fundação Getúlio Vargas, explica que a medida é totalmente ilegal, pois "está escrito no Código de Processo Penal, em seu Artigo 243, que para ser expedido um mandado de busca e apreensão, é preciso indicar, o mais precisamente possível, a casa que será realizada a diligência e o nome do morador" (O GLOBO, 2018, p. 6). O advogado, especialista em Direito Penal e Constitucional, Abid Abdouni, que é contra o mandado coletivo, esclarece que num "cenário caótico" como o do Rio de Janeiro, seria necessária uma flexibilização. Ele defende que esse recurso seja usado em casos pontuais, mas que seja precedido de investigação – esta foi a opinião mais próxima do que seria tido como positivo.

Notamos que, por mais que a reportagem tenha possibilitado minimamente o confronto entre narrativas diferentes, expondo opiniões contrárias e favoráveis aos mandados coletivos de busca e apreensão, o *box* chamado de "memória" reafirma os sentidos que o jornal queria produzir desde o início: mesmo que seja uma medida ilegal, com muitos protestos contrários, já foi utilizada no passado e angariou bons resultados. A prisão do traficante Elias Maluco foi trazida à lembrança pelo jornal, produzindo sentidos que reafirmavam a necessidade dos mandados e representavam os moradores dessa favela como criminosos em potencial.

> O ano era 2002. Em junho, o jornalista Tim Lopes tinha sido trucidado pelo tráfico da Grota, no Complexo do Alemão, uma das favelas mais perigosas da cidade, quando fazia reportagem sobre exploração sexual de jovens em bailes funk. O mês de setembro, do mesmo ano de 2002. O governo era do PT. A governadora Benedita da Silva, após todos os esforços, tinha prendido alguns peixes pequenos que agiram sob as ordens de Elias Maluco, mas ele ainda estava foragido, após três meses de buscas. A cúpula de segurança apelou, então, para o mandado coletivo de busca e apreensão. Sob fortes protestos, na época. A medida era, até onde se sabia, inédita. Mais de 500 policiais ocuparam o Alemão. A justiça havia deferido o pedido de busca em larga escala. A polícia tinha autorização para entrar em 10 mil moradia. A

varredura começou segunda-feira, e, se não me engano, só acabou quatro dias depois. No meio da semana, encontraram Elias Maluco, que estava há três dias num buraco dentro de uma casa. Na Operação Sufoco, foram presos outros criminosos. Maluco estendia seu domínio a outras 30 favelas (O GLOBO, “RAIO DE AÇÃO AMPLIADO”, 2018, p. 6).

Figura 4 – Raio de ação ampliado

6 | O GLOBO — Rio — Terça-feira 20.2.2018

Força máxima

RAIO DE AÇÃO AMPLIADO

Governo quer mandados coletivos de busca

Instrumento jurídico é considerado controverso, mas Advocacia-Geral da União diz que pode ir ao STF

Cerco. Militares em um dos acessos ao Jardim Catarina, em São Gonçalo: autoridades federais buscam respaldo legal para ações em comunidades durante a intervenção no estado

CATARINA ALENCASTRO, DÉBORA BERGAMASCO, JULIANA CASTRO, KARLA GAMBA E SILVIA AMORIM
opais@oglobo.com.br

BRASÍLIA - Horas após o governo federal anunciar que planeja pedir à Justiça mandados coletivos de busca e apreensão durante a intervenção federal na segurança pública do Rio, a Advocacia-Geral da União informou, ontem, que se prepara para defender a ideia até no Supremo Tribunal Federal. A ministra da AGU, Grace Mendonça, reconheceu que o tema é polêmico e disse que está se preparando para combater uma provável judicialização do assunto em todas as instâncias necessárias.

O plano de buscar mandados coletivos foi revelado pelo ministro da Defesa, Raul Jungmann. O objetivo, segundo ele, é permitir que forças de segurança possam ampliar a atuação e perseguir criminosos em locais estratégicos do Rio. Jungmann informou ainda que a ideia partiu do general Walter Braga Netto, que foi nomeado interventor:

— O general disse que algumas medidas talvez sejam necessárias, como os chamados mandados coletivos de busca e apreensão. Na realidade urbanística do Rio, você muitas vezes sai com a busca e apreensão numa casa, numa comunidade, e o bandido se desloca. Então, é preciso ter algo como o mandado coletivo, para uma melhor eficácia do trabalho a ser desenvolvido.

Jungmann esclareceu que, se forem concedidos pela Justiça, os mandados coletivos de busca e apreensão serão cumpridos pelas polícias, nunca pelas Forças Armadas, e terão o acompanhamento do Ministério Público. Além disso, reiterou que a intervenção no Rio é civil, e não militar. Ele destacou que Braga Netto é um oficial do Exército, mas, como interventor, tem apenas poderes administrativos. Segundo o ministro, "não há carta branca" nem caberá ao general "definir a movimentação das tropas". As ações, frisou ele, permanecem sob o comando do Ministério da Defesa.

— Não há carta branca, negra nem cinza. E esclareço que os militares não estarão substituindo o papel das polícias do Rio. Não vamos confundir a intervenção, que é um ato administrativo, com a ação militar, que é GLO (Garantia da Lei e da Ordem) — disse Jungmann, acrescentando que não haverá, por parte do governo federal, pedidos de mandados coletivos de prisão durante a intervenção na segurança pública do estado, cujo término está previsto para o dia 31 de dezembro.

ESPECIALISTAS SE DIVIDEM SOBRE MEDIDA

O desejo do governo federal de contar com mandados coletivos de busca e apreensão dividiu especialistas ouvidos ontem pelo GLOBO. Em 2016, o Estado do Rio usou o mesmo recurso para fazer uma incursão policial à Cidade de Deus. Meses depois, a operação foi anulada pela Justiça, e todas as provas obtidas tiveram que ser descartadas. Citando esse caso, Thiago Bottino, professor de Direito Penal da Fundação Getulio Vargas, disse que a medida é "100% ilegal".

— Está escrito no Código de Processo Penal, em seu Artigo 243, que, para ser expedido um mandado de busca e apreensão, é preciso indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será realizada a diligência e o nome do respectivo morador. Não existe, no nosso ordenamento jurídico, a figura do mandado coletivo.

Advogado especialista em Direito Penal e Constitucional, Adib Abdouni também foi contra o mandado coletivo cumprido na Cidade de Deus em 2016, mas disse que, agora, a grave situação do Rio exige uma "flexibilidade" da Justiça. Ele defendeu que o recurso seja usado em casos pontuais, desde que precedido de investigação.

— Como temos uma intervenção num cenário caótico, a tendência é haver uma flexibilidade para a concessão desses mandados. É um recurso aceitável na situação em que estamos, mas tem que ser usado com cautela. O pedido à Justiça precisa de algum embasamento para justificar a necessidade do seu uso — afirmou Abdouni, acrescentando que a presença de criminosos armados nas ruas e a venda de drogas a céu aberto podem ser usadas como justificativas pelo governo federal.

O plano provocou críticas de entidades de direitos humanos e moradores de comunidades. Coordenadora do Redes da Maré, Lidiane Malanquini disse que o clima, agora, é de apreensão:

— Invasões de domicílios em favelas acontecem mesmo sem mandado. O problema é termos a possibilidade de a Justiça aceitar um de caráter coletivo. Você coloca uma grande parte da população sob a suspeita de ligação com o crime.

Repórter do site FaveladaRocinha.Com, Eduardo Carvalho disse temer que, com mandados coletivos de busca e apreensão, abusos de autoridade sejam legitimados. Segundo ele, o decreto de intervenção abre caminhos para diversas interpretações. Já o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ, Marcelo Chalréo, afirmou que a medida encobre uma falha:

— Se houvesse investigação, o policial chegaria ao endereço certo para cumprir um mandado. Como o poder público prefere um papel repressivo, fica se valendo desse expediente inconstitucional.

Sem entrar no debate jurídico, o ex-secretário nacional de Segurança Pública José Vicente da Silva Filho disse que, por se tratar de uma situação excepcional, os mandados coletivos de busca e apreensão podem ser necessários:

— Estamos com um problema muito grave no Rio. Outras alternativas podem ser mais difíceis e lentas. Essa medida pode, a curto prazo, retirar das ruas armas e munição.

Ontem, militares fizeram revistas em alguns pontos da Região Metropolitana. Essas operações estavam previstas na GLO. ●

Opinião

ESBOÇO

A INTERVENÇÃO no Rio de Janeiro fez secretários de Segurança de Minas, Espírito Santo e São Paulo procurarem o Ministério da Justiça, preocupados em articular um sistema compartilhado para se protegerem de criminosos que saíam do Rio em busca de refúgio.

SERÁ AUSPICIOSO se desse encontro começar a sair um protocolo de ações coordenadas entre estados e governo federal, para o enfrentamento do crime. Afinal, o problema não é apenas fluminense.

Análise

A varredura que prendeu Elias Maluco

Medida foi usada em 2002 no Complexo do Alemão, onde bandido se escondia

CARLA ROCHA
rocha@oglobo.com.br

A fogueira das paixões está acesa. De um lado, o grito de entidades de defesa dos direitos civis e a própria letra fria da lei, que não prevê o recurso excepcional em seus códigos. Do outro, a necessidade de avançar contra o crime organizado em territórios de urbanização precária, se não caótica, dominados por traficantes. Os mandados coletivos de busca e apreensão estão na berlinda agora, em tempos de intervenção federal, mas não são exatamente uma coisa nova. E a discussão, queiram ou não os entusiastas do mariqueísmo político, não passa apenas pelo viés ideológico.

O ano era 2002. Em junho, o jornalista Tim Lopes tinha sido trucidado pelo tráfico da Grota, no Complexo do Alemão, uma das favelas mais perigosas da cidade, quando fazia reportagem sobre exploração sexual de jovens em bailes funk.

O mês era setembro, do mesmo ano de 2002. O governo era do PT. A governadora Benedita da Silva, após todos os esforços, tinha prendido alguns peixes pequenos que agiram sob as ordens de Elias Maluco, mas ele ainda estava foragido, após três meses de buscas. A cúpula da segurança apelou, então, para o mandado coletivo de busca e apreensão. Sob fortes protestos, na época. A medida era, até onde se sabia, inédita.

Mais de 500 policiais ocuparam o Alemão. A Justiça havia deferido o pedido de busca em larga escala. A polícia tinha autorização para entrar em 10 mil moradias. A varredura começou numa segunda-feira, e, se não me engano, só acabou quatro dias depois. No meio da semana, encontraram Elias Maluco, que estava há dias num buraco dentro de uma casa. Na Operação Sufoco, foram presos outros criminosos. Maluco estendia seu domínio a outras 30 favelas.

O princípio da inviolabilidade do lar está na origem da cautela com que se deve tratar mandados de busca e apreensão. O instrumento jurídico deve servir à sociedade, e não ser usado contra ela. Toda a excepcionalidade, caso exista, deve também estar a serviço do interesse comum. ●

Comandante do Exército fala em evitar 'nova Comissão da Verdade'

Em reunião com Temer, general defende 'garantias' para militares no Rio

KARLA GAMBA E CATARINA ALENCASTRO
opais@oglobo.com.br

BRASÍLIA - O comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, afirmou ontem durante a reunião dos Conselhos da República e de Defesa Nacional que os militares que atuarão na intervenção da segurança do Rio precisam de "garantias" para que não enfrentem "uma nova Comissão da Verdade". A comissão, que funcionou entre 2012 e 2014, apurou as violações de direitos humanos ocorridas durante a Ditadura de 1964, tendo como foco principal os desaparecidos políticos.

— Os militares precisam ter garantia para não enfrentar daqui a 30 anos uma nova Comissão da Verdade pelo que vamos enfrentar no Rio durante a intervenção — disse, segundo dois dos presentes.

Segundo quem estava na reunião, Villas Bôas mencionou isso ao destacar o risco de enfrentamento das tropas com as quadrilhas armadas da cidade, que pode provocar mortes. O general também solicitou recursos financeiros, equipamentos e até mesmo que o Planalto faça uma campanha publicitária em defesa da ação. O general avaliou que as Forças precisarão do apoio da população em um momento em que as autoridades públicas estão desacreditadas.

Na reunião, os dois conselhos aprovaram, por maioria dos votos, o apoio à intervenção. Os dois conselhos funcionam como órgãos consultivos do presidente da República para o caso e, por isso, não possuíam poder de vetar a medida. Entre os membros do Conselho de Defesa Nacional, a aprovação foi por unanimidade.

PETISTA VÊ FALTA DE DADOS

Já no o Conselho da República dois membros se abstiveram: os líderes da minoria no Senado e na Câmara, senador Humberto Costa (PT-PE) e deputado José Guimarães (PT-CE), opositores ao governo. Eles criticaram a medida e disseram que o governo não apresentou dados sobre a segurança no Rio.

— A deliberação, por maioria, foi de aprovar a intervenção. No entanto, não nos foram dadas as informações necessárias. Por exemplo: não nos deram dados sobre o crescimento da criminalidade no Rio, como é alegado, nem sobre resultados de ações anteriores em que foram utilizadas as Forças Armadas. Não tivemos ainda previsão de gastos e muito menos uma análise de planejamento sobre que resultado se espera a curto e médio prazo — afirmou Humberto Costa.

Participaram da reunião na manhã de ontem, além do presidente Temer, os presidentes da Câmara e do Senado; os líderes do governo, da maioria e da minoria na Câmara e no Senado; os ministros da Defesa, da Justiça, da Casa Civil, da Secretaria-Geral da Presidência, da Fazenda, do Planejamento, das Relações Exteriores, da Secretaria de Governo e do Gabinete de Segurança Institucional; os comandantes da Aeronáutica, do Exército e da Marinha; além de três representantes da sociedade civil indicados para compor o Conselho da República. ●

Na figura 4 é possível ver os militares espalhados por uma rua, controlando a entrada e a saída de pessoas da comunidade Jardim Catarina, localizada em São Gonçalo. Na imagem, não existem moradores circulando pelas ruas, produzindo sentidos que remetem à ideia de um toque de recolher, quando pessoas são impedidas pelas Forças Armadas de saírem de casa. Ainda, é possível notar a ambiência de um espaço militarizado: cones controlam a circulação de veículos, soldados altamente armados e com rostos cobertos por uma touca, capacetes e coletes de proteção são indispensáveis. Todos esses detalhes registrados pela fotografia revelam o estado de exceção que foi imposto a essa comunidade.

Esses dois casos podem ser entendidos como estado de exceção, uma medida atípica que permite a suspensão temporária de uma ordem jurídica e de direitos fundamentais para que uma situação adversa seja enfrentada. Existem pelo menos duas situações de estado de exceção: o estado de defesa, empregado em área determinada que possui uma calamidade pública ou riscos às instituições governamentais; e o estado de sítio, aplicado em casos de guerra, quando o país está sendo invadido por um exército estrangeiro (ou por inimigos internos, como é o caso dos traficantes), suspendendo as garantias constitucionais dos cidadãos até que o comprometimento da ordem seja solucionado.

Os governos podem recorrer ao estado de defesa para o controle de doenças infectocontagiosas, por exemplo, com o objetivo de garantir que não haja transmissão dessas patologias a outras áreas. Então, durante o estado de defesa, seria habitual que alguns direitos sejam suspensos até que pessoas sejam vacinadas ou que os doentes fiquem alocados em quartos de isolamentos. Casos como os mandados coletivos e o fichamento indiscriminado de moradores de favelas podem ser entendidos como estados de sítio, pois os direitos dessas pessoas foram negados para que um suposto comprometimento da ordem pública fosse restaurado.

Ou seja, são decretos de urgência – respostas imediatas do poder aos conflitos internos mais extremos – que suspendem temporariamente os direitos e as garantias jurídicas dos cidadãos em prol de um combate aos perigos. Essas medidas eram utilizadas em situações excepcionais, como os momentos de guerra, mas, como explica o autor, o estado de exceção não acontece mais pontualmente, se apresentando como uma nova forma de governar. Está previsto em lei, no entanto “apresenta-se como forma legal daquilo que não pode ter forma legal” (AGAMBEN, 2004, p. 12).

Para combater a desordem urbana, os direitos dos moradores de favela foram suspensos durante a atuação dos militares na cidade. Mesmo assim, durante a reunião dos Conselhos da República e de Defesa Nacional, evento ocorrido no dia 19 de fevereiro de 2018, o general interventor Eduardo Villas Boas pediu a Michel Temer que os militares pudessem atuar livremente, sem que enfrentassem no futuro uma nova Comissão Nacional da Verdade - instituída pelo governo brasileiro para investigar as violações aos direitos humanos cometidas durante o golpe militar de 1964, funcionou entre 2012 e 2014 tendo como foco os desaparecidos políticos.

> Os militares precisam ter garantia para não enfrentar daqui a 30 anos uma nova Comissão da Verdade pelo que vamos enfrentar no Rio durante a intervenção – disse, segundo dois dos presentes. Segundo quem estava na reunião, Villas Boas mencionou isto ao destacar o risco de enfrentamento das tropas com as quadrilhas armadas da cidade, que pode provocar mortes. O general também solicitou recursos financeiros, equipamentos e até mesmo que o Planalto faça uma campanha publicitária em defesa da ação. O general avaliou que as Forças precisarão de apoio da população em um momento em que as autoridades públicas estão desacreditadas (O GLOBO, “RAIO DE AÇÃO AMPLIADO”, 2018, p. 6).

Malaguti (2003) explica que este controle social dos pobres e negros no Rio de Janeiro não é novidade, pois na época imperial as elites brancas já sentiam medo dos negros mantidos sob um regime de escravidão. De acordo com a autora, esse medo foi potencializado pela Revolta dos Malês, ocorrida na Bahia em 1835, que influenciou extremamente os temores dos cariocas em relação a um suposto levante dos negros escravizados, especialmente no período de 1830 a 1870 quando a maior parte da população fluminense era formada por escravos e negros livres.

A partir de então, conforme Malaguti (2003), os governantes passaram a se basear num argumento médico para conter as multidões, impedindo o ajuntamento de pessoas negras sob a alegação de que poderiam espalhar doenças. Posteriormente, alicerçada numa visão jurídica, uma espécie de força policial foi utilizada para garantir a ordem, controlando a vagabundagem, a mendicância, a embriaguez, os capoeiras e tudo aquilo que incomodava a ordem burguesa vigente. A autora chega a afirmar, inclusive, que parte considerável da história dos negros escravizados foi contada pelos jornais por intermédio das fichas criminais.

Compreendemos, então, que a forma incisiva como os negros e pobres foram reprimidos pelas elites cariocas no decorrer da história ainda influencia no delineamento dos planos de segurança pública e na formação de memórias de medo. Além disso, os políticos e a própria mídia recorrem a esse passado para justificar seus

projetos de redução da insegurança, assim como ocorre na intervenção, reforçando inevitavelmente a urgência em pacificar os locais de pobreza, e a representação de seus moradores como inimigos.

Quando falamos em militarização da vida nas cidades, estamos considerando que todas as rotinas e as regras que regem o cotidiano dos moradores são atravessadas por uma gestão militarizada dos espaços e dos corpos. Esses planos controladores e repressores que atravessam as metrópoles impõem como se deve agir, andar, viver e sentir o meio urbano. Eles dizem, inclusive, por onde caminhar, o horário indicado e como se vestir para essa atividade. Caso alguém transgrida a norma imposta, seu corpo é prontamente colocado no “lugar indicado” pela força física, com socos, pontapés, violações e tiros, e pela força simbólica com olhares que condenam determinadas existências, formas de ser e estar no mundo.

> Falar em militarização da vida nas favelas significa, em última instância, que todas as rotinas, condutas e regras que incidem diretamente sobre o cotidiano dos seus moradores devem necessariamente passar pela lógica militarizada de gestão – sobretudo os corpos de seus moradores – o que é completamente distinto das formas de gestão do restante da cidade. Ainda que na prática a militarização da visão não seja plenamente alcançada, ela existe como um horizonte de atuação para o qual as ações empreendidas pelas forças de segurança, gestores públicos, grandes empresas e os meios de comunicação têm se voltado (BARROS, 2018, p. 292).

Em duas matérias analisadas nesse capítulo – “Acessos controlados” e “Raio de ação ampliado” – foi notado que as favelas estavam sitiadas, diferente de outras partes da cidade. Os moradores desses espaços estavam sendo vigiados a todos os instantes por soldados que queriam controlar seu direito de ir e vir, recolher seus documentos de identificação, invadir suas casas e impor um modo de ser e estar na favela. Em alguns momentos da intervenção, como nesses dois casos narrados pelo O Globo, os direitos dos pobres foram suspensos até que a sensação de insegurança que justificou o plano militar fosse amenizada. Como se a “guerra contra o crime” pudesse, de fato, legitimar a suspenção temporária de direitos.

Graham (2016) estuda as guerras com envolvimento de países como Reino Unido, Israel e principalmente Estados Unidos para exemplificar o que ele chama de novo urbanismo militar, que também pode ser compreendido como a militarização da sociedade civil. Táticas e ideologias essencialmente militares (antes, utilizadas em momentos específicos como o ataque de um exército inimigo, por exemplo) na contemporaneidade são aplicadas ao cotidiano das pessoas que vivem nas cidades. Para o autor, se os Estados Unidos se envolve em uma guerra, depois desse conflito

os nova iorquinos inevitavelmente receberiam como legado o constante controle de seus corpos, seja nos aparelhos de identificação de metais ou nas revistas policiais. Essa constante vigilância, normalmente, é legitimada como indispensável para a garantia da lei, da ordem e da segurança de todos.

Para melhor explicar a sua hipótese, Graham (2016) apresenta cinco características para o urbanismo militar. A primeira diz que as táticas militares de triagem e rastreamento estão cada vez mais incluídas à paisagem urbana. De tão naturalizadas, são pouco reparadas e consequentemente pouco problematizadas. Na segunda, conta que os conceitos, as técnicas e as ideologias de guerrilha são utilizadas nas cidades para controlar alguns grupos sociais, movimentos populares e todos aqueles que são entendidos como ameaçadores. Com o propósito de conter uma suposta desordem causada por esses grupos insurgentes, medidas repressivas e militarizadas são utilizadas pelo Estado, que inclui o uso de diferentes tipos de tecnologias como câmeras de monitoramento, verificação biométrica, aparelhos com identificador de localização e drones.

A terceira característica do urbanismo militar é a economia vigilante, nela se destaca um mercado de serviços e tecnologias de segurança. Nesse sentido, são notórios os seguros de todos os tipos, os carros blindados, os arrojados sistemas com câmeras de segurança, um mercado cada vez mais desejado pelas pessoas que vivem nas cidades. Na quarta, o autor lembra que infraestruturas importantes à vida (água, luz, alimentos e telecomunicações) podem ser cortadas ou atacadas em períodos de combate. Em um momento de guerra, ou simplesmente por discordância política, os países que produzem alimentos ou remédios podem deixar de abastecer seus inimigos como uma forma de desestabilizá-los, por exemplo. Na quinta, nota-se que as tarefas militares de rastrear, vigiar e dominar o alvo não precisam necessariamente de novos sistemas tecnológicos, pelo contrário: elas se apropriam dos aparatos digitais que já operam na cidade, como interações e transações feitas por aplicativos, via internet, que fornecem informações importantes aos bancos de dados ou podem ser utilizadas para a identificação de uma ação criminosa; os carros inteligentes podem auxiliar nos projetos de armamentos robóticos. Todas essas características do urbanismo militar, como foi possível notar, não atingem só aos criminosos, mas cidades e países inteiros.

De acordo com Graham (2016), é comum encontrar em discursos jornalísticos e governamentais a utilização da metáfora da guerra para descrever os problemas

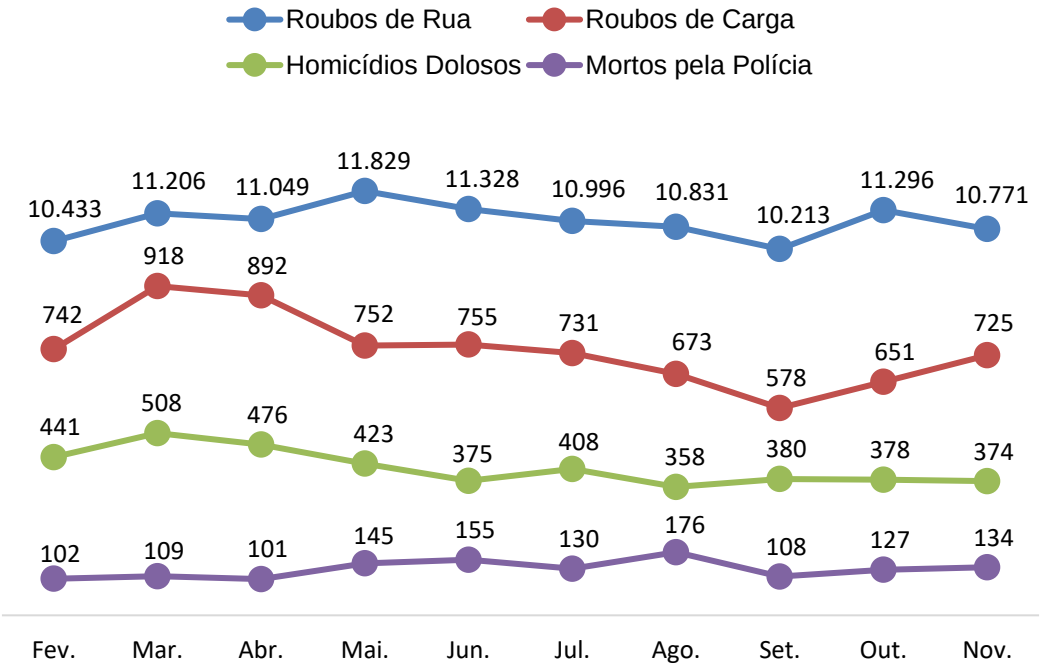
sociais, citando exemplos como guerra contra as drogas, os crimes e os pânicos. E assim como nas guerras, esses discursos são acompanhados da defesa de perspectivas maniqueístas que separam o eu/nós (justos e bons) do eles/outros (inimigos, odiados). Essa ideia de bem contra o mal normalmente serve para fundamentar os conflitos e ativar o medo do outro, intensificando a violência ao invés de erradicá-la. Ao narrar os crimes que ocorreram na cidade do Rio durante a intervenção, além de utilizar a metáfora da guerra, O Globo reproduziu a concepção dicotômica do nós (classe média e alta, vítimas sofredoras) e os outros (os pobres da cidade, produtores do mal que precisam ser controlados). É essencial ressaltar que em uma cidade militarizada, todos os seus moradores são atravessados pela militarização, alguns mais, outros menos. As favelas do Rio de Janeiro, por mais que muitas vezes façam parte de bairros nobres, são mais militarizadas que o asfalto. Por exemplo, Ipanema é menos transpassado pelas lógicas e táticas militares que a favela do Cantagalo, por mais que ela também faça parte desse bairro nobre.

No Rio de Janeiro, não é novidade a crescente necessidade de construir muros materiais e simbólicos que sejam capazes de afastar e combater os outros/indesejáveis. Pensamos que esses projetos de controle, incluindo o urbanismo militar, estão em constante transformação. Hoje eles agem de uma forma, mas amanhã pode ser de outra. Segundo Deleuze (1992), as sociedades disciplinares dos séculos XVIII e XIX moldavam os sujeitos em espaços fechados, que eram chamados pelo autor de moldes: família/casa, escola, caserna, fábrica, hospital e prisão, que é um meio de confinamento por excelência. Nas sociedades de controle da contemporaneidade, por outro lado, os controles se transformam em modulações, uma moldagem autodeformante que se modifica a todo o instante, que está sempre se rearranjando para enquadrar as pessoas. Para Deleuze (1992), o controle está sempre se reinventando estrategicamente, e quando o sujeito menos espera, já está sob suas novas influências. Consideramos, portanto, que as militarizações são pensadas a partir da sociedade do controle, por isso está sempre se reinventando a fim de enquadrar a todos em sua ordem.

Depois de 10 meses, mesmo tendo submetido a população a um cotidiano militarizado, qual foi o impacto da intervenção militar nos homicídios dolosos, nas mortes causadas pela polícia, nos roubos de rua e carga? Lembrando que o presidente Michel Temer lembrou desses crimes para legitimar a decisão de implantar uma gestão militar no Rio. Como é possível observar no gráfico 2, durante a

intervenção militar no Rio de Janeiro foram registrados 1.287 casos de mortes decorrentes de ação policial, valor 36,6% maior que em 2017. Por sua vez, ocorreram 109.952 casos de roubos de rua em 2018, um aumento de 0,8% em relação ao ano anterior. Em compensação, com 1.417 casos em 2018, os roubos de carga apresentaram redução de 15,3%. Em relação à ocorrência de homicídios dolosos, houve uma redução de 6,7%, registrando 4.121 casos em 2018.

Gráfico 2 – Ocorrências na intervenção



Fonte: Relatório “A intervenção acabou: quanto custou?”, produzido pelo Observatório da Intervenção em 2018.

Notamos que algumas ocorrências diminuíram no período da intervenção militar, como roubos de carga e homicídios dolosos. Por outro lado, outras aumentaram significativamente, como roubos de rua e mortes pela polícia. Como uma forma de validar esse plano de segurança, O Globo passou por um processo de lembrança e esquecimento: deu mais visibilidade às narrativas que celebravam a diminuição dos crimes, e menos destaque às ocorrências que aumentaram na cidade. Por meio desses atos de lembrar e esquecer, o jornal foi validando esse plano de segurança que militarizava a vida dos moradores do Rio, especialmente os mais pobres.

3 **AMBIÊNCIA DE MEDO**

> O termo ambiência tem origem do francês “*ambiance*” e pode ser também traduzido como meio ambiente. Para melhor compreensão da sua abrangência, podemos afirmar que não é composto somente pelo meio material onde se vive, mas pelo efeito moral que esse meio físico induz no comportamento dos indivíduos (BESTETTI, 2014, p. 602).

Em 17/02/2018, um dia depois de decretada a intervenção militar, foi publicado no O Globo impresso um dossiê chamado Força Máxima, que explicava o que era esse plano de segurança e a sua importância para o estado do Rio de Janeiro. Entre as matérias que compunham esse dossiê, a “Em chamas: ruas tomadas pela violência e pela dor” selecionou dez casos que, supostamente, teriam servido de justificativa à utilização do Exército no combate ao crime – são acontecimentos que, de acordo com a narrativa, trouxeram à tona a dor, o desalento e o medo da população. São um conjunto de memórias que contribuem para a criação de uma ambiência de medo. Percebemos que muitas vezes essas memórias apresentadas pelo jornal não correspondem apenas ao meio urbano material, mas também causam efeitos na psique de seus leitores, é isso que entendemos como ambiência.

De acordo com o jornal, o estado do Rio estava no centro de uma espiral de insegurança e sua enorme quantidade de homicídios, assaltos e confrontos no asfalto e nas favelas pavimentou o caminho da intervenção. Acreditamos que essas narrativas contribuíram para o afastamento de pessoas de alguns lugares, apontaram alguns locais como mais violentos que outros, justificando um maior controle pelas Forças Armadas (as favelas, por exemplo), e um distanciamento dos espaços públicos, representados como locais de perigo. Buscando ilustrar essa “espiral de inseguranças”, os seguintes casos foram selecionados: crimes que aconteceram durante o carnaval, vitimando moradores e turistas; confrontos entre policiais e traficantes que dizimaram vidas na favela, incluindo a de Jeremias Moraes, morto enquanto jogava futebol com os amigos; histórias de crianças e adolescentes mortos na cidade, falando especificamente do caso de Maria Eduarda, morta numa escola de Acarí, durante a aula de educação física; tiroteios que ocorreram na favela Cidade de Deus e paralisaram a Linha Amarela; gestante que foi atingida por uma bala perdida, em Caxias, e perdeu o filho; aumento da quantidade de mortes de policiais militares; morte de turista espanhola (Maria Esperanza) durante tiroteios na Rocinha; morte de Felipe Faria Gomes, atingido por um tiro durante a manifestação que pedia paz no

conjunto de favelas do Alemão; chacina da comunidade Costa Barros, quando cinco jovens foram baleados por policiais enquanto iam a uma lanchonete comemorar o primeiro emprego de Roberto, uma das vítimas; e assassinato de Eduardo de Jesus, causado por um policial militar, no momento em que brincava com um celular na porta de sua casa, no Complexo do Alemão.

Assim, neste capítulo, buscamos responder às seguintes perguntas: por que esses casos específicos foram lembrados? Quais os sentidos que eles produzem, e como contribuem para a legitimação da atual militarização do Rio? Partimos da hipótese que a reportagem lembrou esses casos para ressaltar a ineficiência e a truculência da polícia. As críticas direcionadas à Polícia Militar construíram a ideia de que só o Exército poderia garantir a paz na cidade, e essa ideia era corroborada pelas narrativas jornalísticas que não distinguiam o papel de cada instituição dentro da sociedade. Assim, sem fazer uma distinção clara entre a função da Polícia Militar e do Exército, os sentidos eram direcionados à indispensabilidade dos planos militares para a cidade, vistos como uma alternativa aos planos policiais. Consideramos também que o medo estava presente na cobertura de todos esses casos, entrelaçando intrigas que permeavam e direcionavam o senso comum, produzindo consensualidade à presença militar no cotidiano urbano.

Analisando as lembranças que integram a “Em chamas: ruas tomadas pela violência e pela dor”, compreendemos que o periódico construiu um elo narrativo, lembrando histórias passadas em outros anos, conectando-as com as atuais, como uma forma de dar sentido ao plano de segurança que estava se delineando em 2018. Os casos eram conectados, apesar de não terem nenhuma ligação, estimulando uma sensação de medo e insegurança. Augé (2014), por exemplo, utiliza diversas matérias jornalísticas para exemplificar os medos que assombram a contemporaneidade, revelando que os acontecimentos temerosos que ocorrem no mundo frequentemente são usados pelos jornais para dialogar com as ansiedades e os desejos repressivos dos seus leitores. Assim, o autor reafirma que os veículos jornalísticos constantemente criam narrativas que dialogam entre si, entrelaçando casos violentos sem conexão, como se essa ligação realmente existisse no universo social, fomentando então a sensação de caos urbano e o medo.

Os casos trazidos à memória dos leitores pela reportagem eram entrelaçados pelo medo da bala perdida, do assalto com ferimento ou morte, da violência policial, além do confronto entre policiais e bandidos. Inclusive, esses acontecimentos podem

ter sido lembrados porque o jornal identificou que 76% da população do Rio de Janeiro apoiou a intervenção militar acreditando que ela amenizaria os seus medos[20]. Entre os temores mais sentidos pelos entrevistados, os seguintes se destacam: balas perdidas (92%), assaltos com mortes ou ferimentos (92%), confrontos entre policiais e bandidos (92%), assassinatos (87%) e a violência policial (70%). Sendo assim, é possível dizer que as memórias contidas na "Em chamas: ruas tomadas pela violência e pela dor", que foram escolhidas para validar a intervenção, dialogam com os maiores temores das pessoas que vivem no Rio.

Notamos que, além de dialogar com os pânicos específicos de seus leitores, de forma simbólica o periódico foi capaz de gerar o medo dos outros, que seriam os pobres que vivem em favelas. Seguindo as perspectivas de Todorov (2010), pensamos que os temores midiáticos são capazes de produzir um outro a quem se deve temer e desconfiar. Normalmente, por ser desconhecido pelo jornalista, esse outro é concebido com abstração, ou, ainda, é um grupo social concreto não pertencido pelo narrador, por isso é representado com estranheza e mistério. A título de exemplo, o autor explica que a mulher pode ser o outro para o homem, o rico para pobre, o branco para o negro. O outro não necessariamente precisa fazer parte da mesma sociedade, podendo ser de um lugar distante. Alguns seres são familiares, aproximados principalmente pela cultura, moral e/ou história, mas existem também os desconhecidos, os estrangeiros que falam línguas diferentes, têm costumes diferenciados ou pertencem a uma outra classe.

3.1 **Bala Perdida**

Entre essas lembranças selecionadas pelo O Globo para explicar a intervenção, cinco estavam relacionadas à morte de crianças e adolescentes, e dialogavam com o medo da bala perdida. Neste subcapítulo, temos o propósito de relembrar o caso de Jeremias Moraes, Maria Eduarda, bebê Arthur, Eduardo de Jesus e Felipe Faria Gomes. Analisando essas histórias, temos o objetivo de responder as seguintes questões: como esses casos de violência, que envolveram a bala perdida, contribuíram para legitimar a intervenção militar? Quais são os planos de segurança defendidos nessas matérias produzidas antes da intervenção?

[20] Relatório "Rio sob intervenção", produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018.

O primeiro caso é o de Jeremias Moraes (13 anos) morto por uma bala perdida no dia 06/02/2018, no caminho do futebol para a sua casa, situada na Maré. O tiroteio que provocou a morte do menino teve início na tarde do dia anterior, em 05/02/2018, quando uma equipe do 22º Batalhão da Polícia Militar entrou em Nova Holanda (uma das favelas que compõem o Complexo da Maré) após receber a denúncia de que agentes teriam sido sequestrados por criminosos locais.

A reportagem “A cruel realidade dos cariocas”, publicada pelo O Globo em 07/02/2018, explica que só haveria segurança no Rio depois que um plano de ordem fosse pensado pela Secretaria de Segurança do Estado e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública. Na época, com o evidente apoio do governador Luiz Fernando, o jornal já defendia uma ideia semelhante à intervenção, que integrava as ações dos governos estadual e federal. Inclusive, a narrativa sugere que, sem esse plano de segurança específico, a violência continuaria fazendo vítimas, como foi o caso de Jeremias Moraes.

Mesmo tendo tirado a vida de um inocente, a operação que solucionaria o suposto sequestro foi defendida por Roberto Sá, então secretário estadual de segurança. O secretário declarou que os policiais fizeram um planejamento em resposta a um acontecimento urgente, reforçando que eles não tiveram muito tempo para planejar as estratégias e que as condutas teriam um outro desfecho se não fossem pensadas sob pressão. Então, Sá defende que a polícia precisa dar uma resposta rápida às denúncias recebidas, mesmo que esse imediatismo traga algumas perdas à população: “Imagine se fosse verdade que havia reféns do tráfico? (...) Não faltou planejamento, mas a gente não domina essa variável em que o criminoso atira de forma insana” (O GLOBO, 2018, p. 07). Por outro lado, o ex-secretário nacional de segurança pública e coronel da reserva da Polícia Militar de São Paulo, José Vicente da Silva, disse que a operação tinha sido precária e precipitada, pois as equipes não tinham informações concretas sobre a situação na Maré, muito menos sobre o sequestro. Os comentários dos dois secretários de segurança se resumem a analisar a operação, focando sobretudo nas questões técnicas. Não existe, por parte desses responsáveis pela área de segurança, um posicionamento solidário à família da vítima. Existe uma preocupação em explicar, defender e discordar da ação policial em si, e não com os estragos que ela causou na vida das pessoas.

A matéria “Que o Senhor abençoe quem tirou a vida do meu filho”, veiculada em 09/02/2018, não discorre especificamente sobre os planos de segurança, só

superexplora o sofrimento de algumas pessoas importantes para o menino, como o de Wânia Moraes (a mãe), José Nascimento (o pastor) e Janete Moraes (a avó). As emoções da mãe, do pastor e da avó são construídas pelo jornal, que ignora as indignações e as críticas que esses personagens teriam a fazer sobre as ações da Polícia Militar. A construção desses sentimentos tem a possibilidade de reforçar nos leitores o medo de perder a própria vida ou a de um familiar, ao mesmo tempo em que oferece o plano de segurança integrado entre os governos estadual e federal como uma solução viável para o problema da insegurança.

Figura 5 – ‘Que o senhor abençoe quem atirou no meu filho’, diz a mãe de jeremias

VIOLÊNCIA DESENFREADA

‘Que o Senhor abençoe quem atirou no meu filho’, diz a mãe de Jeremias

Adolescente, morto por bala perdida na Maré, é enterrado junto com a Bíblia

ANA CAROLINA DE SOUZA SANTOS*
anacarolina.santos@infoglobo.com.br

“O mundo não pode roubar minha infância”. É o que diz a letra da música “Inocência”, da cantora gospel Danielle Cristina, entoada por parentes e amigos de Jeremias Moraes, de 13 anos, no enterro do adolescente, ontem, no Cemitério da Cacuia, na Ilha do Governador. O jovem foi morto por uma bala perdida na favela Nova Holanda, na Maré, na última terça-feira.

— Meu filho era um menino muito amado. Vieram os amiguinhos do futebol, as crianças do ensaio da igreja — repetia a auxiliar de serviços gerais Wânia Moraes, mãe do garoto, aos prantos diante do caixão.

No velório, os quatro irmãos de Jeremias e outros parentes vestiam uma camisa branca com a foto do menino e as palavras “saudades eternas”. A blusa usada pela mãe tinha a inscrição “Exército de Cristo”. Integrantes da Igreja Assembleia de Deus Ministério no Leblon, que Jeremias frequentava, também acompanharam a cerimônia, que reuniu cerca de cem pessoas.

“OBRIGADA PELAS ALEGRIAS”

Um dos momentos mais tristes do enterro foi quando Wânia, muito emocionada, pôs a Bíblia do menino ao lado do corpo do filho pouco antes de o caixão ser fechado.

— Vai com você, meu filho. Poderia colocar a bola que você também amava, mas a Bíblia é mais importante — disse. — Obrigada pelas alegrias, me perdoe pelas broncas.

Mais tarde, na saída do cemitério, Wânia demonstrou muita serenidade:

— Eu quero que o Senhor abençoe quem atirou no meu filho. Não estou culpando quem atirou no meu filho. Quero que o Senhor o abençoe — afirmou. — Eu estou feliz, porque sei para onde meu filho foi, para perto de Deus.

A avó materna do menino, Janete Moraes, de 65 anos, estava destroçada:

— A gente só deseja ter muita força para encarar esse momento.

Até desconhecidos foram ao enterro.

— Moro aqui perto, na Ilha, e estou acompanhando o caso. Dei um abraço nela (na mãe de Jeremias). É muito triste — afirmou a auxiliar de serviços gerais Claudete Santos, de 47 anos.

Segundo Wânia, Jeremias dizia que queria ser pastor e se espelhava em José Rodrigo do Nascimento, que comanda a igreja que o menino frequentava.

— A minha relação com o Jeremias era mais do que de pastor e ovelha, era de pai e filho. Para mim, era uma grande satisfação ser o exemplo de um menino que outras crianças viam como exemplo — disse José Rodrigo. ●

(*) Estagiária sob supervisão de Luciano Garrido

PABLO JACOB

Dor imensa. A auxiliar de serviços gerais Wânia Moraes diante da foto do filho: adolescente foi vítima de uma bala perdida na Maré

> “Vai com você, meu filho. Poderia colocar a bola que você também amava, mas a Bíblia é mais importante”
>
> **Wânia Moraes**
> Mãe de Jeremias

A reportagem evidencia o seguinte discurso de Wânia: “Eu quero que o Senhor abençoe quem atirou no meu filho. Não estou culpando quem atirou no meu filho.

Quero que o Senhor abençoe” e completou dizendo “eu estou feliz porque sei para onde meu filho foi, para perto de Deus” (O GLOBO, 2018, p. 09). Essas colocações revelam uma personagem passiva uma vez que não abordam suas revoltas com a morte do filho mais novo. É como se ela tivesse aceitado o assassinato do filho sem questionamentos ao plano de segurança na cidade, perdoando o assassino em nome de Deus.

Em seu discurso, Janete Moraes desejou “muita força para encarar esse momento” (O GLOBO, 2018, p. 09). Espelho do menino que queria ser pastor, José Nascimento – responsável pela igreja que a família frequentava – desabafou: “Minha relação com Jeremias era mais do que pastor e ovelha, era de pai e filho. Para mim, era uma grande satisfação ser o exemplo de um menino que outras crianças viam como exemplo” (O GLOBO, 2018, p. 09). Mais uma vez, os sentimentos de dor (e, de certa forma, o temor) são evidenciados, esquecendo sistematicamente as críticas. A reportagem não considera que os moradores da favela Nova Holanda tenham culpado o caveirão (nome popular do carro blindado usado pelo batalhão de operações policiais especiais da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro) pela bala que atingiu Jeremias. Desconsidera que os moradores estavam revoltados com mais esse assassinato, sabiam que a polícia era militarizada, pouco preparada e que, como consequência, podiam acabar com mais um futuro.

Maria Eduarda foi outra vítima da bala perdida. Em 30/03/2017, a adolescente de 13 anos foi atingida por três tiros de fuzil enquanto participava de uma aula de educação física na quadra da Escola Municipal Jornalista Escritor Daniel Piza, localizada no bairro da Pavuna, na Zona Norte do Rio de Janeiro. Os disparos, que partiram de um policial militar, ocorreram durante um suposto confronto entre eles e outros dois criminosos.

A matéria “Violência em três atos” (31/03/2017) foi a primeira a falar sobre Maria Eduarda. Ela não apresentava soluções ou defendia a utilização do Exército de forma explícita, mas direcionava as significações para a necessidade de um plano de segurança que não fosse executado pelo secretário, pelo comandante e pelos policiais militares, assim como uma intervenção militar. Se não fosse a Polícia Militar, quem faria o patrulhamento urbano? A narrativa que estava se delineando sugeria que as Forças Armadas teriam a capacidade de combater o crime, mantendo a afeição pela população, diminuindo a morte das pessoas. Buscando reafirmar a ideia de que a PM era incapaz de realizar as suas funções sem desrespeitar os civis, o jornal recordou

um vídeo que mostrava os policiais (suspeitos de matar Eduarda) executando uma dupla de bandidos que já estava no chão, ferida e imobilizada – isso aconteceu em frente à escola municipal onde a menina foi morta, um fato que dialoga simultaneamente com o prejuízo trazido pela violência ao desenvolvimento escolar daqueles que vivem na favela e com o despreparo da polícia.

Na época, a assessoria da Polícia Militar informou que os bandidos, que estavam com um fuzil e uma pistola, tinham sido mortos durante uma troca de tiros com os agentes do 41º Batalhão da Polícia Militar (BPM) de Irajá. Depois da divulgação do vídeo, que mostra os policiais executando os bandidos, a assessoria da PM anunciou que o caso seria investigado. De acordo com O Globo, esse batalhão é um dos que mais registram autos de resistência, só em janeiro e fevereiro de 2017, ano da publicação da matéria, uma em cada cinco mortes ocorreu na área desse batalhão. Foram mortes que supostamente ocorreram em confrontos com a polícia, em um momento de resistência à prisão.

Os moradores da região, que não foram representados como indiferentes ou inconformados com a morte de Maria, realizaram protestos para questionar as práticas da polícia, que causaram (e ainda causam) o assassinato de tantos jovens e adolescentes. As manifestações não ficaram restritas ao bairro da Pavuna, elas se espalharam. Existiam barricadas em muitas partes da Martin Luther King, uma avenida de aproximadamente 25km que perpassa bairros como Pavuna, Vicente de Carvalho, Irajá, Del Castilho e outros. A matéria “Violência em três atos” narrou parte desses protestos: “começaram por volta das 18h. Depois de atear fogo a sucata e lixeiras, algumas mulheres sentaram ou deitaram nas pistas, formando uma barreira humana para impedir a passagem de veículos” (O GLOBO, 2017, p. 16). Porém, depois que essas cenas foram descritas, o jornal condenou a ação dos moradores, alegando que ela possibilitaria a movimentação de bandidos: “criminosos se aproveitaram para fazer arrastão. Nas redes sociais, foram postados relatos, fotos e vídeos de motoristas, desesperados, tentando voltar na contramão. Passageiros abandonavam os ônibus e corriam pela via expressa” (O GLOBO, 2017, p. 16).

A única especialista ouvida pela reportagem “Violência em três atos” foi Silvia Ramos, que é cientista social e pesquisadora. Ela afirmou ao O Globo que havia um descontrole do uso da força pelos policiais. Para corroborar com sua premissa, salientou que os autos de resistência aumentaram 71% em fevereiro de 2017, quando comparados ao mesmo mês em 2016. É essencial evidenciar que, no Brasil, as mortes

decorrentes de intervenção policial (autos de resistência) vitimaram 6.220 pessoas em 2018, um aumento de aproximadamente 20% quando comparado ao ano de 2017 (5.179 casos). Do total nacional, ocorreram 1.534 casos no Rio de Janeiro (24,3%) no ano da intervenção militar, que corresponde a um aumento de 36,1% com relação a 2017 (1.127 casos)[21].

Ainda de acordo com Ramos, o comandante da PM (Wolney Dias) e o secretário de Segurança (Roberto Sá) não eram capazes de gerir a tropa: “falta uma orientação clara de que o policial na rua não pode matar. O 41º BPM se tornou um batalhão matador. Há policial lá que usa 300 projéteis por mês” (O GLOBO, 2017, p. 16). Selecionando esse trecho da conversa com a pesquisadora, o jornal produz sentidos que direcionam à incapacidade dos agentes, do comandante da Polícia Militar e do secretário de Segurança em solucionar a violência na cidade. Além disso, a matéria traz um *box* memória com título “Cenas de truculência explícita”, nele são apresentadas outras mortes causadas por policiais militares em várias partes do Rio de Janeiro, reforçando a necessidade em tirar a PM da função de patrulhamento urbano.

O jornal O Globo cobriu esse caso, explicando como os confrontos entre policiais e traficantes prejudicavam o desenvolvimento escolar das crianças que viviam em favelas ou subúrbios. De 2014 a 2015, essa escola pública fechou pelo menos 31 vezes devido aos tiroteios em suas proximidades. A reportagem “Um dia depois – 39 escolas fecham” (01/04/2017) esclarece que só em 31 de março de 2017, 39 unidades da Secretaria Municipal de Educação, onde estudam 13.007 crianças e adolescentes, fecharam por causa da violência. Uma parte dessas escolas (29 unidades) fica na região onde a estudante foi assassinada por policiais, mais especificamente em Fazenda Botafogo, Costa Barros, Coelho Neto, Acari e Pavuna. O diretor da Escola Daniel Piza, Luiz Menezes, clarifica que o aprendizado das crianças e dos adolescentes que vivem em áreas de risco fica comprometido: “às vezes nos cobram rendimento no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) igual ao da Zona Sul. Mas como? Eu paro as aulas com frequência, porque não consigo fazer com que as crianças fiquem em sala” (O GLOBO, 2017, p. 12). Se referindo sobretudo à questão da violência, o educador diz: “Num clima como esse,

[21] “Anuário Brasileiro de Segurança Pública”, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2019.

como é que vão estudar? A cabeça está longe de uma aula de matemática, português, geografia, história... Sou obrigado a fechar a escola" (O GLOBO, 2017, p. 12).

Com a intenção de estampar os medos das crianças e dos professores na página, o jornal utiliza uma foto de alunos e funcionários deitados no chão, se protegendo dos tiros no CIEP Vicente Mariano, localizado no Maré. É, de certa forma, uma maneira de criar empatia nos leitores, fazendo com que eles se coloquem no lugar dessas vítimas.

Figura 6 – Um dia depois, 39 escolas fecham

Lágrimas. Colegas de Maria Eduarda na Escola Daniel Piza choram e usam camisas pintadas de vermelho: manifestação reuniu moradores em Acari, que protestaram contra a morte da menina

Um dia depois, 39 escolas fecham

Alunos de unidades em linhas de tiro têm aprendizado prejudicado, alertam educadores

A consternação com a morte da menina Maria Eduarda se reflete na situação das escolas que estão na linha de tiro na Zona Norte do Rio. Só ontem, 39 unidades da Secretaria municipal de Educação, onde estudam 13.007 crianças e adolescentes, fecharam as portas por causa da violência. Vinte e nove delas ficam na região onde a estudante foi assassinada (Fazenda Botafogo, Costa Barros, Coelho Neto, Acari e Pavuna). Mas colégios e creches em Manguinhos, Jacarezinho e Benfica também não funcionaram ontem.

Um dia a dia que deixa abatido o diretor da Escola municipal Daniel Piza, Luiz Menezes, onde Maria Eduarda estudava. Ele lamenta que o aprendizado em escolas em áreas conflagradas é comprometido:

— Às vezes nos cobram rendimento no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) igual ao da Zona Sul. Mas como? Eu paro as aulas com frequência, porque não consigo fazer com que as crianças fiquem na sala de aula. E quando estão em sala, num clima como esse, como é que vão estudar? A cabeça está longe de uma aula de matemática, português, geografia, história... Sou obrigado a fechar a escola. Como uma criança vai se motivar a estudar se, a todo momento, temos que paralisar nossas atividades, solicitar que se protejam em casa, pedir que os funcionários se protejam?

REPRODUÇÃO DO FACEBOOK

Rotina de pânico. Alunos deitam no chão em Ciep na Maré: aulas suspensas devido a tiroteios

O medo está estampada em foto no Ciep Vicente Mariano na Maré, onde crianças estão deitadas no corredor. Anteontem, 16 unidades de ensino do complexo, com 3.925 estudantes, fecharam as portas.

— Moro no Morro do Cajueiro, em Madureira. Vivo esse cotidiano, que me choca sempre — revela o escritor e publicitário Bruno Rico, que compartilhou a foto no Facebook. — Como se estuda assim? Escolas fecham, atrapalha o ano letivo. É preciso haver equilíbrio de estratégia para que se exerça o direito à educação.

Para a educadora Andrea Ramal, não há como dissociar a violência da dificuldade no aprendizado:

— Para aprender, a criança precisa estar com a mente preparada, atenta, tranquila. Aquelas que vivem em áreas com conflitos, muitas vezes ficam distraídas, tensas. Algumas desenvolvem até síndromes de pânico e de ansiedade.

Diante da morte de Maria Eduarda, o prefeito Marcelo Crivella anunciou que vai implementar um projeto para blindar, com argamassa especial, os muros de escolas em linha de tiro. A ideia foi mal recebida pelo gerente de Conteúdo do Todos pela Educação, Ricardo Falzetta:

— A blindagem é tapar o sol com a peneira. Não se pode transformar escola em bunker. É aceitar uma situação extrema e virar as costas para o problema, sem pensar nas causas reais — diz ele, observando que medo é real. — As crianças já sabem que precisam se proteger e ir para debaixo da cadeira quando há tiroteio. A situação é traumática, precisa ser olhada com cuidado pelo poder público.

Secretário municipal de Educação, César Benjamim reconhece que casos como o de Maria Eduarda são uma tragédia também para a educação:

— Eu não tenho palavras. Desde ontem só choro, como se fosse minha filha. Isso não pode acontecer. As coisas estão se agravando. É um colapso do governo do estado, colapso da segurança.

Graduanda em Letras, Sarah Cantrell lembra do estágio que fez, em 2015, em uma escola do Juramento:

— As crianças se abaixavam, desesperadas, por medo de bala perdida. Aquilo era a realidade delas, mas ninguém se acostuma com isso. ●

Ainda, a narrativa ressalta que em 30/03/2017, um número significativo de escolas (16 unidades) ficou sem funcionar no Complexo de favelas em decorrência da violência, cerca de 3.925 alunos foram afetados pela paralisação. O autor da foto, que vive no Morro do Cajueiro, em Madureira, disse: “vivo esse cotidiano, que me choca sempre. Como se estuda assim? Escolas fecham, atrapalha o ano letivo. É preciso haver equilíbrio de estratégia para que se exerça o direito à educação” (O GLOBO, 2017, p. 12).

Como solução para a violência que atinge os alunos, o prefeito Marcelo Crivella (Partido Republicano Brasileiro – PRB) ofereceu a blindagem, com argamassa especial, dos muros das escolas que estão na “linha do tiro”. No entanto, Ricardo Falzetta, gerente de conteúdo do Todos pela Educação, discordou totalmente da atitude: “a blindagem é tapar o sol com a peneira. É aceitar uma situação extrema e virar as costas para o problema, sem pensar nas suas causas reais” (O GLOBO, 2017, p. 12). A fala de Falzetta que foi selecionada pelo jornal não elucida o que são essas “causas reais”. Seria muito mais eficaz se os planos para amenizar a insegurança na cidade fossem repensados, que o crime fosse combatido sem pôr a população em risco, sem militarizar os cotidianos e reforçar um sistema punitivo. O prefeito, ao invés de repensar os planos de segurança repressivos, oferece a blindagem das escolas, como se isso fosse resolver o problema.

Em 30/07/2017, Claudineia dos Santos Melo (29 anos) foi atingida por uma bala perdida, só que em Duque de Caxias, uma cidade da região da Baixada Fluminense. Sozinha em um mercado, percebeu quando começou um tiroteio na Favela do Lixão. Depois de ouvir os sons de disparos, sentiu que tinha sido atingida por uma bala. Ela estava grávida de oito meses e o projétil atingiu a sua barriga, acertando também o bebê Arthur. Por causa desse disparo, o recém-nascido adquiriu um pneumotórax bilateral (quando o ar entra na pleura, membrana que recobre os pulmões, causando insuficiência respiratória).

A “Bebê é atingido por tiros dentro da barriga da mãe em Caxias” (01/07/2017) foi a primeira notícia sobre Arthur. A frase “medo nas ruas” formava a sua epígrafe, revelando o diálogo que O Globo queria estabelecer com os leitores e o foco principal de toda a cobertura jornalística do caso: o medo da bala perdida. Não identificamos a defesa de planos de segurança nas matérias, o ponto central das narrativas era o temor de perder um ente querido ou a própria vida, assim como a falta de estrutura

dos hospitais públicos para o atendimento das pessoas baleadas, o que também gerava a ansiedade/medo em relação à bala perdida e aos espaços públicos.

A reportagem “Luta pela vida de Arthur” (03/07/2017) esclarece o quanto o bebê era aguardado pela mãe, que tentava engravidar e não conseguia. A página trouxe, inclusive, uma foto que Claudineia tirou em frente ao espelho, segurando a barriga. Eram mostrados os primeiros itens comprados para a criança, as fraldas, o carrinho, as blusas e os conjuntos pendurados no armário. Notamos que tanto os objetos pessoais do recém-nascido quanto o sonho de Claudineia em ter um filho foram narrados para reforçar o medo de perder um familiar ou um amor por causa do aumento dos casos de bala perdida.

Segundo essa narrativa, o casal, que esperava Arthur com alegria, convive com a dor e a agonia – sentimentos que o texto se propõe a descrever. Esses sentimentos vão sendo construídos principalmente pela dificuldade em conseguir um atendimento digno para os feridos.

> Uma obstetra escutou o coração da criança e percebeu que ela estava sofrendo, com batimento irregular. A decisão de interromper a gravidez foi imediata: às 18h12m, a equipe estava no centro cirúrgico pronta para a cesariana, feita em 15 minutos. Sem UTI neonatal, o hospital não teria condições de manter Arthur vivo por muito tempo. Enquanto mãe e filho eram atendidos por equipes diferentes, Polliny e Luiz Carlos Madriaga, responsáveis pelas remoções da unidade, tentavam desesperadamente falar com alguma autoridade do Corpo de Bombeiros – no primeiro contato, a corporação informou que a única ambulância equipada com UTI neonatal disponível em todo o estado só poderia chegar quatro horas depois. A Secretaria Estadual de Saúde tinha três ambulâncias iguais para fazer o transporte de bebês, mas o serviço foi suspenso no ano passado (O GLOBO, “LUTA PELA VIDA DE ARTHUR”, 2017, p. 07)

Mas, afinal, como o bebê estava quando chegou ao hospital? O jornal explica nos mínimos detalhes: “Arthur nasceu com muito sangue, o dele próprio, que escorria de sua orelha direita, dilacerada, de uma ferida grande no tórax e da cabeça, atingida superficialmente. Os órgãos vitais, para alívio dos médicos e enfermeiros envolvidos, estavam intactos” (O GLOBO, 2017, p. 07). E o que os profissionais estavam fazendo para salvá-lo? De acordo com a reportagem, “foi sedado com três mililitros de fentanil por hora. Assim que o parto foi feito, o médico Luiz Miller, de 36 anos, especializado em cirurgia geral e oncológica, entrou em ação. Ele estava passando pela sala cirúrgica, pronto para ir embora. Em dias normais ele teria ido” (O GLOBO, 2017, p. 07). Em seguida, o médico explica o porquê de ter continuado no hospital:

> Ao perceber o que estava acontecendo, me voltei para a criança. Foi emocionalmente difícil para mim, pois minha esposa está grávida com as mesmas 39 semanas. Poderia ser a minha mulher (...) é uma coisa que a gente não imagina que pode acontecer, felizmente fiquei até mais tarde naquele dia (O GLOBO, “LUTA PELA VIDA DE ARTHUR”, 2017, p. 07)

Esse discurso empático do médico foi fundamental para a intenção da construção discursiva do O Globo: fazer com que o outro, seja entrevistado ou leitor, se coloque no lugar da família que esperava um novo membro e foi frustrada por um caso de violência. A descrição da angústia da família pode ter fomentado esses sentimentos nos leitores, deixando-os apreensivos, esperando por um projétil que pode atingi-los a qualquer momento. Ou, ainda, esse sentimento pode ter sido construído para fazê-los imaginar um de seus familiares no lugar de Claudineia, perdendo um filho e tendo um mau atendimento.

Um outro médico reforça a ideia de guerra na cidade, dizendo que se sentiu realizando uma “medicina de guerra” – uma metáfora que se refere aos improvisos que teve que fazer para conseguir drenar os pulmões de Arthur, a situação clínica do paciente e a quantidade de pessoas que chegam baleadas no hospital.

> Primeiro, colocamos (o dreno) no tórax da esquerda, que tinha uma ferida significativa. Então descobrimos que não havia outro dreno, a equipe de enfermagem percorreu o hospital todo procurando. Tivemos que improvisar, usando um tubo orotraqueal (usado para intubação na traqueia). A gente via o bebê reagindo, tentando respirar. Não falo isso com orgulho, falo com lástima, mas às vezes temos que fazer o impensável para salvar a vida do paciente. Nunca drenei alguém tão novo. Na verdade, não sei se algum médico já tinha feito isso, é uma situação muito rara, típica de medicina de guerra (O GLOBO, “LUTA PELA VIDA DE ARTHUR”, 2017, p. 07)

Um mês depois da reportagem supracitada, o jornal publica a matéria “O adeus ao bebê Arthur que fez o Rio chorar” (01/08/2017), contando detalhes sobre o momento em que o corpo estava sendo velado: durante o velório, cantaram juntos ‘Eu preciso de ti, Senhor’. Depois subiram num carrinho e carregaram o pequeno caixão no colo até o local do sepultamento (...) Arthur agora está na gaveta 22” (O GLOBO, 2017, p. 10). A aparência do morto também foi narrada: “Arthur vestia uma touquinha azul comprada para protegê-lo do inverno carioca, que ele não chegou a conhecer: passou seus 30 dias de vida dentro de uma incubadora, na UTI do Hospital Adão Pereira Nunes” (O GLOBO, 2017, p. 10). Depois de narrar as cenas do sepultamento, o jornal reafirma que essa dor era sentida por outras famílias do Rio, já que as balas perdidas não davam trégua. Crianças, adolescentes, jovens e adultos, ninguém escaparia dessa escalada de violência, segundo o jornal.

Em 02/04/2015, a bala perdida fez outra vítima: Eduardo de Jesus (10 anos) foi atingido por um disparo quando estava no portão de sua casa, situada no Complexo de favelas do Alemão, Zona Norte do Rio. Os policiais disseram que houve uma intensa troca de tiros com traficantes, por isso Eduardo foi atingido. No entanto, os moradores do Alemão negaram, e afirmaram que os agentes alteraram a cena do crime, desaparecendo com as cápsulas e os projéteis. Logo após a morte, especialistas da Divisão de Homicídios e do Instituto de Criminalística Carlos Éboli fizeram uma perícia e realmente não encontraram os cartuchos e as balas, nem o projétil que perfurou a cabeça de Eduardo, dificultando a realização do exame de balística, que é capaz de identificar se o tiro partiu de policiais ou criminosos.

Em “Sem bala, sem prova”, veiculada em 07/04/2015, foi possível entender melhor as táticas de investigação e o prejuízo causado pelo desaparecimento do material importante à perícia. Fica evidente na reportagem que a investigação estava comprometida e que a polícia agia de forma desonesta e criminosa, por isso recolheu as cápsulas que estavam próximas e dentro do corpo sem vida.

> O menino que brincava com um celular quando foi baleado, teve o crânio esfacelado. O impacto do disparo, provavelmente de um fuzil, fez com que massa encefálica de Eduardo fosse encontrada a quase dois metros de distância do corpo. Cinco armas usadas pelos policiais que estavam no local – fuzis e pistolas – foram recolhidas para um eventual exame balístico. Sem projéteis para fazer uma comparação com as armas apreendidas, a DH (Divisão de Homicídios) planeja realizar esta semana uma reconstrução para tentar identificar de onde partiu o tiro que matou Eduardo. Os oito policiais investigados estão locados no Batalhão de Choque, e todos negam terem atirado no menino. Por meio de sua assessoria de imprensa, a PM (Polícia Militar) informou que a equipe ficará afastada das ruas até o fim da apuração do caso (O GLOBO, “SEM BALA, SEM PROVA”, 2015, p. 08).

A seguir, na figura 7, é possível analisar a matéria: ela conta com a imagem de um policial militar realizando patrulhamento no Complexo do Alemão, segundo a legenda, ele estava iniciando o processo de “recuperação” do morro, livrando-o do domínio dos traficantes. No início da reportagem, era evidente o tom de denúncia às atitudes criminosas de alguns agentes de segurança. Depois, no decorrer do texto, as denúncias vão dando lugar à comemoração pela “reocupação” do Complexo do Alemão, um projeto do governo do estado, defendido pelo governador Luiz Fernando de Souza. O termo “reocupação” foi usado no sentido de “reordenamento” e “trazer a ordem” ao Complexo. Segundo o jornal, o plano estadual seria aplicado às favelas de Nova Brasília, Morro do Alemão e Fazendinha porque abrigam muitos traficantes,

circulam muitas drogas e, como consequência, têm a maior quantidade de trocas de tiros.

Figura 7 – Sem bala, sem prova

8 O GLOBO

Rio

Terça-feira 7.4.2015

INFÂNCIA INTERROMPIDA

Sem bala, sem prova

PMs teriam recolhido cápsulas perto do corpo de menino; reocupação do Alemão começa hoje

GABRIEL DE PAIVA

Operação. Um policial militar faz patrulhamento no Complexo do Alemão, que, segundo o comandante-geral da PM, coronel Alberto Pinheiro Neto, começa a ser reocupado hoje: a meta, segundo o oficial, é "colocar a casa em ordem"

SÉRGIO RAMALHO
sergio.ramalho@oglobo.com.br
VERA ARAÚJO
varaujo@oglobo.com.br

Moradores do Complexo do Alemão que prestaram depoimentos na Divisão de Homicídios (DH) disseram que, logo após a morte de Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos, na última quinta-feira, PMs recolheram cápsulas de balas que estavam junto ao corpo do menino. Oito policiais que faziam uma operação na área, incluindo um tenente, também foram ouvidos, ontem, por investigadores, que apuram se o grupo ocultou provas para atrapalhar a apuração do caso. Hoje, a PM inicia a reocupação do conjunto de favelas para tentar acabar com uma escalada de violência que, na semana passada, deixou quatro mortos em apenas dois dias.

Algumas horas após a morte de Eduardo, especialistas da DH e do Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE) fizeram uma perícia e não encontraram cartuchos ou cápsulas. Nem mesmo o projétil que perfurou a cabeça do menino foi achado, o que dificulta a realização de um exame de balística. Para investigadores, isso reforça a versão de testemunhas sobre a suposta ocultação de provas por parte de PMs, além de colocar em xeque o teor dos depoimentos dos policiais, que afirmaram ter havido uma intensa troca de tiros no local.

O menino, que brincava com um celular quando foi baleado, teve o crânio esfacelado. O impacto do disparo, provavelmente de um fuzil, fez com que massa encefálica de Eduardo fosse encontrada a quase dois metros de distância do corpo. Cinco armas usadas pelos policiais que estavam no local — fuzis e pistolas — foram recolhidas para um eventual exame balístico.

Sem projéteis para fazer uma comparação com as armas apreendidas, a DH planeja realizar esta semana uma reconstituição para tentar identificar de onde partiu o tiro que matou Eduardo. Os oito policiais investigados estão lotados no Batalhão de Choque, e todos negaram ter atingido o menino. Por meio de sua assessoria de imprensa, a PM informou que a equipe ficará afastada das ruas até o fim da apuração do caso.

REOCUPAÇÃO COMEÇA EM TRÊS COMUNIDADES

A PM dá início hoje à reocupação do complexo focando três áreas consideradas críticas, nas quais confrontos com traficantes de drogas são mais frequentes: Nova Brasília, Morro do Alemão e Fazendinha. Segundo o comandante-geral da corporação, coronel Alberto Pinheiro Neto, cerca de 500 homens dos batalhões de Operações Especiais (Bope), de Choque e de Ações com Cães (BAC) ocuparão essas comunidades e não têm prazo para deixá-las. A missão do efetivo é, de acordo com o oficial, "colocar a casa em ordem" nas 15 favelas da região.

— Estamos entrando lá com as nossas forças especiais. Agora, o cenário no Complexo do Alemão é diferente daquele que vimos anos atrás, após a implantação do processo de pacificação, em 2010. Percebemos que vários fatores influíram nessa mudança. Um deles foi a readaptação do tráfico, pois o crime é dinâmico, muda de acordo com o momento político, econômico e social. O governador Luiz Fernando Pezão usou o termo "reocupação", e nossa ideia é reordenar o Complexo do Alemão — explicou Pinheiro Neto.

NOVO TREINAMENTO PARA POLICIAIS

O comandante-geral da PM anunciou também que os policiais das quatro UPPs do Complexo do Alemão passarão por novo treinamento, que tem como metas o aperfeiçoamento de técnicas de abordagem a suspeitos e de patrulhamento em vielas e becos, além de instruções de tiro. Hoje, 60 policiais da UPP Nova Brasília voltam às aulas para receber os novos ensinamentos. A cada semana, um novo grupo fará o curso. Ao todo, são 320 PMs na UPP Fazendinha; 340 na Nova Brasília, 250 da Adeus/Baiana e 320 no Morro do Alemão.

— Temos de reduzir os riscos tanto para os policiais quanto para a população. Quando o policial adquire habilidade, garante a segurança de todos, trabalha com mais tranquilidade — disse o oficial.

Pinheiro Neto negou que as barricadas com tonéis de cimento e sacos de areia instaladas no Alemão sejam uma demonstração de enfraquecimento das UPPs da região. Segundo ele, o propósito é justamente mostrar aos policiais que a segurança deles não está sendo negligenciada. Ainda de acordo com o comandante-geral da PM, a Empresa de Obras Públicas (Emop) do estado está projetando bases modulares para as UPPs feitas de concreto e aço à prova de tiros, em substituição aos contêineres que servem como bases improvisadas. As unidades do Complexo do Alemão serão as primeiras a receber as novas instalações.

— Nossa meta principal é buscar a reaproximação com os moradores do Complexo do Alemão. Lamentamos o que aconteceu com o menino Eduardo de Jesus. Foi uma tragédia. Estamos trabalhando para que fatos como esses não se repitam. Nós, assim como a população, queremos a paz — destacou Pinheiro Neto.

CORREGEDORIA TAMBÉM APURA O CASO

Independentemente da investigação da DH, a Corregedoria Interna da PM instaurou um Inquérito Policial-Militar (IPM) para apurar a conduta dos policiais do Batalhão de Choque que faziam uma operação no Alemão no momento em que Eduardo foi morto. Se for confirmado que o tiro que atingiu a criança partiu de um PM, ele e seus colegas poderão ser expulsos da corporação.

Segundo a estratégia de reocupação do complexo, os cães do BAC terão um papel fundamental nas ações, procurando armas e drogas enquanto homens do Bope e do Batalhão de Choque farão uma varredura à procura de criminosos. Os policiais das UPPs que não estiverem em treinamento cuidarão dos acessos ao conjunto de favelas e realizarão revistas. O efetivo será redistribuído na região.

De acordo com um levantamento da PM, Nova Brasília, Alemão e Fazendinha são as comunidades onde mais morreram policiais. Uma das vítimas foi o capitão Uanderson Manoel da Silva, de 34 anos, que comandou a UPP Nova Brasília, em setembro do ano passado. Uma das últimas baixas da corporação foi o cabo Anderson Fernandes da Cruz, de 34 anos, que era lotado na UPP Fazendinha. ●

ESCALADA DA VIOLÊNCIA

NOVA BRASÍLIA, MORRO DO ALEMÃO E FAZENDINHA SÃO CONSIDERADAS AS ÁREAS MAIS CRÍTICAS

1 **Fevereiro** - Ameaçados por bandidos, PMs abandonam uma base avançada da UPP Alemão na Rua Canitar.

2 **Abril (dia 1º)** - Tiroteios provocam a morte de três pessoas - Elizabeth de Moura Francisco, baleada dentro de casa, na Favela Nova Brasília, e dois jovens que, segundo a PM, tinham ligação com o tráfico. Três ficam feridas, incluindo uma filha de Elizabeth.

3 **Abril (dia 2)**- Pela manhã, a base avançada da UPP da Rua Canitar é depredada. À tarde, o irmão Eduardo é morto na localidade de Areal.

- Área: **2,96km2**
- Comunidades: **15**
- Número de moradores: **69.143, de acordo com o Censo de 2010**
- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): **0,711 - O mais baixo entre as 126 regiões avaliadas no município do Rio**
- UPPs: **4 - Nova Brasília, Fazendinha, Alemão e Adeus/Baiana**
- Efetivo nas 4 UPPs: **1.230 homens**

Editoria de Arte

Pezão pode decretar emergência para fazer obras em UPPs

Governador diz que, se for preciso, tomará a medida para construir logo bases definitivas

RAFAEL GALDO
rafael.galdo@oglobo.com.br

O governador Luiz Fernando Pezão disse ontem que, se for preciso, decretará estado de emergência na segurança pública para construir, com rapidez e sem burocracia, bases definitivas para as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) que ainda funcionam em contêineres, como as do Alemão. O objetivo é garantir mais proteção a PMs.

— Não posso ficar esperando a burocracia de título de propriedade ou licença ambiental. O traficante ou miliciano faz seu paiol ou local para venda de drogas e não pede licença a ninguém — disse o governador pela manhã, durante a inauguração de obras em Nova Friburgo.

"Não posso esperar a burocracia de título de propriedade ou licença ambiental. O traficante ou miliciano faz seu paiol ou local para venda de drogas e não pede licença a ninguém"

Luiz Fernando Pezão
governador

Em nota à tarde, Pezão informou que a Assembleia Legislativa do Rio doou R$ 70 milhões para a construção das bases definitivas para as UPPs e que a prefeitura do Rio vai ajudar a erguer oito delas. Ainda segundo Pezão, as obras já começaram na Maré, que ganhará quatro UPPs.

Na semana passada, a Maré começou a ser ocupada pela PM, que substituirá as tropas federais que estão no complexo desde 2014. Pezão afirmou que as forças de segurança do Rio têm condições de dar continuidade ao projeto.

— Estamos com 1.700 policiais para serem realocados. Eles irão principalmente para as UPPs com problemas. E, se for necessário, contrataremos mais PMs — disse Pezão, reiterando que não pediu um prolongamento da permanência do Exército na Maré. — Não estamos pensando em pedir esse reforço de novo. Nossa polícia vai retomar todos os lugares deflagrados. ●

Na figura 7 é recorrente a utilização do termo “Colocar a casa em ordem”, esta foi a expressão usada pelo coronel Alberto Pinheiro Neto para se referir ao projeto nas favelas, que contou com 500 homens dos batalhões de Operações Especiais (Bope), de Choques e de Ações com Cães (BAC). O coronel reforçou que os policiais do Alemão passariam por um novo treinamento com o propósito de reduzir os riscos à população e aos agentes, a meta era aperfeiçoar as técnicas de abordagem dos suspeitos, patrulhamento de becos e instruções de tiros.

> Nossa meta principal (com esses treinamentos) é buscar a reaproximação com os moradores do Complexo do Alemão. Lamentamos o que aconteceu com o menino Eduardo de Jesus. Foi uma tragédia. Estamos trabalhando para que fatos como esses não se repitam. Nós, assim como a população, queremos paz – destacou Pinheiro Neto (O GLOBO, “SEM BALA, SEM PROVA”, 2015, p. 08).

É perceptível que o jornal, o coronel e o governador do Rio trataram o assassinato de Eduardo como uma exceção, que podia ser solucionada com um conjunto de ensinamentos, treinamentos e mais planos repressivos, quando, na verdade, o assassinato de pobres tem se mostrado como uma regra que rege os planos de segurança pública. Neste trabalho, temos o exemplo de diversos outros assassinatos, revelando que, de fato, a polícia tem sido danosa à população, sobretudo aquela que vive em favelas e periferias. Esses planos são danosos à vida das pessoas não apenas por acabarem precipitadamente com as suas existências, mas por encherem os seus cotidianos de medo e ansiedade.

De fato, a interferência dos policiais na cena do crime alterou o resultado das investigações. De acordo com a “Um erro fatal, nenhum culpado” (04/11/2015), a investigação do caso durou sete meses, quando finalmente a Divisão de Homicídios concluiu que foi disparado por policiais militares o tiro de fuzil que matou Eduardo. Todavia, os investigadores não apontaram um culpado, o inquérito recém-concluído inocentou Marcos Vinicius Nogueira e Rafael de Freitas Monteiro, os dois acusados. De acordo com a polícia, os agentes agiram em legítima defesa, não tendo a intenção de matar. A Divisão de Homicídios corrobora essa versão, pois descartaram o indiciamento dos PMs por homicídio culposo, quando há a intenção de matar.

Figura 8 – Um erro fatal, nenhum culpado

Quarta-feira 4.11.2015 Rio O GLOBO 9

MORTE NO ALEMÃO

Um erro fatal, nenhum culpado

Polícia conclui que PMs atiraram em menino de 10 anos, mas os inocenta por 'legítima defesa'

ANTÔNIO WERNECK, BRENO BOECHAT, MARCO GRILLO E RAFAEL NASCIMENTO
granderio@oglobo.com.br

Depois de sete meses de investigações, a Divisão de Homicídios (DH) da Polícia Civil concluiu que partiu de um PM o disparo de fuzil que, no dia 2 de abril, provocou a morte de Eduardo de Jesus Ferreira, de 10 anos, na localidade de Areal, no Complexo do Alemão. No entanto, a unidade especializada não apontou um culpado pela tragédia: no inquérito recém-concluído, os soldados envolvidos no caso, Marcus Vinicius Nogueira Bevitori e Rafael de Freitas Monteiro Rodrigues, lotados da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da região, foram inocentados, pois, segundo a polícia, "agiram em legítima defesa e não tinham a intenção de atirar no menino". A DH descartou até mesmo o indiciamento dos PMs por homicídio culposo (quando não há intenção de matar).

A conclusão do inquérito foi divulgada ontem à tarde, durante uma entrevista do delegado Rivaldo Barbosa, diretor da DH, e do perito Denilson Siqueira, que, lotado na unidade, assina o laudo usado como base nas investigações. Agora, o documento será enviado ao Ministério Público estadual, que poderá acolher o parecer da Polícia Civil, pedindo à Justiça o arquivamento do caso, ou solicitar uma nova apuração.

— A gente lamenta profundamente a morte do Eduardo. Nenhuma investigação ia trazê-lo de volta. Mas, até pela gravidade do caso, a gente também não pode cometer uma injustiça, que, na visão da Polícia Civil, seria indiciar os policiais militares que agiram em legítima defesa. Quando eles dispararam, agiram em legítima defesa. Ou seja, não queriam atingir Eduardo — afirmou Barbosa, que alega ter havido um confronto com traficantes.

O delegado disse também que não foi possível identificar qual dos dois PMs deu o tiro que matou Eduardo.

DISPARO A CINCO METROS DE DISTÂNCIA

O delegado destacou que, no inquérito, pede o afastamento dos policiais militares das ruas, "para que eles se recuperem" — advogados dos PMs disseram, na época da morte de Eduardo, que ambos estavam traumatizados e seriam submetidos a tratamento psicológico. O mesmo parecer da DH conclui que os dois estavam a aproximadamente cinco metros de distância do menino quando fizeram disparos com seus fuzis.

— Os policiais não tinham outra opção. Se eles não atirassem, muito provavelmente morreriam — disse Siqueira, acrescentando que, no local em que Eduardo foi baleado, peritos recolheram dois estojos de munição calibre 9mm, arma que não é usada pela PM.

FÁBIO GUIMARÃES/03-04-2015

Tristeza. Os pais de Eduardo mostram uma foto do menino e o celular que ele usava: para Terezinha, PM confundiu o aparelho com uma arma

REPRODUÇÃO

Trajetória da bala. No inquérito, as posições dos PMs (A), de Eduardo (B) e de bandidos (D)

Dias após a tragédia, a família de Eduardo se mudou para o Piauí. Ontem, Patrícia de Sousa, irmã do menino, mostrou-se surpresa ao tomar conhecimento da conclusão do inquérito.

— Eu não consigo acreditar, isso não pode ser verdade. Vou tentar entender melhor, porque não é possível. Ainda vou conversar com minha mãe, que não está aqui — disse a irmã do menino, por telefone.

O defensor público Fábio Amado, responsável pela assistência jurídica à família de Eduardo, também se mostrou surpreso:

— Há relatos divergentes no inquérito, inclusive com depoimentos que negam a ocorrência de qualquer confronto (com traficantes) ou algo que justificasse a tese de legítima defesa.

Segundo ele, a família do menino quer que o autor do disparo seja identificado pela DH.

— A família ainda espera que seja oferecida uma denúncia pelo Ministério Público ou, ao menos, que a polícia identifique com clareza quem foi o autor (do disparo) — informou Amado.

Rafael Medina, professor de Direito Penal e Processual do Ibmec, explicou que o inquérito policial é uma "peça administrativa". De acordo com o especialista, o promotor encarregado do caso pode aceitar ou rejeitar seu resultado.

— No nosso sistema processual, na primeira fase da apuração, a polícia colhe elementos para que o promotor, que é o verdadeiro dono da causa, resolva se tem um crime a ser julgado. Então, mesmo que o relatório do delegado não aponte aspectos relevantes, o promotor pode ir à Justiça. O inquérito representa a opinião de quem o fez. O promotor vai decidir com o que estiver lá. Se o Ministério Público entender que falta materialidade, vai solicitar a realização de novas diligências.

MANIFESTAÇÕES DE REPÚDIO

A Anistia Internacional divulgou uma nota na qual repudiou a conclusão do inquérito policial. "É uma verdadeira aberração. Esse fato reitera a percepção de que as favelas são vistas e tratadas como territórios de exceção e que qualquer morte provocada pela polícia pode ser legitimada pelo sistema jurídico. A Delegacia de Homicídios conferiu legitimidade à ação de policiais militares que mataram uma criança na porta de casa com um tiro na cabeça, com a alegação de que estariam em confronto com traficantes e que erraram o tiro", diz um trecho do comunicado, assinado por Atila Roque, diretor-executivo da organização.

Coordenador do movimento Viva Rio, Tião Santos afirmou ter ficado "perplexo" ao saber da notícia:

— Isso serve de encorajamento para os maus policiais, acaba sendo um estímulo para que situações absurdas continuem acontecendo. ●

Memória

MÃE: 'NÃO HOUVE TIROTEIO ALGUM'

Apesar de a Divisão de Homicídios ter concluído que os PMs envolvidos na morte de Eduardo de Jesus agiram em legítima defesa, a família do menino sempre defendeu, em depoimentos à polícia e entrevistas, uma versão diferente para a tragédia. Um dia após o assassinato, a diarista Terezinha Maria de Jesus, de 40 anos, foi categórica ao afirmar que não havia qualquer operação policial na região do Areal no momento em que seu filho levou um tiro. Para ela, os PMs confundiram o celular que o menino usava na porta de casa com uma arma.

Ao GLOBO, Terezinha contou que ouviu um único disparo: "Desta vez, não houve tiroteio algum. O único tiro que escutei foi o que matou meu filho. Corri para fora de casa e vi um policial do Batalhão de Choque perto do Eduardo, que estava caído no chão. Quando avancei nele (o PM), disse que me mataria também".

Na época, Terezinha afirmou ser capaz de reconhecer o policial que fez o disparo. Durante a reconstituição do crime, ela o reencontrou: "Ele estava lá. A reconstituição foi um processo muito doloroso, mas eu sabia que estava ajudando a prender o assassino".

Em depoimentos à Divisão de Homicídios, dois PMs admitiram ter feito disparos no Complexo do Alemão. No dia da morte de Eduardo, a Coordenadoria de Polícia Pacificadora divulgou uma nota informando que PMs foram recebidos a tiros por criminosos na comunidade do Areal. "Houve confronto, e um menor foi baleado", diz um trecho do comunicado. As armas dos policiais foram apreendidas.

Na época, o governador Luiz Fernando Pezão lamentou o caso e determinou empenho máximo nas investigações. Ele disse que o estado não recuaria "diante da covardia de criminosos".

Hoje, a família de Eduardo mora em sua terra natal, a cidade de Corrente, no Piauí, onde o menino foi enterrado.

Rivaldo Barbosa (diretor da Divisão de Homicídios) afirma que houve uma troca de tiros entre policiais e traficantes: "A gente lamenta profundamente a morte do Eduardo. Nenhuma investigação ia trazê-lo de volta. Mas, até pela gravidade do caso, a gente também não pode cometer uma injustiça, que, na visão da Polícia Civil, seria indiciar os policiais militares" (O GLOBO, 2015, p. 09). Porém, na matéria tinha um

box chamado memória que lembrava a versão de Terezinha Maria de Jesus sobre o assassinato de seu filho. A mãe sempre defendeu, em depoimentos à polícia e à imprensa, que não havia qualquer operação policial na região do Areal no dia em que Eduardo morreu. Para ela, os policiais confundiram o celular que o menino usava na porta de casa com uma arma: “O único tiro que escutei foi o que matou meu filho. Corri para fora de casa e vi um policial do Batalhão de Choque perto do Eduardo, que estava caído no chão. Quando avancei nele (o PM), disse que me mataria também” (O GLOBO, 2015, p. 09). Essa lembrança trazida pelo O Globo é fundamental para o entendimento do caso, pois, além de questionar a investigação, denuncia a violação de direitos praticada pela polícia na favela.

Além disso, quando cobrado por inocentar os policiais, mesmo que um deles tenha feito o disparo e alterado a cena do crime, o diretor da Divisão de Homicídios afirmou que a investigação é incapaz de trazer o menino de volta. No entanto, a reportagem ressalta a importância da justiça para a família. Conforme Fábio Amado (defensor público responsável pela assistência jurídica à família de Eduardo), os familiares de Eduardo exigiram que o autor do disparo fosse identificado. Mesmo que a identificação e o aprisionamento do responsável não trouxessem o menino de volta à vida, eles lutavam por justiça, que seria a devida responsabilização dos envolvidos.

Felipe Faria Gomes (16 anos) também foi atingido por uma bala perdida. Os constantes conflitos no Alemão levaram o menino a uma manifestação popular que pedia paz na favela. Entre os gritos de protesto e os pneus incendiados, no dia 26/04/2017, uma bala perdida acertou a cabeça do jovem. Cenas de violência policial foram vistas na manifestação. Desconfiados do envolvimento dos traficantes com os manifestantes, os policiais entraram na favela de forma truculenta, disparando para todos os lados.

Em 26/04/2017, foi publicada uma série de reportagens sobre a guerra no Alemão, fazendo uma comparação com a guerra na Síria – país que vive em uma guerra civil, com constantes disputas entre grupos de oposição e governistas, aqueles que defendem as políticas do ditador Bashar Al-Assad. Os constantes confrontos no Alemão foram motivados pela construção de uma torre blindada, que tinha aproximadamente seis metros de altura, com capacidade para resistir a disparos de fuzil e explosões de granadas. Por ter sido colocada em um ponto considerado extremamente violento, gerou diversos combates entre os policiais e os traficantes que dominavam o território em que a torre foi erguida. Supostamente, foi construída

para garantir a segurança da população durante as trocas de tiros, além de proteger os policiais em combate.

Figura 9 – Capa: no alemão, como na síria

O GLOBO

QUARTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2017 ANO XCII - Nº 30.578 | Irineu Marinho (1876-1925) (1904-2003) Roberto Marinho | RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

Colunistas

MÍRIAM LEITÃO
Ficção da defesa de Dilma não fica em pé. PÁGINA 22

MERVAL PEREIRA
Com reformas, Temer luta por seu governo. PÁGINA 4

ELIO GASPARI
Ninguém duvida de que Palocci tem muito o que contar. PÁGINA 18

ZUENIR VENTURA
Sem as delações, a devassa não seria possível. PÁGINA 19

ROBERTO DAMATTA
O que causa repulsa é o projeto de roubar a sociedade. PÁGINA 19

Câmara derruba ajuste

Socorro aos estados é dificultado

A Câmara derrubou a exigência, feita aos estados que querem ajuda da União, do aumento da contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%. A aprovação do destaque deve dificultar o socorro aos estados. PÁGINA 13

Crivella e Paes divergem sobre contas
PÁGINA 14

Na publicidade

Licitação no BB sob suspeita

O Banco do Brasil fará auditoria para investigar o suposto vazamento de uma licitação de R$ 500 milhões para escolha de agências de publicidade. PÁGINA 24

AMOR SEM IDADE
O candidato e a professora

Favorito na eleição francesa, Emmanuel Macron, de 39 anos, é casado com sua ex-professora Brigitte, de 63. PÁGINA 27

Caso Eliza Samudio

STF manda Bruno de volta à prisão
PÁGINA 30

MUDANÇAS NA LEGISLAÇÃO

Reforma trabalhista avança, e governo tenta ampliar apoio

Proposta é aprovada em comissão especial e deve ir hoje a plenário

Principais pontos, como fim da contribuição sindical obrigatória e jornada flexível, foram mantidos. Planalto intensifica negociação por mudanças nas leis do trabalho e na Previdência. PMDB deve fechar questão

O governo conseguiu aprovar ontem, por 27 votos a dez e com poucas mudanças, a reforma trabalhista na comissão especial. Os pontos principais, como o fim da contribuição sindical obrigatória, a flexibilização das jornadas, a possibilidade de demissão negociada e a determinação de que o negociado com os sindicatos prevaleça sobre a lei, foram mantidos. O governo buscou acelerar a votação e tentará obter o aval do plenário da Câmara ainda hoje. E, na semana que vem, deve ter início a apreciação da reforma da Previdência. O Planalto intensificou a negociação com partidos da base para diminuir as resistências às reformas. PÁGINAS 21 e 22

EDITORIAL
'A relevância do fim do imposto sindical' PÁGINA 18

Velha rotina. Moradora sai de prédio alvejado por tiros de fuzil na Favela Nova Brasília, perto de onde a PM instalou a torre blindada: marcas de violência como as vistas na guerra síria

No Alemão, como na Síria

Em um conjunto de favelas que o governo do Rio chegou a considerar pacificado, a PM instalou ontem uma torre blindada, de seis metros de altura, capaz de resistir a disparos de fuzil e explosões de granadas. A instalação causou intensos tiroteios entre policiais e traficantes que, desde sexta-feira, deixaram quatro mortos e cinco feridos. Em muitos imóveis próximos à torre há marcas de tiros de armas pesadas nas paredes. Para especialistas, a estrutura blindada marca a dificuldade na pacificação e a perda de controle do Alemão. PÁGINA 8

VESTE RIO
CASA DA MODA COM VISTA PARA O MAR

Um dos mais importantes eventos de moda do país, Veste Rio começa hoje no Porto. PÁGINA 12

SEGUNDO CADERNO
Morto há 80 anos, o pensador italiano Antonio Gramsci tem sua obra revisitada e reinterpretada.

OBITUÁRIO
Agustín Edwards Eastman, editor e presidente do jornal "El Mercurio", do Chile. PÁGINA 25

Preço deste exemplar no Estado do Rio de Janeiro • R$ 5,00

Na matéria “Uma torre de problemas” (26/04/2017), especialistas contrários e favoráveis à edificação militar explicam melhor a sua relação com a favela e o tráfico. A socióloga e pesquisadora Silvia Ramos disse que “aquela estrutura simboliza a perda de legitimidade. (...) PMs balearam e foram baleados. Que proteção é essa? A política de segurança do estado perdeu totalmente o sentido” (O GLOBO, 2017, p. 08). O sociólogo Ignacio Cano também é contrário à edificação: “a iniciativa vai contra a política de redução de confrontos. Estão colocando uma torre para trocar tiros? Por mais blindagem que ela tiver, os traficantes vão atirar com tudo que puderem para derrubá-la” (O GLOBO, 2017, p. 08). Favorável à torre, corroborando o discurso institucional da PM, o antropólogo Paulo Storani, ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), esclarece: “acredito que a PM não quer abrir mão do Alemão; sair de lá seria permitir que criminosos retomem um lugar que, devido à localização e ao tamanho, sempre foi principal ponto de distribuição de drogas e armas no estado” e conclui “a torre blindada chega para dar segurança ao efetivo que resiste no complexo” (O GLOBO, 2017, p. 08).

Figura 10 – A fortaleza da polícia

De forma simbólica, a construção dessa torre remete à falência das Unidades de Polícia Pacificadora, que, na época, ainda estavam presentes no Alemão. Inicialmente, o projeto das UPPs visava aproximar a polícia da população, fazendo com que os agentes (pelo menos teoricamente) servissem a comunidade de forma empática, justa e humana. No entanto, esse panóptico representava uma ruptura com esse conceito de proximidade e de polícia comunitária. Para Foucault (2014), panóptico é um edifício redondo, semelhante a uma torre, utilizado para o controle dos corpos em prisões, manicômios, escolas e fábricas. O panóptico era instalado no meio de um pátio e, em seu topo, havia um vigilante. Na parte mais alta da edificação, o vigia conseguia ver tudo o que os sujeitos faziam. As pessoas que estavam sendo vigiadas, por outro lado, não conseguiam vê-lo. A torre do Morro do Alemão, assim como o panóptico, tinha uma visão de 360 graus e orifícios nos quais os policiais podiam enfiar o cano da arma e abrir fogo contra qualquer pessoa, por isso ela é um exemplo significativo de vigilância e controle dos corpos que se distribuíam naquelas ruas, vielas e casas.

Voltando a morte de Felipe, a “Vidas estilhaçadas” (28/04/2017) compara a sua história com a de Brendo Souza Silva, 21 anos, morador do Jacarezinho. Brendo foi assassinado pela polícia, assim como Felipe. O jornal conecta a história desses dois jovens, pois os dois tinham a mesma faixa etária, viviam em favelas e foram mortos pelos constantes confrontos entre policiais e bandidos. Para amigos e vizinhos, a morte de Brendo não tinha explicação, mas, para a polícia, ele era suspeito de ter envolvimento com o tráfico. Felipe, por outro lado, segundo testemunhas não especificadas, estava no lugar errado, na hora errada – o que é bem comum nas favelas, explica o jornal. Ainda sobre Felipe, o jornal esclarece: “se vivesse mais alguns anos, era provável que um dia estivesse do outro lado, cerrando fileiras com os policiais. Ele sonhava em ser militar” (O GLOBO, 2017, p. 08). O termo “do outro lado” foi empregado para separar dois grupos, os policiais e a sociedade. Como se a polícia não fosse parte da sociedade, por isso teria o direito de “cerrar filas”, julgar e condenar (como aconteceu com Brendo, que foi morto por uma suspeita de policiais).

Figura 11 – Vidas estilhaçadas

8 | O GLOBO

Rio

Sexta-feira 28.4.2017

MEDO NAS RUAS

Vidas estilhaçadas

Dois jovens são mortos em menos de 24 horas no Alemão e no Jacarezinho

FOTOS DE BRUNO ITAN

Tensão. Policiais e moradores do Complexo do Alemão se protegem durante um tiroteio: violência domina o conjunto de favelas desde sexta-feira, quando uma torre blindada começou a ser instalada na comunidade Nova Brasília

CAIO BARRETTO BRISO, GISELLE OUCHIANA, RAFAEL NASCIMENTO E RENAN RODRIGUES
granderio@oglobo.com.br

Em menos de 24 horas, duas histórias em pontos diferentes da cidade falam mais sobre a crise vivida na segurança do estado do que qualquer estatística. Brendo, de 21 anos, morador do Jacarezinho, era mototaxista, e Felipe, de 16 anos, do Alemão, cursava o ensino médio e sonhava ser militar. Os dois, que moram em comunidades dominadas por facções criminosas diferentes, que se enfrentam e deixam o Rio em meio a um fogo cruzado, tiveram em comum um destino trágico: morreram no Hospital Salgado Filho, no Méier, que virou a principal porta de entrada de baleados nos últimos confrontos da Zona Norte. O destino de Felipe e Brendo é o mesmo de jovens que morrem quando estão prestes a entrar ou chegam à vida adulta. Dados do último Mapa da Violência revelam que, no Estado do Rio, 2.002 jovens entre 15 e 29 anos foram assassinados em 2014 — no mesmo período, houve cerca de 30 mil mortes na mesma faixa etária em todo o Brasil. A média, uma das mais altas do país, tem se mantido ao longo dos anos.

A morte de Brendo Souza Silva, para amigos e moradores, não tem explicação. Vizinha do rapaz, Tânia Regina, de 49 anos, garante que ele não estava armado e que foi baleado, na manhã de ontem, quando ia tomar um café.

— Ele ia à casa de uma tia tomar um café. Estava num beco com o primo, e os policiais atiraram. Foi o caveirão (veículo blindado da polícia) que o levou para o hospital — conta a moradora. — As operações aqui são frequentes. Hoje, começaram logo que amanheceu, por volta das 5h.

Para a PM, Brendo era suspeito de envolvimento com o tráfico. De acordo com um registro policial, ele estava com pistola e drogas e morreu em confronto.

Segundo testemunhas, Felipe Farias Gomes de Souza morreu porque estava no lugar errado, na hora errada, algo muito comum em favelas. Se vivesse mais alguns anos, era provável que um dia estivesse do outro lado, cerrando fileiras com os policiais. Ele sonhava ser militar. O irmão mais velho, Gleison Farias, de 27 anos, contou ontem que ele não via a hora de entrar para o quartel. A família é cria do Alemão, mora na Favela Nova Brasília, uma das 13 comunidades do complexo, há 25 anos. De uns tempos para cá, todos alimentam o desejo de se mudar, mas falta dinheiro. Com a morte do rapaz, a mãe, Teresa, de 42 anos, desmoronou. Desde que recebeu a notícia, ela está à base de tranquilizantes. No corredor do Salgado Filho, antes de saber da morte do filho, ela apenas repetia que ele era uma "pessoa maravilhosa", que nunca esteve envolvido com "coisa errada". Agora, prefere se calar.

— Está insuportável (a situação no Alemão). É tiroteio todo dia. Hoje mesmo (ontem), já teve um. Pensar em mudar, a gente pensa, mas como, se não temos condição financeira? Apesar de conviver com a violência, a gente sempre acha que não vai acontecer com a nossa família. Pensávamos assim — diz Gleison.

Um amigo de Felipe contou que estava com ele em um acesso à favela, na quarta-feira à noite. Os dois participavam de um protesto contra a morte de Paulo Henrique de Morais, de 13 anos, também baleado em um confronto no Alemão. Voltavam do Cemitério de Inhaúma, onde o garoto foi enterrado, e participavam de uma manifestação que teve cenas violentas. Policiais reprimiram manifestantes que queimaram objetos e pararam o trânsito. Desconfiados de que haveria traficantes infiltrados, PMs entraram na favela, dando início a um tiroteio. Felipe foi atingido na cabeça. A testemunha conta que estavam no Beco do Bicheiro. Uma terceira pessoa também foi baleada de raspão. A Polícia Civil informa que investiga o caso.

Vítima. Felipe, de 16 anos, é carregado após levar um tiro na cabeça: adolescente acabou morrendo no Hospital Salgado Filho

> "Hoje, a polícia atua no escuro, sem um serviço de inteligência adequado"
>
> **Vinícius Cavalcanti**
> Diretor regional da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança

FALTA INTELIGÊNCIA PARA A AÇÃO POLICIAL

Em seis dias de guerra no Alemão, já houve cinco mortes e 12 feridos. Os confrontos se intensificaram depois que a PM decidiu instalar uma torre blindada na região central do conjunto de favelas. A rotina tem sido de roleta-russa. Ontem pela manhã, em novo tiroteio, Cláudio da Silva Hipólito, de 30 anos, foi atingido por estilhaços de tiros na mão e no braço. Operador de guilhotina em uma fábrica de papel, ele deixava sua casa, na Alvorada, uma das áreas mais perigosas do Alemão, para ir ao trabalho. Cláudio deslocou a clavícula ao cair no chão.

— O dia estava calmo, mas assim que ele saiu de casa escutei um tiro. Abri o portão, e ele estava caído na calçada. Comecei a puxá-lo para dentro. Os policiais atiraram mais, um deles gritava "é vagabundo". Eu respondi "não, é meu marido, é morador" — conta Ana Cláudia Silva Santos, de 22 anos, mãe de quatro crianças. — Eles acham que todo negro é vagabundo.

Ontem, além dos confrontos no Jacarezinho e no Alemão, que fizeram vítimas, houve tiroteios na Maré e na Cidade de Deus.

Para especialistas, a desmotivação e a desvalorização do policial enfraquecem as forças de segurança e favorecem a ação dos criminosos. Somente este ano foram 59 policiais mortos. O ex-secretário nacional de Segurança Pública, coronel José Vicente da Silva Filho, estima que a situação é tão grave que mesmo medidas certeiras só surtirão efeito daqui a três anos. Ele observa que o sentimento de segurança ou insegurança é construído ao longo do tempo.

— Atrasos de salários e gratificações e viaturas paradas por falta de manutenção são muito negativos, contribuem para o momento de ruptura. Quando a polícia dá um "break" nas ações, é muito ruim. As prisões diminuem, assim como as apreensões de armas e drogas. O patrulhamento fica escasso, e a fiscalização de carros afrouxa. A violência cresce muito rapidamente porque os criminosos se aproveitam da fragilidade dos agentes de segurança — diz ele. — Se uma atitude para mudar este estado for tomada agora, vai demorar, no mínimo, três anos para que as coisas se encaixem.

Para Vinícius Cavalcante, diretor regional da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança, o desmantelamento da estrutura investigativa favorece o rearranjo das quadrilhas.

— Os criminosos estão fazendo rearranjos diante da fraqueza das forças de segurança. A criminalidade é oportunista. Hoje, a polícia atua no escuro, sem um serviço de inteligência adequado. O nosso serviço de inteligência ideal estava sendo construído quando foi desmontando por razões políticas. A nossa polícia sabe menos de armas agora do que em 2007. ●

A matéria exibe imagens que são capazes de gerar medo nos leitores e, ao mesmo tempo, apresenta os planos repressivos como uma solução urgente para a cidade. O jornal explica que os policiais estão desmotivados por causa da desvalorização da profissão, o que supostamente favoreceria a ação de criminosos e a truculência das operações realizadas por eles. O que propicia a ação de traficantes não é a desvalorização da PM em si, e sim uma política ineficiente de combate ao crime, que põe a vida de tantas pessoas (inclusive policiais) em risco diariamente. A ineficiência e a truculência das operações não são questionadas pela matéria, pelo contrário, ela reforça a necessidade de mais planos repressivos através do discurso do coronel José Vicente da Silva Filho e do especialista em segurança Vinicius Cavalcante.

De acordo com Silva Filho, os planos de segurança repressivos são essenciais e indispensáveis. Para ele, o policial não pode ter uma aparência frágil, nem afrouxar o patrulhamento, a punição e o encarceramento. Seguindo essa lógica, a violência só aumenta porque os agentes diminuem a repressão. Assim, o discurso do coronel se resume a dizer que sem viaturas, materiais bélicos e formas de controlar a população, seria impossível reestabelecer a ordem e mudar o estado do Rio.

> Atrasos de salários e gratificações e viaturas paradas por falta de manutenção são muito negativos, contribuem para o momento de ruptura. Quando a polícia dá um ‘break’ não ações, é muito ruim. As prisões diminuem, assim como as apreensões de armas e drogas. O patrulhamento fica escasso, a fiscalização de carros afrouxa. A violência cresce muito rapidamente porque os criminosos se aproveitam da fragilidade dos agentes de segurança – diz ele – se uma atitude para mudar este estado for tomada agora, vai demorar, no mínimo, três anos para as coisas se encaixarem (O GLOBO, “VIDAS ESTILHAÇADAS”, 2017, p. 08).

Assim como o coronel Silva Filho, Vinícius Cavalcante (especialista em segurança) defende que a polícia saiba mais sobre armas, seja mais truculenta e forte. Ele também entende que o esmorecimento das estruturas de investigação policial favorece o arranjo e o rearranjo dos grupos de criminosos. “Os criminosos estão fazendo rearranjos diante da fraqueza das forças de segurança. A criminalidade é oportunista (...) a nossa polícia sabe menos de armas agora do que em 2007” (O GLOBO, 2017, p. 08), esclarece o coronel.

3.1.1 Diferenças entre a Polícia Militar e o Exército

Nas reportagens sobre bala perdida, que foram lembradas pelo O Globo com o objetivo de explicar aos leitores o porquê da intervenção militar no Rio de Janeiro, a Polícia Militar é representada como um problema, pois seria incapaz de garantir a segurança sem tirar a vida de pessoas inocentes ou alterar o cotidiano daqueles que vivem na cidade. As falhas da Polícia Militar foram sendo evidenciadas, ao mesmo tempo em que o jornal apontava as seguintes soluções para essa disfunção: um plano de ordem pensado pelos governos federal e estadual ou que não contasse com o trabalho da Polícia Militar, do secretário de segurança e do governador – características semelhantes à de uma intervenção militar ou Garantia da Lei e da Ordem.

Nas narrativas sobre os assassinatos de Jeremias Moraes, Maria Eduarda, Eduardo de Jesus, Felipe Faria Gomes e bebê Arthur (baleado ainda na barriga da mãe, Claudineia dos Santos Melo) o medo da bala perdida foi extremamente explorado. Os sentimentos dos familiares e amigos eram descritos nos mínimos detalhes, ignorando suas revoltas com a Polícia Militar e as políticas de segurança – um enquadramento da memória que pode fazer com que os leitores se coloquem no lugar da vítima e interiorizem a ideia de que os planos de segurança repressivos (oferecidos pelas reportagens) são essenciais para amenizar suas ansiedades em relação às balas perdidas.

Essas matérias não elucidam o papel institucional do Exército e da Polícia Militar na sociedade. Em suas páginas, é possível perceber que há uma indefinição das atividades de responsabilidade de cada instituição. São produzidos sentidos sobre o Exército como se ele fosse capaz de atuar de maneira semelhante à Polícia Militar. Brodeur (2004) explica que o Exército e a polícia, apesar de serem mecanismos de força coercitiva, não têm funções semelhantes, também não possuem o mesmo poder de fogo e responsabilização em caso de erros cometidos em serviço.

De acordo com Brodeur (2004), as polícias têm a função de fazer o patrulhamento urbano, resolvendo os conflitos entre civis, controlando as multidões (como os casos de policiais que dispersam manifestações populares) e intervir em situações que ameaçam a ordem (por exemplo, os assaltos e arrastões). O Exército, por outro lado, é preparado para o campo de guerra, para a eliminação do inimigo, para a defesa de fronteiras e para a preservação de prédios militares. Os soldados do

Exército até são usados para o controle da população, segundo o autor, mas eles normalmente identificam uma parte da população como inimiga, combatendo-a com todo o seu aparato de guerra.

O autor ressalta que os policiais são cada vez mais armados, mas seus equipamentos ainda não se comparam à artilharia e aos tanques de guerra mais pesados e imponentes do Exército. Como as Forças Armadas normalmente atuam no campo de guerra, seus aparatos precisam garantir a eliminação definitiva do inimigo. Os policiais, por outro lado, lidam com civis desarmados ou armados, como é o caso de traficantes. Por mais que as armas das polícias sejam menos destrutivas que as usadas pelo Exército, ainda são capazes de subjugar aqueles que estão desarmados.

Milanez (2014) explica que a polícia e o Exército são mecanismos usados para conter os desvios que impedem a expansão e progressão do capitalismo. Como desviantes, podemos entender aqueles que não se enquadram ou sustentam esse modo de produção (desempregados, pobres, não consumidores). Nesse sentido, as Forças Armadas podem ser entendidas como agências de controle dos desviantes, que se pautam na repressão das classes menos favorecidas para manter seu *status quo*. Assim, as agências de controle servem para defender os interesses de determinados grupos políticos e empresariais, assim como as classes médias e altas. Contudo, Brodeur (2004) explica que as polícias têm tentado atenuar suas características de policiamento coercitivo desde 1990, investindo em projetos de “polícia comunitária”, “polícia de proximidade” ou simplesmente “polícia de bairro”. A Polícia Pacificadora era um exemplo de polícia comunitária, já que, em teoria, estava mais próxima à população, fazendo seu trabalho com respeito e humanidade. Mesmo que alguns projetos de policiamento defendam a força mínima, há uma doutrina jurídica que autoriza o uso da força necessária para resolver uma situação problemática. E essa noção de força necessária é controversa uma vez que pode ser usada para justificar os abusos de poder.

Caso um policial viole os direitos humanos das pessoas, ele deve prestar conta de suas ações a várias instâncias exteriores à polícia, como tribunais, Defensoria Pública, promotores, imprensa e autoridades políticas. Diferente da polícia, se um soldado do Exército violar direitos, ele deve prestar contas de seus erros à Justiça Militar. Brodeur (2004) esclarece que as Forças Armadas constituem um universo relativamente fechado e paralelo à vida pública porque não respondem à Justiça comum, nem são investigadas pela Polícia Civil e pelo Ministério Público. Então, o

autor conclui que quem só precisa prestar contas a si mesmo, na verdade não tem que prestar contas.

3.2 **Assalto com ferimento ou morte**

Durante o Carnaval de 2018, que durou de 9 a 14 de fevereiro, começaram a surgir algumas notícias sobre uma suposta explosão da violência no Rio de Janeiro. Com foco na capital fluminense, os jornais narraram três arrastões em Ipanema e um arrastão em um supermercado do Leblon, bairros nobres da Zona Sul do Rio, além de assaltos com espancamentos. O governador Luiz Fernando (Partido Democrático Brasileiro – MDB), o prefeito Marcelo Crivella (Partido Republicano Brasileiro – PRB) e o coronel Antônio Jorge Goulart (coordenador de inteligência da Polícia Militar) não estavam na cidade para repensar as estratégias de um megaevento que rendeu 3,5 milhões à economia local, investidos por 6,5 milhões de foliões que podiam curtir cerca de 500 blocos de rua e desfiles do Sambódromo[22]. O prefeito e o coronel viajaram para a Europa no dia no dia 11 de fevereiro de 2018, enquanto o governador foi para Piraí (RJ), sua cidade natal. O retorno destas três autoridades estava programado para a quarta-feira de cinzas, no dia 14 de fevereiro de 2018. Segundo o prefeito, ele iria a Alemanha, a Áustria e a Suécia para conhecer soluções e tecnologias para melhorar a segurança no Rio. É importante ressaltar que, de acordo com a Agência Espacial Europeia, a visita de Crivella era particular. Ou seja, não era uma viagem oficial, e sim de interesses pessoais.

Considerando esse contexto, analisamos a cobertura do carnaval procurando entender como o entrelaçamento dos temas megaevento e violência ajudaram a compor o argumento para a implantação da intervenção militar no Rio. Com foco em narrativas jornalísticas sobre os assaltos com ferimentos ou mortes que ocorreram durante o carnaval, buscamos compreender os sentidos produzidos para a construção de consensos sobre o plano militar.

No geral, durante o carnaval, o tema da violência urbana não foi muito debatido pelo jornal. O Globo narrou a grandiosidade do megaevento, a felicidade das pessoas que seguiam os blocos de rua e a euforia que ocupava as arquibancadas do Sambódromo. Próximo à quarta-feira de cinzas, as notícias sobre assaltos, arrastões

[22] Dados do Ministério do Turismo, publicações de 2018.

e roubos, delitos que supostamente aumentaram e justificaram à intervenção, começaram a invadir as páginas. Um dia antes do fim do carnaval, em 13/02/2018, a história das vítimas de todos esses principais crimes foi mais bem explicada na reportagem “Arrastão de violência”, uma das poucas matérias sobre a temática.

Já no título, ao utilizar a expressão “arrastão de violência”, a narrativa defendia a ideia de um caos nas ruas. O subtítulo reforçou os sentidos de um Rio caótico, dizendo que “a cidade foi tomada por assaltos, governador e prefeito viajam e PM pede que evitem selfies” (O GLOBO, 2018, p. 05). Aparentemente, os leitores são seduzidos por essas memórias de medo (até mesmo como uma forma de saber para amenizar a ansiedade), o que tem a possibilidade de aumentar a insegurança. É fundamental ressaltar que apesar do jornal não dedicar suas matérias exclusivamente a um jornalismo sangrento, ele utiliza essas lembranças temerosas para atrair a atenção dos leitores.

A reportagem exibiu a foto de um homem sendo espancado. Um dos agressores enforca a vítima (que estava praticamente desacordada), enquanto o outro a chutava no rosto. Na legenda da imagem, foi esclarecido que “após levar vários socos e chutes, homem caiu desfalecido na Lapa. Os agressores foram embora caminhando normalmente, já que não havia policiamento” (O GLOBO, 2018, p. 05). Segundo a equipe do jornal que flagrou a cena, o homem, vítima de linchamento, foi acusado de roubo.

A matéria conta ainda com a fotografia de uma turista pondo gelo nos olhos e, ao seu lado, uma amiga (também turista) estava com o rosto repleto de hematomas, marcas de uma possível agressão. Com essa imagem, o jornal se propõe a narrar a dor das turistas que saíram de seus países de origem para conhecer o Rio, desfrutar e festejar no carnaval carioca (uma das maiores festas nacionais), mas foram agredidas em Ipanema. A legenda dizia: “Dor. Uma chinesa coloca gelo no rosto ao sair de uma delegacia com uma amiga alemã: agredidas em Ipanema” (O GLOBO, 2018, p. 05). De acordo com a narrativa jornalística, elas levaram chutes e socos durante um arrastão:

> Quem ficou no Rio, em especial na Praia de Ipanema, no sábado e no domingo, sentiu na pele as falhas no esquema de segurança. Bandidos fizeram três arrastões na altura do Posto 8, e, entre as vítimas, havia vários turistas estrangeiros. Somente das 8h às 16 de ontem, a Delegacia de Atendimento ao Turista registrou 26 ocorrências, o que dá três queixas por hora. Normalmente, são seis casos por dia. Dois italianos foram feridos na cabeça, e foram levados a um hospital. Uma chinesa e uma alemã levaram socos no rosto, além de chutes. Uma argentina que passeava com um bebê

foi jogada no chão. O espanhol Nicolas Ctambolsky contou ao “RJ TV”, da Rede Globo, como foi uma das ações: **–** Chegaram uns caras no calçadão, segurando minha namorada e bateram em mim. Roubaram nossos celulares (O GLOBO, “ARRASTÃO DE VIOLÊNCIA”, 2018, p. 05).

Figura 12 – Arrastão de violência

CAOS NAS RUAS

Arrastão de violência

Cidade é tomada por assaltos, governador e prefeito viajam e PM pede a foliões que evitem selfies

MARCOS NUNES, RAFAEL NASCIMENTO, SIMONE CANDIDA E VERA ARAÚJO
granderio@oglobo.com.br

Uma onda de violência em meio ao carnaval de rua, que teve três arrastões na Praia de Ipanema em menos de 24 horas, pôs em xeque o planejamento da segurança para a folia carioca, também marcada pela falta de ordenamento e por um colapso nos transportes públicos. Os problemas ocorrem enquanto o prefeito Marcelo Crivella faz uma viagem pela Europa, e o governador Luiz Fernando Pezão descansa em Piraí, sua cidade natal, no interior do estado. Coube ao comandante-geral da PM, coronel Wolney Dias, a tarefa de tomar uma medida. Sob o argumento de que "o cobertor é curto", ele anunciou ontem um remanejamento de parte do efetivo de 17 mil homens mobilizados para a festa que, segundo a Riotur, reúne este ano 6,5 milhões de pessoas. Mas uma das soluções encontradas pelo oficial foi deslocar para a orla da Zona Sul e o Centro equipes do Batalhão de Choque que reforçam o policiamento na Rocinha, alvo há cinco meses de operações e de uma disputa do tráfico.

— Estamos com poucas viaturas, o que não dá visibilidade ao nosso trabalho. Veja, por exemplo, como foi o Bloco da Favorita (*que, no sábado, levou quase 700 mil pessoas à Praia de Copacabana*). Do alto, grupos de policiais, misturados à multidão, pareciam pontinhos — lamentou Wolney.

Horas antes de o comandante da PM dar a entrevista, o porta-voz da corporação, major Ivan Blaz, disse à Globonews que órgãos de ações sociais têm que atuar mais nas ruas e recomendou aos foliões que "não ostentem joias" e evitem fazer selfies com celulares.

— Pedir isso é lamentável, mas, infelizmente, é a realidade que vivemos — justificou Blaz.

Crivella chegou ontem a Frankfurt, na Alemanha, onde deu início a um giro por quatro países. Em um vídeo nas redes sociais, ele avisou que viajou em busca de soluções, "inclusive tecnológicas", para o Rio, contrariando a promessa, feita no último dia 5, de que iria aos desfiles na Sapucaí. Em sua nova agenda, consta uma visita a uma agência espacial que produz drones para projetos de segurança. Pezão, que, às vésperas do carnaval, chamou de "bem engrenado" o planejamento para a folia, reconheceu, após os arrastões, a necessidade de mudá-lo:

— Estamos com o efetivo máximo, mas já pedi para reforçar o policiamento em toda a orla.

TRÊS QUEIXAS DE TURISTAS A CADA HORA

Quem ficou no Rio, em especial na Praia de Ipanema, no sábado e no domingo, sentiu na pele as falhas do esquema de segurança. Bandidos fizeram três arrastões na altura do Posto 8, e, entre as vítimas, havia vários turistas estrangeiros. Somente das 8h às 16h de ontem, a Delegacia de Atendimento ao Turista registrou 26 ocorrências, o que dá três queixas por hora. Normalmente, são seis casos por dia. Dois italianos foram feridos na cabeça, e foram levados a um hospital. Uma chinesa e uma alemã levaram socos no rosto, além de chutes. Uma argentina que passeava com um bebê foi jogada ao chão. O espanhol Nicolas Ctambolsky contou ao "RJ TV", da Rede Globo, como foi uma das ações:

— Chegaram uns caras no calçadão, seguraram minha namorada e bateram em mim. Roubaram nossos celulares.

Vítima de um outro arrastão, Alan Machado, morador de Volta Redonda, disse que foi atacado por oito criminosos. Muito machucado, ele desmaiou.

— Foram muito violentos. Quando recobrei os sentidos, cheguei a ver os bandidos roubando um casal — disse Alan.

No Leblon, dois PMs que tentaram impedir um assalto na Avenida Afrânio de Melo Franco foram baleados, no domingo. Hospitalizados, receberam alta ontem. O autor dos disparos fugiu. No mesmo dia do crime, um policial civil que também abordou ladrões foi espancado, em Copacabana. Um grupo de jovens o cercou na Avenida Atlântica e chegou a usar uma cadeira para agredi-lo.

A onda de violência também chegou aos arredores do Sambódromo, onde o policiamento está reforçado desde sexta-feira. O cantor e compositor Moacyr Luz foi assaltado pouco depois de sair de um táxi para desfilar pela Paraíso do Tuiuti, na madrugada de ontem. Três bandidos roubaram a carteira, o celular e até uma fantasia, que o sambista usaria na Mangueira, onde também desfilaria.

— Não vi polícia alguma. Está muito difícil viver aqui, no Rio — reclamou Moacyr Luz.

Ainda na região do Centro, O GLOBO flagrou, ontem à tarde, um espancamento. Quatro homens atacaram um jovem na Avenida Mem de Sá, próximo aos Arcos da Lapa, no início da tarde de ontem. Acusado de roubo, ele caiu desfalecido numa calçada após levar socos e chutes e receber uma gravata. Os agressores foram embora caminhando, já que não havia policiamento.

Também ontem, foi enterrado o estudante David Weber Rodrigues, de 18 anos. Ele estava hospitalizado desde o último dia 31, quando foi atropelado durante um assalto na Vila da Penha. Dois ladrões fugiram numa moto com o celular do rapaz e um pedaço de bolo que ele levava para a mãe. ●

MARCELO PÉGUA

Espancamento. Após levar vários socos e chutes, homem caiu desfalecido na Lapa. Os agressores foram embora caminhando normalmente, já que não havia policiamento

MARCOS DE PAULA

Dor. Uma chinesa coloca gelo no rosto ao sair de uma delegacia com uma amiga alemã: agredidas em Ipanema

> "Não ostentar joias nem ficar com celular fazendo selfie no meio da multidão. Isso são recomendações repassadas pelas autoridades de segurança do mundo todo"
>
> **Major Ivan Blaz**
> Porta-voz da PM

> "Eles foram muito violentos. Quando recobrei os sentidos, cheguei a ver os bandidos roubando um casal"
>
> **Alan Machado**
> Turista assaltado

Indio da Costa quer tirar carnaval das mãos de Crivella

Pré-candidato do prefeito ao Palácio Guanabara quer festa organizada pelo governo do estado

THIAGO PRADO
thiago.prado@oglobo.com.br

O prefeito Marcelo Crivella poderá deixar de organizar o carnaval carioca caso seu candidato a governador vença as eleições. Durante a campanha para o Palácio Guanabara deste ano, o ex-secretário municipal de Urbanismo Indio da Costa vai propor a transferência da organização da festa no Sambódromo para o governo do estado, que enfrenta calamidade pública. Ele acredita que tirar a festa das mãos da prefeitura pode ser importante para construir um novo modelo de captação de recursos na iniciativa privada. Indio afirma que Crivella não deverá se opor à ideia, embora ainda não tenham conversado sobre o tema.

— O Sambódromo foi construído pelo governo do estado e várias das escolas mais importantes que desfilam na Avenida estão em Niterói ou na Baixada Fluminense. Poderíamos colocar ensaios e outras atividades nas quadras destas agremiações em uma versão estadual do programa Rio de Janeiro a Janeiro. — afirma, em referência ao calendário oficial de eventos lançado pela prefeitura em 2017.

PABLO JACOB

Ponte aérea. Doria (ao centro) e Indio: juntos na Avenida

O ex-secretário afirma que há muito o que melhorar na Sapucaí, especialmente nos quesitos iluminação e qualidade do som. No ano passado, um projeto de reforma da Sapucaí chegou a ser levado para Crivella, mas o prefeito descartou qualquer investimento devido à crise financeira nas contas municipais. Indio afirma que está modelando um projeto junto aos empresários Roberto Medina e José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, para o carnaval carioca depender apenas de recursos privados no futuro. Ontem, enquanto Crivella estava fora do país, coube ao ex-secretário ciceronear o prefeito de São Paulo, João Doria, em visita ao Sambódromo.

— A festa movimenta muitos recursos, não é possível que continue sendo necessário aporte de dinheiro público. É preciso abrir a caixa-preta da Liesa (Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro) — diz Indio, que não descarta tirar a entidade do controle da festa.

Durante a gestão do ex-prefeito Eduardo Paes, três concorrências chegaram a ser abertas para licitar o carnaval. Em 2010, Paes cancelou a última licitação após convencer o Ministério Público de que apenas a Liesa, e nenhuma empresa, se interessara pelo carnaval da Sapucaí. ●

Ainda sobre o tema arrastão, o jornal apresenta o discurso de Alan Machado, um morador de Volta Redonda (cidade do interior do Rio de Janeiro) que resolveu curtir o carnaval na capital e foi atacado por oito criminosos. Perguntado sobre a sua experiência com a violência, Machado explicou: “[os criminosos] foram muito violentos. Quando recobrei os sentidos, cheguei a ver os bandidos roubando um casal” (O GLOBO, 2018, p. 05).

Os casos de violência não atingiram só aos turistas, os policiais também foram vitimados. No Leblon, dois policiais militares tentaram impedir um assalto e foram baleados. O autor do disparo fugiu. Um policial civil, que abordou outros ladrões, foi espancado, em Copacabana. Um grupo de criminosos cercou o policial civil na Avenida Atlântica, e chegou a usar uma cadeira para agredi-lo.

Só na terça-feira (13/02/2018), depois de dois dias de carnaval, o comandante geral da Polícia Militar, coronel Wolney Dias, refez as táticas de policiamento e remanejou os policiais de acordo com a demanda de cada bairro. Foram colocados quase 15 mil policiais patrulhando o Centro e a Zona Sul - áreas com maior número de foliões e blocos de rua. No entanto, o jornal lembrou que o cantor e compositor, Moacyr Luz, estava indo para o Sambódromo, desfilar pela Paraíso do Tuiutí, quando foi assaltado. Três bandidos levaram sua carteira, celular e fantasia. Ao contar essa história, a narrativa jornalística destacou uma frase de Moacyr Luz como uma forma de criticar o trabalho do coronel Wolney Dias: “não vi polícia alguma. Está muito difícil viver aqui no Rio” (O GLOBO, 2018, p. 05). O assalto do cantor também revelou que o plano de segurança pôde ter dado prioridade aos pontos turísticos, principalmente aos localizados na Zona Sul, por isso poucos policiais estavam no Centro.

Notamos que o caos narrado pelo jornal não é apenas uma forma negativa de representar a cidade, é também um olhar sobre as contradições da sociedade urbana contemporânea. As narrativas jornalísticas de O Globo se empenham em apresentar os fenômenos detestáveis e temerosos do Rio de Janeiro, assim como a fragmentação dos vínculos sociais e o aviltamento da noção de civilidade. Em “Arrastão de violência”, os espaços urbanos são representados como decadentes, onde os laços sociais são tão frágeis que os medos de espancamentos, arrastões e assaltos dominam as experiências cotidianas e, com frequência, servem para justificar o endurecimento da lei, da ordem e do controle.

A “Arrastão de violências” aponta que a polícia não é capaz de cumprir suas funções de controlar e punir, deixando a cidade ser apoderada pela desordem. A

efetividade do trabalho da Polícia Militar, do prefeito e do governador foi questionada. De forma indireta, a matéria sugere que as autoridades municipais, estaduais e policiais não são capazes de manter o Rio em ordem e seguro. De acordo com a bagagem cultural do leitor, ele pode compreender que só as intervenções militares poderiam solucionar esse problema, pois elas são pensadas e gerenciadas pelo Exército, que atua com uma certa liberdade por responder apenas ao presidente do país. É, portanto, uma narrativa que tende a reforçar a indispensabilidade dos planos de segurança repressivos, um endurecimento das leis e das punições.

De acordo com Sennett (1988), a civilidade é o ato de ver e tratar o outro como estranho e, mesmo assim, manter relações sociais com ele. Para o autor, seria impossível pensar a cidade ignorando o exercício da civilidade, pois esse é o lugar onde esses estranhos inevitavelmente se esbarram, utilizam o mesmo transporte público, transitam pelas mesmas avenidas, frequentam as mesmas praças. É por intermédio dessas relações que a cidade se configura (ou deveria) como um espaço de encontro entre os diferentes e os estranhos, onde nem sempre importa saber o nível de instrução do outro, sua classe social ou suas vivências pessoais, o importante é estar junto, respeitando as diversas formas de ser, de viver e de pensar.

No entanto, ainda segundo Sennett (1988), as ideias e as práticas do viver em comum, estando próximo aos outros que são diferentes, vêm se reduzindo na contemporaneidade. Cada vez mais, os sujeitos estão convivendo com o idêntico e o próximo, evitando o contato com o estranho e o distante. Dessa maneira, a cidade vai se organizando e produzindo artifícios para afastar os indesejáveis (os pobres, as pessoas em situação de rua, os desempregados) e isolando as localidades consideradas perigosas (favela e o subúrbio). E, aos poucos, o espaço privado (convivido pelos iguais) vai se sobrepondo ao espaço público (habitado pelo diferente).

Na matéria, percebemos que o carnaval do Rio, especialmente os blocos de rua, se configura como um lugar onde os diferentes se encontram e, de certa forma, mantêm alguma relação por poucos dias. Apesar dos conflitos que surgem e dos possíveis choques causados por esse encontro, os foliões das mais diversas origens, raças, sexualidades e classes transitam pelos mesmos becos e avenidas, seguem o mesmo bloco, cantam e dançam ao som da mesma fanfarra. O encontro é a potência desse megaevento, mas ela tende a se esvair (pelo menos para algumas

pessoas/grupos) na medida em que O Globo vai gerando sentidos que remetem ao medo e ao perigo de estar junto na rua, nesse espaço que é público por excelência.

3.3 **Violência Policial**

O medo da violência policial e de assassinato foram lembrados pelo jornal O Globo com o propósito de legitimar a intervenção militar no Rio de Janeiro. Dois casos específicos foram trazidos à memória dos leitores, buscando dialogar com o temor da violência praticada por policiais, incluindo homicídios em decorrência de intervenção policial: a chacina em Costa Barros e o assassinato da turista espanhola Maria Esperanza. Analisamos as coberturas feitas pelo jornal a respeito desses dois casos, procurando entender quais eram os planos de seguranças defendidos para solucionar o problema da violência policial e o porquê desses dois acontecimentos específicos terem sido lembrados pelo jornal no período em que se discutia a pertinência e a legalidade do Exército na rua.

A chacina de Costa Barros (Zona Norte do Rio) aconteceu em 28/11/2015, depois que cinco amigos de infância foram assassinados com 111 tiros por policiais militares. Roberto de Souza Penha (16 anos), Wilton Esteves Júnior (20 anos), Carlos Eduardo de Souza (16 anos), Wesley Castro Rodrigues (25 anos) e Cleiton Corrêa de Souza (18 anos) foram assassinados dentro de um carro, depois de um dia inteiro de comemoração pelo primeiro salário de Roberto, que era jovem aprendiz no mercado Atacadão de Guadalupe. Os policiais Thiago Resende Viana Barbosa, Marcio Darcy Alves dos Santos, Antônio Carlos Gonçalves Filho e Fabio Pizza Oliveira da Silva foram responsáveis por esse crime, todos eles eram do 41º Batalhão da Polícia Militar de Irajá – o mesmo batalhão que matou Maria Eduarda em uma escola municipal, aquele que tem o maior histórico de autos de resistência da capital fluminense.

Afinal, por que a chacina aconteceu? Os policiais estavam procurando os assaltantes que teriam roubado e sequestrado um caminhão da empresa de bebidas Ambev, possivelmente em Costa Barros. Eles teriam apenas uma pista: os responsáveis pelo roubo do caminhão estavam em um carro e uma motocicleta, assim como os meninos assassinados. Wilton dirigia o carro com Roberto, Wilton, Carlos e Cleiton como passageiros, eles eram acompanhados pela moto dirigida por Wilkerson (irmão de Wilton), que carregava seu amigo Lourival. Eles foram parados pelos policiais, e depois foram fuzliados. Com a intenção de justificar o crime, os agentes

envolvidos, em depoimento à polícia, disseram que o motoqueiro, o motorista e os passageiros dispararam contra eles. Então, teoricamente, respondendo a esses ataques, os PMs fizeram mais de 50 disparos de pistolas e fuzis contra esses jovens.

É importante lembrar que casos como esses não são excepcionais, pelo contrário: os assassinados pela polícia têm raça, classe, idade e sexo. Quase todos os indivíduos são do sexo masculino (99,3%), negros e pardos (75,4%), na faixa etária de 20 a 24 anos (33,6%) com pico aos 20 anos, e baixa escolaridade (81,5% possuíam ensino fundamental incompleto ou completo)[23]. Além disso, de acordo com o Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial, um jovem negro tem 2,5 vezes mais chances de ser vítima de homicídio no Brasil do que um jovem branco[24].

De acordo com a “PMs atacam carro a tiros e matam 5 jovens”, publicada pelo O Globo em 30/11/2015, os moradores de Costa Barros disseram à 39ª Delegacia de Polícia da Pavuna (responsável pela investigação) que os jovens não atacaram os agentes, e mesmo assim foram assassinados. Também revelaram que os policiais colocaram uma pistola falsa ao lado do veículo com a intenção de incriminar as vítimas. Os testemunhos dos moradores de Costa Barros são importantes para o entendimento do caso, pois revelam as contradições nos depoimentos dos policiais.

Os pais dos meninos também foram ouvidos pelo jornal. O pai de Roberto, o soldador Jorge Roberto Penha, de 48 anos, explicou que “a mãe dele está em choque. Foi uma barbárie. Nunca ouvi tanto tiro na minha vida” (O GLOBO, 2015, p. 07). O jornal explica que Marcia Oliveira, mãe de Wilton, estava muito abalada e não parava de chorar, por isso o próprio jornalista resumiu o que Marcia queria dizer: “ela contou que o jovem era bom aluno e terminava um curso profissionalizante de administração e contabilidade. O filho mais novo, de 16 anos, estava na moto que seguia o Palio. Ele viu o irmão ser morto” (O GLOBO, 2015, p. 07). O pedreiro Júlio César, pai de Wesley, conclui: “a gente paga impostos e o salário desses PMs para eles matarem nosso filho” (O GLOBO, 2015, p. 07).

---

[23] “Anuário Brasileiro de Segurança Pública”, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2019.

[24] “Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial”, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pela Secretaria Nacional de Juventude, em 2017.

Figura 13 – PMs atacam carro a tiros e matam 5 jovens

Segunda-feira 30.11.2015 | Rio | O GLOBO | 7

PMs atacam carro a tiros e matam 5 jovens

Quatro policiais foram presos. Testemunhas acusam a equipe de ter posto pistola falsa na cena do crime

CARINA BACELAR
carina.gomes@oglobo.com.br

Quatro policiais militares foram presos acusados de ter executado a tiros cinco jovens — dois deles, menores de idade —, no sábado à noite, em um dos acessos ao Morro da Lagartixa, em Costa Barros. Três foram autuados em flagrante por homicídio doloso e fraude processual e um deles apenas por fraude.

As vítimas estavam num Palio branco e haviam passado o dia no Parque Madureira. Os jovens deixaram a comunidade para fazer um lanche e, quando retornaram, por volta de 22h, foram surpreendidos pelos PMs do 41º BPM (Irajá). Os policiais teriam feito mais de 50 disparos, que podem ser de pistolas e fuzis. Os agentes envolvidos, em depoimento à polícia, disseram que os ocupantes de uma moto que seguia ao lado do carro e o passageiro que estava no banco do carona do veículo dispararam contra a guarnição.

"FOI UMA BARBÁRIE", DIZ PAI

As primeiras informações levantadas pela perícia contradizem a versão dos PMs, segundo a polícia, que no entanto não deu detalhes. Quatro testemunhas compareceram à 39ª DP (Pavuna), que investiga o caso, e relataram que os jovens foram baleados pelos PMs sem tê-los atacado.

A polícia apreendeu, próximo ao veículo, uma pistola falsa. Segundo testemunhas, o objeto teria sido colocado no local pelos próprios policiais, para incriminar as vítimas. O caso, que inicialmente foi registrado como auto de resistência, lembra o do jovem morto no Morro da Providência, no Centro, em setembro, onde um vídeo feito por morador mostrou PMs colocando uma arma na mão do rapaz, quando ele ainda agonizava.

Os policiais presos agora — Thiago Resende Viana Barbosa, Marcio Darcy Alves dos Santos, Antonio Carlos Gonçalves Filho (por homicídio doloso e fraude processual) e Fabio Pizza Oliveira da Silva (apenas por fraude processual) — foram levados para o Batalhão Especial Prisional, em Niterói, na tarde de ontem.

As vítimas eram amigos de infância. Wilton Esteves Domingos Júnior, de 20 anos, dirigia o Palio que foi atacado. Também estavam no carro Wesley Castro Rodrigues, de 25 anos, Cleiton Corrêa de Souza, de 18, Carlos Eduardo da Silva de Souza, de 16, e Roberto de Souza Penha, de 16.

Um dos motivos para a reunião dos cinco era celebrar o emprego novo de Roberto. Ele havia acabado de receber o primeiro salário pelo trabalho num mercado de vendas por atacado na Avenida Brasil. O rapaz conciliava a atividade profissional com os estudos na Escola Estadual Professor Murilo Braga, em São João de Meriti.

— A mãe dele está em choque. Foi uma barbárie. Nunca vi tanto tiro na minha vida — contou o pai de Roberto, o soldador Jorge Roberto Penha, de 48 anos.

Muito abalada, a mãe de Wilton, Márcia Oliveira, não conseguia completar as frases sem chorar. Ela contou que o jovem era bom aluno e terminava um curso profissionalizante de administração e contabilidade. O filho mais novo, de 16 anos, estava na moto que seguia ao lado do Palio. Ele viu o irmão ser morto.

— A gente paga impostos e o salário desses PMs para eles matarem nosso filho — emocionou-se o pedreiro Julio César, pai de Wesley. ●

REPRODUÇÃO DO FACEBOOK

16 anos. Roberto de Souza Penha

20 anos. Wilton Esteves Júnior

16 anos. Carlos Eduardo de Souza

25 anos. Wesley Castro Rodrigues

18 anos. Cleiton Corrêa de Souza

Crivado de balas. O Palio das vítimas com as marcas de tiros: foram mais de 50 disparos, que podem ter sido de fuzil

FOTOS DE ROBERTO MOREYRA

Revolta. Pais de vítima se abraçam

Memória

UMA FRAUDE FLAGRADA EM VÍDEO

No dia 29 de setembro, cinco policiais militares foram flagrados alterando a cena de um crime no Morro da Providência. Imagens gravadas por um celular revelaram que PMs puseram uma arma na mão de Eduardo Felipe Santos Victor, de 17 anos, que havia sido baleado, e fizeram disparos, provavelmente com o intuito de deixar marcas de pólvora que sugerissem a ocorrência de um confronto. Dois moradores assistiram à cena, e um deles registrou o flagrante em vídeo. O rapaz, que agonizava, morreu.

A gravação foi entregue à Associação de Moradores do Morro da Providência, que, por sua vez, a repassou à PM.

De acordo com o laudo de necrópsia, o jovem foi morto à queima-roupa. Os policiais envolvidos foram presos por fraude processual. No último dia 9, os PMs tiveram um pedido de liberdade, feito pela defesa deles, negado pela Justiça. O secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, classificou as cenas como "absurdas" e "intoleráveis".

Além de evidenciar o discurso dos pais, a reportagem traz um box memória, lembrando que no dia 29/09/2015, policiais foram flagrados alterando a cena do crime no Morro da Providência, situado na região central do Rio. Gravadas por um celular, as imagens revelam que os PMs puseram uma arma na mão de Eduardo Felipe Santos Victor (17 anos), quando havia sido baleado, e fizeram disparos com o intuito de deixar marcas de pólvora em suas mãos. O cenário construído pelos agentes sugeria a ocorrência de um confronto, mas foi filmado por um morador que assistia a cena. Graças a esse vídeo, os policiais envolvidos foram presos por fraude processual (quando os policiais alteram a cena do crime e, com isso, mudam os rumos da investigação) e ficou confirmado que o jovem morreu à queima-roupa.

Com a união dos depoimentos dos familiares mais o box memória, a narrativa de O Globo reforça a ideia de que a Polícia Militar não teria condições de realizar suas funções sem tirar a vida de pessoas inocentes. Além disso, os testemunhos revelam que os moradores de favela não confiam na polícia, uma instituição que pode ser injusta e criminosa. Especificamente no caso da chacina de Costa Barros,

percebemos que a polícia foi injusta ao matar os jovens, mesmo não sendo capaz de provar o envolvimento deles com o roubo do caminhão e foi criminosa porque quis incriminar as vítimas, dizendo que eles tinham uma arma e que dispararam primeiro contra a guarnição.

Na reportagem “Unidade de Polícia Letal”, publicada em 01/12/2015, o governador e o secretário de segurança falam sobre o caso, mas tratando como um problema individual de cada agente, não como um problema de toda a tropa, como mostram os dados divulgados pelo O Globo. O então governador Luiz Fernando classificou a ação dos policiais como abominável: “cinquenta tiros não são algo trivial. É abominável ver uma atitude como essa em pessoas treinadas para levar a paz. Mandei apurar o caso. O estado não vai tolerar isso” (O GLOBO, 2015, p. 10). Para o secretário de Segurança, José Beltrame, foi uma ação trágica e indefensável: “o que aqueles PMs fizeram transcende qualquer discussão sobre a capacitação da tropa. Para mim, foi a demonstração do caráter deles. Foi uma ação absolutamente desnecessária, exagerada” (O GLOBO, 2015, p. 10).

As narrativas dos especialistas do direito também estavam presentes na reportagem, confrontando as opiniões do governador e do secretário. Manoel Peixinho, especialista em direito constitucional, explicou que a chacina “não é um erro, é execução sumária (...) não há despreparo que justifique tamanha brutalidade e a lógica do ‘atira primeiro, pergunta depois’ que prevalece em regiões pobres da cidade” (O GLOBO, 2015, p. 10). Eurico de Lima Figueiredo também esclareceu que “pelo número de tiros, eles tinham a intenção de matar quem estivesse dentro do veículo (...) é como se, no imaginário desses PMs, submetidos a grande tensão, todo cidadão dessas comunidades fosse inimigo” (O GLOBO, 2015, p. 10). Diferente do governador e do secretário, eles não entendem a chacina de Costa Barros apenas como um desvio de caráter dos agentes envolvidos, mas como um problema que perpassa toda a organização policial e seus planos de segurança.

A reportagem “Os senhores das balas” (02/12/2015) revela o número de mortes decorrentes de ações policiais durante todo o ano de 2015. O levantamento, obtido com exclusividade pelo O Globo, evidencia que os policiais do 41º Batalhão de Polícia Militar (BPM) de Irajá efetuaram 11.560 disparos desde o início do ano, perdendo apenas para o 7º BPM de São Gonçalo, com 15.707 tiros. Somando os números dessas duas unidades com os do 12º BMP de Niterói e do Bope chega a 42.487 disparos. Ainda de acordo com a matéria, o 41º Batalhão de Irajá ocupa o primeiro lugar na posição de batalhões com maior número de mortes decorrentes de ações policiais (67 mortes), seguido pelo 7º Batalhão de São Gonçalo (61 mortes) e pelo 12º

Batalhão de Niterói (54 mortes). Essas estatísticas evidenciaram a alta letalidade desse Batalhão, que era o que mais matava na cidade, sendo o responsável pelo patrulhamento de 15 bairros da Zona Norte: Colégio, Irajá, Vista Alegre, Vila da Penha, Vicente de Carvalho, Vila Cosmos, Guadalupe, Ricardo de Albuquerque, Anchieta, Parque Anchieta, Pavuna, Costa Barros, Barros Filho, Parque Colúmbia e Acari.

Inclusive, o 41º Batalhão de Irajá era o alvo das denúncias da vereadora Marielle Franco (Partido Socialismo e Liberdade), assassinada em 14/03/2018. Uma das vereadoras mais votadas do Rio (46.502 votos), Marielle era relatora da comissão responsável por acompanhar as operações da intervenção militar, avaliar os seus resultados e os impactos no dia-a-dia da população. A investigação de seu assassinato ainda não foi concluída, mas existe a possibilidade de políticos de direita e milicianos (ligados ou não ao batalhão) terem encomendado o seu assassinato. Em sua última denúncia, feita quatro dias antes de ser executada, a vereadora relatou que o 41º BPM atuou em Acari com truculência, invadindo casas, quebrando portões, fotografando moradores e trocando tiros. De acordo com ela, essas violências sempre aconteceram, só que ficaram piores com a intervenção militar.

O assassinato da turista espanhola Maria Esperanza Jiménez Ruiz (67 anos) foi outro exemplo de violência policial. No dia 23/10/2017, durante uma visita à favela da Rocinha, Maria foi morta com um tiro no pescoço, dado por um policial militar. Esse assassinato acabou sendo o clímax de um dia de confrontos na Rocinha: logo de manhã, durante um enfrentamento entre policiais e bandidos, um agente foi baleado no peito (o disparo atravessou o colete à prova de balas) e um outro foi atingido de raspão na cabeça. A Rocinha vivia uma rotina de confrontos há um mês por causa da disputa entre traficantes. O grupo de Rogério Avelino (o Rogério 157) e o grupo de Antônio Bonfim (o Nem) disputavam o controle do tráfico de drogas. Depois de dois dias de intensas trocas de tiros, as Forças Armadas foram chamadas para cercar a favela, junto com as tropas policiais, intensificando as disputas entre os policiais, o Exército e os traficantes.

A estrangeira estava no banco de trás de um veículo com vidros escuros, que havia sido alugado pela agência de turismo Rio Carioca Tour. Com ela, estavam seu irmão, José Luis Jiménez Ruiz, e sua cunhada, Rosa Margarita Martínez. O carro era dirigido por outro turista, o italiano Carlos Zamineta, que ainda levava a guia Rosangela Reñones. A Polícia Militar afirmava que o grupo tinha ultrapassado um bloqueio policial, por isso pensaram que eles estivessem sendo usados para retirar traficantes da favela. O motorista, no entanto, negou ter desrespeitado a ordem da

corporação e só percebeu que o clima na favela estava ruim depois de ter ouvido os tiros que mataram Esperanza.

Os agentes da Corregedoria da Polícia Militar ouviram informalmente o tenente (Davi dos Santos Ribeiro) e o soldado (Luiz Eduardo de Noronha Rangel), acusados pelo crime. Segundo o tenente, ele tentou atirar no chão, mas o disparo acabou acertando em Maria Esperanza. Já o soldado, ele atirou para o alto, tentando chamar a atenção do motorista e dos passageiros. Com base nesses relatos, os agentes do órgão de correição cogitaram autuar o oficial por homicídio culposo, sem a intenção de matar. No entanto, os promotores que atuaram junto à Auditoria Militar decidiram que deveria ser classificado como homicídio doloso ou como dolo eventual, quando o agente assume o rico de matar por imprudência ou incompetência. Ainda, a Corregedoria autuou o tenente e o soldado em flagrante pelo crime militar de disparo de arma de fogo em via pública, já que os dois alegaram, em depoimento, que deram tiros para o alto.

Na época, houve um impasse entre a Corregedoria da Polícia Militar e a Divisão de Homicídios da Polícia Civil sobre quem ficaria responsável pelo inquérito. A Polícia Civil acreditava que a Corregedoria queria investigar o crime com base na lei sancionada por Michel Temer, oito dias antes do assassinato da turista, que transfere para a Justiça Militar o julgamento dos crimes contra civis cometidos por militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem. Na notícia, percebemos que as instituições estavam confusas e não sabiam quem deveria investigar o caso, uma vez que a Lei Federal nº 13.491/2017 era muito recente. Além disso, a Polícia Civil queria ser a protagonista da investigação, evitando que, de forma imparcial, a Polícia Militar julgasse seus próprios agentes. Talvez, como se tratava de uma estrangeira, a Polícia Civil quisesse evitar o surgimento de críticas futuras sobre a investigação e as polícias brasileiras no geral, já que o assassinato de Maria Esperanza foi repercutido pela imprensa internacional.

Havia uma preocupação de O Globo com a imagem da cidade no exterior, pois a imprensa internacional, principalmente a espanhola, repercutiu o crime, destacando o aumento de conflitos nas favelas cariocas. A matéria “Morte afeta imagem da cidade” (24/10/2017), que ouviu principalmente os empresários do setor de turismo, esclareceu que o caso de Maria Esperanza contribuiu ainda mais para difundir a representação de um Rio violento e inseguro.

Figura 14 – Morte afeta imagem da cidade, dizem especialistas

Morte afeta imagem da cidade, dizem especialistas

Para ministro da Defesa, Raul Jungmann, reforço no policiamento da Rocinha gera tensão e estresse

A morte da espanhola María Esperanza vai contribuir ainda mais para difundir a ideia de que o Rio é uma cidade violenta, avaliam empresários que investem no turismo carioca. Mas, de acordo com o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Alfredo Lopes, em circunstâncias parecidas, um incidente como esse poderia ter ocorrido em qualquer país:

— O que aconteceu foi péssimo para o Rio e vai impactar na imagem da cidade. Mas tem que ser levado em conta que poderia ter ocorrido algo semelhante na França, nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar do mundo, por vários motivos, inclusive devido ao terrorismo. Os policiais atiraram contra um carro que estava com película escura nos vidros e não parou após uma abordagem policial — disse Alfredo.

Um dos articuladores da campanha "Rio de Janeiro a Janeiro", que tem como objetivo promover o turismo com a realização de grandes eventos na cidade nos próximos anos, o empresário Roberto Medina lamentou o crime na Rocinha:

— O episódio é um desastre para o turismo da cidade. E o Rio tem um grande potencial. Recente pesquisa do Ministério do Turismo revelou que 92% dos visitantes recomendariam a cidade. Mas a questão da segurança tem que ser resolvida. Só que as ações nessa área são muito lentas. Autoridades federais têm trabalhado em conjunto com a polícia do Rio. Mas, aparentemente, ainda falta uma melhor articulação de esforços — avaliou Medina.

Apesar da crise financeira que afeta o Rio, o presidente da Riotur, Marcelo Alves, disse que confia na capacidade do estado de garantir a segurança. Ele ressalta que, em situações como a que ocorreu na Rocinha, além de causar dor e sofrimento às famílias atingidas, os danos à imagem da cidade são profundos:

— É muito triste que episódios assim continuem a acontecer. Mas a gente continua a confiar que o estado tem capacidade de garantir a segurança de todos.

Consultora em reputação corporativa, Tatiana Maia Lins fará esta semana, no Museu do Amanhã, um seminário sobre a imagem do Brasil como destino turístico. Ela lembra que a imagem do país no exterior já não é boa:

— A cidade já tem uma má reputação, devido à fama de ser violenta. Imagine então para quem não vive aqui saber que quem matou um vistante é um policial que deveria proteger a todos.

Ontem, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que a morte da turista pode ter sido resultado do clima de tensão que impera na Rocinha. No entanto, disse que ainda não tem informações o suficiente para se posicionar em definitivo:

— São 550 homens reforçando o policiamento na Rocinha. Isso gera tensão, estresse.

Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara do Rio, Teresa Bergher (PSDB), criticou a PM:

— Precisamos de uma polícia melhor preparada, e não de agentes que atiram por qualquer coisa, contra inocentes. ●

Vigilância. Militares do Exército patrulham região conhecida como Laboriaux, durante ocupação na Rocinha: tropas federais já deixaram a comunidade

Imprensa internacional repercute crime envolvendo turista espanhola

Sites de notícias destacam aumento de conflitos nas favelas da cidade

Publicações estrangeiras repercutiram ontem, em suas edições eletrônicas, a morte da turista Maria Esperanza. Nos Estados Unidos, o "The New York Times" reproduziu artigo da agência "Reuters", informando que a violência recrudesceu em várias favelas da cidade após a Olimpíada, e que, há mais de um mês, têm ocorrido conflitos na Rocinha.

O britânico "The Guardian" lembrou que o Rio enfrenta dificuldades econômicas e uma crise fiscal que afetou também a qualidade da segurança pública. De acordo com a reportagem, "a medida em que o crime aumentou, as quadrilhas de traficantes recuperaram o território antigo e espalharam seu controle para novas áreas. E os turistas cada vez mais ficam no fogo cruzado". A publicação relembrou outros episódios recentes de violência contra estrangeiros no Morro dos Prazeres, em Santa Teresa, quando criminosos balearam e mataram um italiano, em dezembro de 2016, e um argentino, em fevereiro. O jornal citou ainda o caso da inglesa Eloise Dixon, que em agosto foi baleada por bandidos ao entrar de carro por engano em uma favela de Angra dos Reis.

A guerra na Rocinha também é citada em outras publicações como o "Bild" (Alemanha) e o "El País" (Espanha), que entrevistou o prefeito de El Puerto, David de la Encina. Ele lamentou a morte da moradora da cidade. Segundo o jornal, assim que souberam o nome da turista assassinada na Rocinha, a polícia local fez uma investigação para confirmar que a vítima era María Esperanza. "Estamos comovidos pela perda de uma grande amante de sua cidade e grande empresária com atividade no centro histórico de El Puerto. Ela faz parte de uma família muito conhecida e querida na cidade", afirmou o prefeito.

O site da rede de TV britânica "BBC" lembrou que recentemente o Exército fez uma operação para tentar conter confrontos entre traficantes na comunidade, mas os tiroteios não pararam. A reportagem também menciona que grupos de direitos humanos acusam a polícia de uso excessivo da força em suas ações. ●

AS MANCHETES DE PUBLICAÇÕES ESTRANGEIRAS

Sites e jornais internacionais divulgaram a morte de María Esperanza na Rocinha

The New York Times
AMERICAS
Spanish Tourist Shot, Killed by Police in Rio De Janeiro Slum

Radio Cádiz
La portuense María Esperanza Jiménez Ruiz muere en una favela brasileña

Participaram da cobertura: Ana Carolina Torres, Carolina Heringer, Gustavo Goulart, Jan Niklas (estagiário), Leila Youssef, Luã Marinatto, Ludmilla de Lima, Luiz Ernesto Magalhães, Rafael Galdo e Rafael Soares

Segundo Alfredo Lopes, presidente da Associação Brasileira de Indústria de Hotéis, esse erro policial poderia ter acontecido em qualquer país.

> O que aconteceu foi péssimo para o Rio e vai impactar na imagem da cidade. Mas tem que ser levado em conta que poderia ter ocorrido algo semelhante na França, nos Estados Unidos ou em qualquer outro lugar do mundo, por vários motivos, inclusive devido ao terrorismo. Os policiais atiraram contra um carro que estava com película escura nos vidros e não parou após uma abordagem policial – disse Alfredo (O GLOBO, "MORTE AFETA IMAGEM DA CIDADE", 2017, p. 12).

Roberto Medina, um dos articuladores da campanha "Rio de Janeiro a Janeiro", que tinha o objetivo de promover o turismo pela realização de uma série de megaeventos na cidade, lamentou o episódio, ressaltando o impacto negativo que ele traria às empresas cariocas.

> O episódio é um desastre para o turismo da cidade. E o Rio tem um grande potencial. Recente pesquisa do Ministério do Turismo revelou que 92% dos visitantes recomendariam a cidade. Mas a questão da segurança tem que ser resolvida. Só que as ações nessa área são muito lentas. Autoridades federais têm trabalhado em conjunto com a polícia do Rio. Mas, aparentemente, ainda

> falta uma melhor articulação de esforços – avaliou Medina (O GLOBO, “MORTE AFETA IMAGEM DA CIDADE”, 2017, p. 12).

O presidente da Riotour, Marcelo Alves, ressaltou a sua confiança na instituição policial. Replicando o discurso institucional da PM, ele diz que o Rio ainda pode garantir a segurança de todos. Lembrando que a Riotur – Empresa de Turismo do Município do Rio de Janeiro S.A. é um órgão público da Secretaria Especial de Turismo da cidade do Rio encarregado pela execução de políticas de turismo. Segundo Alves, “é muito triste que episódios assim continuem a acontecer. Mas a gente continua a confiar que o estado tem capacidade de garantir a segurança de todos” (O GLOBO, 2017, p. 12). Enquanto os discursos dos empresários focavam apenas nos prejuízos que o assassinato da turista traria à imagem do Brasil como destino turístico, o discurso da presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara do Rio, Teresa Bergher (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB) ressaltou que “precisamos de uma polícia melhor preparada, e não de agentes que atiram por qualquer coisa, contra inocentes” (O GLOBO, 2017, p. 12). O ministro da Defesa, Raul Jungmann, disse que não tinha informações suficientes para se posicionar, mas explicou que “são 550 homens reforçando o policiamento na Rocinha. Isso gera tensão, estresse” (O GLOBO, 2017, p. 12).

Esses dois casos (e outros analisados neste trabalho) revelaram que “atirar primeiro, perguntar depois” é um procedimento comum da polícia carioca. Nas ocorrências de Maria Esperanza e da chacina de Costa Barros, os policiais atiraram nas pessoas, sem saber se elas realmente estavam envolvidas com criminosos ou algo ilícito. Na chacina, mesmo depois de constatar que os jovens não eram bandidos, os agentes continuaram legitimando essa suspeita no jornal O Globo. Já no caso de Maria, os policiais atiraram porque não pensaram que uma turista estrangeira pudesse estar no veículo; e quando constatada a origem da vítima, disseram ao O Globo que o carro poderia ter sido sequestrado por criminosos. Essas duas narrativas revelam as memórias fixadas por policiais militares do Rio sobre a aparência das vítimas e dos criminosos: uma mulher branca, loira e estrangeira é sempre a vítima; os jovens negros, pobres e favelados, mesmo quando são as vítimas, são tratados simbólica e materialmente como criminosos.

Assim sendo, é possível concluir que diferença entre disparar contra uma espanhola ou um jovem negro é a repercussão midiática e os impactos negativos para o mercado do turismo. Talvez, por isso, a Corregedoria da Polícia Militar e a Divisão de Homicídios da Polícia Civil tenham sido tão eficientes na apuração do caso de Maria Esperanza e na punição dos agentes, que foram presos em flagrante. Logo

após o assassinato de Maria, o tenente e o soldado foram presos em flagrante pela Corregedoria da Polícia Militar. Os dois foram acusados de atirar em via pública, o que é considerado crime militar. Especificamente o tenente, foi incriminado por homicídio. Depois da investigação, os dois, tenente e soldado, puderam responder em liberdade, e continuaram trabalhando em funções internas. Essa rapidez por parte do Estado não se aplicou a outros casos de violência policial, nem às famílias dos cinco jovens que foram assassinados com 111 tiros por policiais militares na favela de Costa Barros. Em 2016, um ano depois, os policiais responsáveis pela chacina de Costa Barros foram presos pelos crimes de homicídio, tentativa de homicídio e fraude processual, mas logo foram soltos para responder em liberdade. Eles também permaneceram na PM realizando as funções administrativas.

3.4 **Confrontos entre policiais e bandidos**

O medo dos confrontos entre policiais e bandidos foi lembrado pelo dossiê, criado pelo O Globo para explicar a importância da intervenção militar para o Rio de Janeiro. Buscando exemplificar esse medo, o jornal lembrou os constantes tiroteios na Cidade de Deus, que paralisaram a Linha Amarela, e a troca de tiros entre traficantes e milicianos que disputavam o controle do território da Praça Seca. Tanto a Cidade de Deus quanto a Praça Seca[25] são regiões da Zona Oeste do Rio. Além disso, o dossiê selecionou uma notícia sobre o aumento no número de policiais militares assassinados, revelando que os civis não são os únicos que sentem o medo dos confrontos. Buscamos entender como a articulação desses casos de confrontos ajudam a legitimar a intervenção. Os medos são superexplorados nessas matérias? Na reportagem, quais são os espaços a serem protegidos? Em contra partida, quais são os espaços entendidos como produtores das inseguranças? São essas questões que esta parte do trabalho se propõe a responder.

Em 31/01/2018, quatro pessoas morreram durante os confrontos entre policiais e criminosos na Cidade de Deus. Um dos mortos era Rodolfo Pereira da Silva, conhecido como Rodolfinho, identificado como um dos responsáveis pelo tráfico de drogas na região. Em decorrência das constantes trocas de tiros na favela, o trânsito da Linha Amarela foi interrompido nos dois sentidos. No total, a via que liga a Zona Norte à região da Barra da Tijuca e do Recreio fechou quatro vezes, entre 11 horas

[25] O dossiê também citou os constantes tiroteios entre traficantes e milicianos que disputavam o controle da comunidade de Bateau Mouche, localizada na Praça Seca, Zona Oeste do Rio. Mas, apesar de lembrados nesse dossiê, os confrontos na Praça Seca tinham sido completamente esquecidos pelo O Globo porque ocorreram durante o carnaval.

da manhã e 13 horas da tarde. Em poucos minutos, centenas de carros e ônibus acabaram encurralados nas pistas. Entre os veículos amontoados, as pessoas se escondiam. Desesperados, alguns motoristas começaram a dirigir na contramão, enquanto outros simplesmente abandonavam os seus automóveis.

A “Cariocas na linha de tiro” (01/02/2018), uma das principais matérias sobre o caso, narrou o desespero de quem estava no meio do fogo cruzado:

> Acompanhada por um homem, uma mulher aos prantos, grávida, corre para escapar de um tiroteio na Linha Amarela. Os dois sentidos da via expressa estão fechados: morteiros são disparados contra veículos, enquanto chamas consomem pneus e pedaços de madeiras jogados no asfalto. O cenário de terror tomou forma ontem pela manhã, depois que um dos chefes do tráfico da Cidade de Deus foi morto, durante a operação policial. Às margens da pista, moradores da comunidade, assustados, buscam refúgio em casas que não oferecem tanta proteção, já que estão cheias de buracos de balas, abertos ao longo de três meses de confrontos quase diários (O GLOBO, “CARIOCAS NA LINHA DO TIRO”, 2018, p. 08).

A narrativa destaca o medo de quem estava na Linha Amarela durante o confronto, lembrando que casos como esse são comuns no Rio: “confrontos entre PMs e traficantes se repetiram 640 vezes em janeiro na Região Metropolitana, segundo um levantamento da equipe responsável pelo aplicativo Fogo Cruzado, que registra informações oficiais e denúncias da população” (O GLOBO, 2018, p. 08). Ou, ainda, em outro momento, foi revelado que “houve, portanto, uma média de 20 tiroteios por dia. A estatística mais que dobrou em relação ao mesmo mês do ano passado, quando foram contabilizadas 317 ocorrências” (O GLOBO, 2018, p. 08). Sobre a Cidade de Deus, a matéria ressalta o seguinte: “A Cidade de Deus, sozinha, teve 42 tiroteios em janeiro deste ano, mais que o triplo do total registrado no mesmo mês em 2017, 13” (O GLOBO, 2018, p. 08).

Segundo Cecília Oliveira, gestora do Fogo Cruzado, os tiroteios são quase diários e acontecem a qualquer hora, afetando a vida dos cariocas que moram nas favelas e fora delas. Seu discurso evidencia os impactos trazidos pelo tiroteio à rotina do Rio.

> Essa situação está arrasando com a vida dos moradores da Cidade de Deus. Muitas vezes, eles não conseguem ir para o trabalho, e, quando saem de casa, ficam presos na via expressa. A violência na região ainda atrapalha cariocas que vivem em outros bairros porque causa um reflexo numa via de grande fluxo, a Linha Amarela. Os confrontos frequentes estão mexendo na rotina de grande parte da população – afirmou Cecília, que defende mais investimentos em trabalhos de inteligência policial para restringir o que chama de “explosão de tiroteios no Rio” (O GLOBO, “CARIOCAS NA LINHA DO TIRO”, 2018, p. 08).

Reforçando os impactos negativos trazidos à cidade pelos tiroteios, os moradores contam suas experiências. Foram ouvidos pela matéria cariocas de muitos

bairros, inclusive das favelas. Os discursos das pessoas que vivem no asfalto representam as comunidades pobres como produtoras de medos e perigos, que inevitavelmente vão afetar outras partes da cidade. Por outro lado, os moradores da Cidade de Deus explicam que esse território, que já teve dias mais tranquilos, atualmente vive um período crítico.

Figura 15 – Cariocas na linha do tiro

8 | O GLOBO

Rio

Quinta-feira 1.2.2018

VIOLÊNCIA DESENFREADA

Cariocas na linha de tiro

Levantamento mostra que Região Metropolitana teve 640 confrontos só em janeiro

FOTOS DE ROBERTO MOREYRA

Em busca de refúgio. Um casal corre pelo asfalto da Linha Amarela durante um dos tiroteios da manhã de ontem: via expressa foi fechada quatro vezes devido a protestos e confrontos entre policiais e traficantes da Cidade de Deus

CARINA BACELAR, FÁBIO TEIXEIRA E RAFAEL SOARES
granderio@oglobo.com.br

Amparada por um homem, uma mulher aos prantos, grávida, corre para escapar de um tiroteio na Linha Amarela. Os dois sentidos da via expressa estão fechados: morteiros são disparados contra veículos, enquanto chamas consomem pneus e pedaços de madeiras jogados no asfalto. O cenário de terror tomou forma ontem pela manhã, depois que um dos chefes do tráfico da Cidade de Deus foi morto, durante uma operação policial. As margens da pista, moradores da comunidade, assustados, buscam refúgio em casas que não oferecem tanta proteção, já que estão cheias de buracos de balas, abertos ao longo de três meses de confrontos quase diários.

Números

20
Média diária de tiroteios na Região Metropolitana durante o mês passado

42
Quantidade de tiroteios registrada em janeiro pelo aplicativo Fogo Cruzado na Cidade de Deus

Situações como a de ontem na Linha Amarela — fechada quatro vezes entre 11h e 13h devido a confrontos entre PMs e traficantes — se repetiram 640 vezes em janeiro na Região Metropolitana, segundo um levantamento da equipe responsável pelo aplicativo Fogo Cruzado, que registra informações oficiais e denúncias da população. Houve, portanto, uma média de 20 tiroteios por dia. A estatística mais que dobrou em relação ao mesmo mês do ano passado, quando foram contabilizadas 317 ocorrências.

A Cidade de Deus, sozinha, teve 42 tiroteios em janeiro deste ano, mais que o triplo do total registrado no mesmo mês em 2017: 13. Ontem, de acordo com investigadores, a confusão na Linha Amarela foi uma reação violenta à morte de três homens durante uma operação da PM, entre eles Rodolfo Pereira da Silva, o Rodolfinho, apontado como um dos chefes do tráfico na Cidade de Deus. Desesperados em meio aos confrontos, vários motoristas começaram a dirigir na contramão, enquanto outros simplesmente abandonavam seus carros.

De acordo com Cecília Oliveira, gestora do Fogo Cruzado, a situação da Cidade de Deus, este ano, é semelhante à da Rocinha: os tiroteios são quase diários e acontecem a qualquer hora, o que afeta a vida de milhares de moradores dessas comunidades. Além disso, os confrontos vêm causando impacto na rotina de todo o Rio.

— Essa situação está arrasando com a vida dos moradores da Cidade de Deus. Muitas vezes, eles não conseguem ir para o trabalho, e, quando saem de casa, ficam presos na via expressa. A violência na região ainda atrapalha cariocas que vivem em outros bairros porque causa um reflexo numa via de grande fluxo, a Linha Amarela. Os confrontos frequentes estão mexendo na rotina de grande parte da população — afirmou Cecília, que defende mais investimentos em trabalhos de inteligência policial para restringir o que chama de "explosão de tiroteios no Rio".

Confusão. Momento de tensão na pista: operação policial começou às 7h, e vários veículos foram abandonados

MORADORES DE VÁRIAS REGIÕES SOFREM

Um levantamento feito pelo GLOBO no perfil do Twitter da concessionária Lamsa, que administra a Linha Amarela, mostra que, ao longo do ano passado, a via teve 15 dias de paralisações no trânsito por causa de confrontos em comunidades. Oficialmente, no entanto, a empresa diz que houve três interdições "motivadas por questões de segurança pública" em 2017.

Morador do Engenho Novo, Francisco Erivaldo Nascimento, de 52 anos, ficou preso em uma das retenções de ontem, dentro de um ônibus da linha 614 (Del Castilho-Alvorada). Ele contou que a viagem transcorria normalmente pela Linha Amarela até o momento em que um grupo de policiais militares passou correndo em frente ao veículo, fazendo disparos com fuzis em direção à Cidade de Deus.

— O ônibus parou, os bandidos revidaram e, de repente, estava em uma guerra. Todos os passageiros se jogaram ao chão, ouvimos muitos tiros. Foi um milagre o ônibus não ter sido atingido. Muita gente pedia para a motorista abrir a porta, o pessoal queria sair correndo, mas ela avisava que isso seria muito perigoso. Não deixou ninguém descer e, em certo momento, acelerou, colocando fim a quase dez minutos de desespero.

Segundo um aposentado que mora há 44 anos na Cidade de Deus, a comunidade vive um dos períodos mais críticos de sua história.

— O primeiro tiroteio de hoje (*ontem*) começou às 7h. Graças a Deus ainda estamos no período de férias escolares, caso contrário, haveria muitas crianças saindo de casa na hora em que a guerra explodiu. Um dos bandidos mortos pela polícia era o segundo mais importante da hierarquia do tráfico, com certeza veremos mais retaliações — disse o morador, pedindo anonimato.

Vera Lúcia Fabris vive a alguns quilômetros da Cidade de Deus, no Recreio, mas também sofre com a violência desenfreada da comunidade.

— Sempre passo pela Linha Amarela, e vejo que a situação está ficando fora de controle. Vi as duas pistas paradas, policiais armados no asfalto, gente chorando. Hoje, qualquer carioca está com medo de sair de casa — afirmou Vera Lúcia.

O governador Luiz Fernando Pezão também comentou a violência na Zona Oeste:

— Hoje, a gente paga um preço pela omissão anterior. Desde 2014, quando entrei no governo, a primeira coisa que pedi em Brasília foi apoio (*à segurança pública*). O tráfico tem arsenal em várias comunidades, na Cidade de Deus não é diferente.

Já o secretário de Segurança, Roberto Sá, disse que as cenas vistas na Linha Amarela são imagens de uma pasta que luta "com os recursos que tem":

— O fechamento da Linha Amarela foi uma resposta do tráfico a uma ação da polícia contra o crime. É lamentável ver, mais uma vez, uma via tão importante parar devido a uma situação de violência. Mas isso aconteceu porque a polícia está ali, trabalhando para tentar evitar delitos contra a nossa sociedade. ●

'A guerra está em todas as vias'

Em primeira pessoa

LUIS LOBIANCO

"Passo pela Linha Amarela quase todos os dias. Muitas vezes, soube pelo jornal que escapei por pouco de um confronto. Em algumas ocasiões, fiquei preso no trânsito, esperando um tiroteio acabar. Hoje (*ontem*) foi diferente: acabei parando no meio do fogo cruzado, e tive de me proteger das balas. Projéteis estouraram em uma grade perto do carro em que eu estava, do Uber. Fui obrigado a me encolher entre os bancos, e, em certo momento, o motorista acelerou. Foi um livramento! Para ir e voltar de Curicica, as outras opções são a Zona Sul, passando pela Rocinha, e a Estrada Grajaú-Jacarepaguá. Ou seja, o carioca, na verdade, não tem alternativa para fugir da violência, a guerra está em todas as vias. ●

Luis Lobianco é ator

Na figura 15, o morador do Engenho Novo, Francisco Erivaldo Nascimento ficou preso em um dos sentidos da Linha Amarela, dentro de um ônibus da linha 614 que vai de Del Castilho (Zona Norte) à Alvorada (Zona Oeste). Ele esclareceu que a viagem transcorria normalmente até o instante em que policiais militares passaram correndo na frente do veículo, disparando com fuzis em direção à Cidade de Deus.

> O ônibus parou, os bandidos revidaram e, de repente, estava em uma guerra. Todos os passageiros se jogaram no chão, ouvimos muitos tiros. Foi um milagre o ônibus não ter sido atingido. Muita gente pedia para a motorista abrir a porta, o pessoal queria sair correndo, mas ela avisava que isso seria muito perigoso. Não deixou ninguém descer e, em certo momento, acelerou, colocando fim a quase dez minutos de desespero (O GLOBO, “CARIOCAS NA LINHA DO TIRO”, 2018, p. 08).

Vera Lúcia Fabris vive no Recreio, a alguns quilômetros da Cidade de Deus, mas explica que sofre constantemente com a “violência desenfreada” dessa favela: “sempre passo pela Linha Amarela, e vejo que a situação está ficando fora de controle. Vi as duas pistas paradas, policiais armados no asfalto, gente chorando. Hoje, qualquer carioca está com medo de sair de casa” (O GLOBO, 2018, p. 08).

A matéria conta com a perspectiva de um aposentado (não identificado) que mora há 44 anos na Cidade de Deus. Segundo o jornal, o morador contou que o período atual é muito crítico, mas que nem sempre foi assim. Embora O Globo tenha sugerido que a favela já viveu em tempos de paz, o morador não aborda essa questão em sua fala.

> O primeiro tiroteio de hoje (ontem) começou às 7h. Graças a Deus ainda estamos em período de férias escolares, caso contrário, haveria muitas crianças saindo de casa na hora que a guerra explodiu. Um dos bandidos mortos pela polícia era o segundo mais importante na hierarquia do tráfico, com certeza veremos mais retaliações (O GLOBO, “CARIOCAS NA LINHA DO TIRO”, 2018, p. 08).

Essas histórias selecionadas pelo jornal revelam que todas as pessoas que vivem no Rio temem os confrontos entre policiais e bandidos, independente do bairro onde vivem. De fato, estima-se que aproximadamente 4 milhões de moradores do Rio de Janeiro já ouviram tiroteios, considerando moradores de comunidades, 78% deles já viveram essa experiência, valor relativamente próximo aos 73% dos moradores de outros territórios que passaram por situação semelhante. Em média 1,6 milhão de cariocas já ficaram no meio de conflitos armados entre policiais e bandidos, 37% das pessoas que vivem em comunidades e 26% de moradores de outros territórios[26].

[26] Relatório “Rio sob intervenção”, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2018.

As narrativas de autoridades políticas estão na “Cariocas na linha de tiro”, como do governador Luiz Fernando e do secretário de segurança Roberto Sá. Os dois comentaram as cenas de violência na Zona Oeste, defendendo a utilização dos planos de segurança repressivos para o combate ao tráfico.

De acordo com Luiz Fernando, o governo estadual deveria ser menos omisso e pedir ajuda ao governo federal para frear o aumento dos crimes, amenizando os seus efeitos da violência na vida da população. Ao jornal, o governador assumiu que defendia, desde 2014, quando entrou no governo, um plano de segurança semelhante à intervenção militar: com total apoio do governo federal, que só poderia ajudar disponibilizando o Exército e algum dinheiro para a área. Indiretamente, ele estava sugerindo a utilização das Forças Armadas nos planos de segurança do Rio.

> Hoje, a gente paga um preço pela omissão anterior. Desde 2014, quando entrei no governo, a primeira coisa que pedia em Brasília foi apoio (à segurança pública). O tráfico tem arsenal em várias comunidades, na Cidade de Deus não é diferente (O GLOBO, “CARIOCAS NA LINHA DO TIRO”, 2018, p. 08).

Para o secretário de segurança Roberto Sá, que falou especificamente sobre o caso da Linha Amarela, o fechamento dessa via foi uma resposta do tráfico ao trabalho que a polícia vinha realizando na região. Ele não criticou o fato de a polícia ter atirado da Linha Amarela para a Cidade de Deus, aumentando as chances de pessoas serem atingidas por balas perdidas. No lugar das críticas, ele representa a polícia como a instituição treinada para salvar e evitar delitos contra a sociedade.

> O fechamento da Linha Amarela foi uma resposta do tráfico a uma ação da polícia contra o crime. É lamentável ver, mais uma vez, uma via tão importante parar devido a uma situação de violência. Mas isso aconteceu porque a polícia está ali, trabalhando para evitar delitos contra a nossa sociedade (O GLOBO, “CARIOCAS NA LINHA DO TIRO”, 2018, p. 08).

Como consequência do aumento dos confrontos entre policiais militares e bandidos, o jornal lembra da notícia “Estado tem o 99º PM assassinado este ano”, veiculada em 25/08/2017. Ela conta a história do subtenente Mabel Sampaio (53 anos), que reagiu a um assalto na porta de sua casa, em São Gonçalo, e foi atingido por dois tiros. Algumas equipes do 7º Batalhão da Polícia Militar (São Gonçalo) foram acionadas para solucionar um crime em Porto Madama em 24/08/2017, e encontraram Sampaio ferido. Nenhum suspeito foi detido. A Delegacia de Homicídios de Niterói assumiu as investigações. Este foi o 99º assassinato de PM registrado em 2017, era uma média de três por semana até a publicação da notícia. Praticamente no mesmo

horário da morte do subtenente, ainda segundo a matéria, estava acontecendo o enterro do cabo Thiago Rodriguez da Silva (32 anos) encontrado morto no porta-malas de seu carro, em Nova Iguaçu. Ele estava de folga no dia do crime, mas foi sequestrado por traficantes que queriam montar uma boca de fumo perto de sua residência. Thiago estava há seis anos na corporação, lotado na Unidade de Polícia Pacificadora da Ladeira dos Tabajaras, em Copacabana.

O Thiago e Mabel não foram os únicos policiais assassinados no Brasil, pelo contrário: no ano de 2018, ocorreram 343 casos de policiais civis e militares vítimas de crimes violentos letais intencionais, uma redução de aproximadamente 10,4% quando comparado com o ano de 2017 (383 casos). O Estado do Rio de Janeiro refletiu o mesmo padrão do cenário nacional, registrando 89 casos em 2018, enquanto no ano de 2017 foram verificados 104 casos, o equivalente a uma diminuição de cerca de 14,4% dessas ocorrências[27].

Na matéria só existe o discurso da viúva (que pediu para não ter o nome divulgado) de Thiago Rodriguez da Silva. Ela é representada como emocionada e revoltada com a morte do marido.

> Quando o meu filho perguntar pelo pai dele, o que devo dizer? Estou fora de casa, dependendo da ajuda de parentes e amigos, que são aquele com quem eu estou podendo contar. Quando o governador ficou doente, foi internado no melhor hospital. O que o estado pode fazer por minha família? Eu sabia que, a qualquer momento, poderia ser a minha vez (O GLOBO, “ESTADO TEM O 99º PM ASSASSINADO ESTE ANO, 2017, p. 10).

Com o subtítulo “suspeitos são inocentados”, a notícia “Estado tem o 99º PM assassinado este ano” lembra o caso de dois homens, suspeitos de matar um policial militar, que foram inocentados pela justiça. Essa lembrança, no meio de uma narrativa jornalística sobre os assassinatos de policiais, pode produzir sentidos que reforçam a indispensabilidade de mais punições e endurecimentos de leis. Mas, ao mesmo tempo, revelam que pessoas inocentes podem ser presas durante esse processo, mesmo sem provas de seu envolvimento com o crime. Como exemplo, é possível citar a história do soldado Samir da Silva Oliveira, da UPP do morro do São João (Engenho Novo, Zona Norte), atacado por dois homens no bairro do Méier (Zona Norte). Lizien Francisco da Silva Alves (32 anos) e Jamerson Gonçalves de Andrade (30 anos) foram apontados como suspeitos. No entanto, Lizien Francisco não foi reconhecido por

[27] Dados obtidos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019.

qualquer vítima ou testemunha como autor do homicídio. Já sobre Jamerson, foi filmado pelas câmeras de segurança do estacionamento de um shopping na Barra da Tijuca (Zona Oeste) às 18 horas, horário em que o crime ocorreu – a Barra da Tijuca fica a aproximadamente 25km do Méier. A juíza Raphaela de Almeida, da 3ª Vara Criminal da capital, determinou o arquivamento do inquérito e a soltura dos suspeitos, que passaram 13 dias presos.

Notamos que todas as memórias lembradas pelo jornal O Globo no dossiê Força Máxima, produzido para explicar a intervenção militar e a sua indispensabilidade para o Rio de Janeiro, contribuíram com a criação de uma ambiência de medo na cidade, o que ajudou a legitimar esse plano de segurança que militarizou a vida de tantas pessoas. Com o intuito de dialogar com os temores dos leitores, o jornal sugeria o afastamento de alguns lugares, como aqueles que estavam próximos às favelas. Os cariocas que eram entrevistados pelo jornal demonstravam o desejo de evitar as vias públicas, por exemplo. Na matérias jornalísticas, as favelas eram frequentemente representadas como um lugar de perigo, justificando com isso a necessidade de mais repressão aos seus moradores. E os espaços públicos, conforme o jornal, precisavam ser evitados, por também abrigarem muitos perigos. Nesse caso, percebemos que a ambiência de medo criada pelo O Globo produzia sentidos sobre o Rio de Janeiro, assim como interferia na relação entre as pessoas e a cidade.

CONCLUSÃO

> Num mundo que prefere a segurança à justiça, há cada vez mais gente que aplaude o sacrifício da justiça no altar da segurança. Nas ruas das cidades são celebradas as cerimônias. Cada vez que um delinquente cai varado de balas, a sociedade sente um alívio na doença que a atormenta. A morte de cada mal-vivente surte efeitos farmacêuticos sobre os bem-viventes (*Eduardo Galeano – O ensino do medo*)

Essa pesquisa propõe uma discussão sobre jornalismo, violência urbana e militarização da vida. Fruto de uma inquietação, surgiu quando percebi que alguns saudosistas estavam indo às ruas para pedir a volta da ditatura militar, período em que houve repressão a opositores, censura e restrições às liberdades individuais. Eram pessoas que enchiam as avenidas e berravam, exigindo a militarização do cotidiano, o direito de andar armado e o endurecimento das leis. Na medida em que fui considerando a possibilidade de os jornais contribuírem com a produção desses desejos por mais repressão, essa inquietude foi se tornando mais intensa.

Enquanto eu ainda refletia sobre possíveis desdobramentos desse trabalho, o presidente Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro, antigo PMDB) decretou uma intervenção militar no Rio de Janeiro com o aval da Câmara, do Senado e do governador Luiz Fernando (Movimento Democrático Brasileiro). De forma quase imediata, nasceu em mim a vontade de entender esse plano de segurança, seus impactos na cidade e na vida da população. Essa aspiração se tornou mais intensa quando compreendi que era significante ao extremo a utilização do Exército, que é preparado para a guerra, no patrulhamento urbano, controlando os civis e decidindo os rumos de uma área tão importante como a segurança pública. Como essa instituição lidaria com a população? Ela veria algum grupo como inimigo? Se sim, qual grupo? Como os jornais narrariam esse processo e todos os seus impactos na vida das pessoas? Foram as perguntas que motivaram essa dissertação.

Ainda, queria saber o porquê de ter uma intervenção militar no Rio, justificada por um aumento na violência, se foram feitos tantos investimentos em segurança para receber a Copa do Mundo (2014) e a Olimpíada (2016). Antes dos megaeventos, as Unidades de Polícia Pacificadora eram a aposta para a redução da violência. Por que não temos uma cidade pacificada, como foi prometido? Onde estão os legados que seriam deixados pelos eventos? Logo no início da pesquisa, compreendi que a intervenção militar era o legado. O Rio de Janeiro entrou em estado de crise econômica por causa dos altos investimentos em reformas urbanas e planos de segurança exigidos pelos megaeventos. Sem dinheiro, os policiais foram incapazes

de cumprir as suas funções, o que gerou um aumento nos índices de crimes e na sensação de insegurança. Dentro desse contexto, o jornal O Globo começou a representar a cidade como caótica e sem controle, representações que foram utilizadas pelo presidente Michel Temer para a implantação da intervenção no estado do Rio de Janeiro. Então, decidi estudar a intervenção militar no Rio como um legado deixado pelos megaeventos. O objetivo foi identificar e problematizar os sentidos produzidos pelo O Globo, um dos maiores jornais do país, com o intuito de legitimar esse plano de segurança repressivo.

Já nos primeiros contatos com o periódico, notei que os leitores estavam sendo atravessados por narrativas sobre “arrastões de violência”, “medos nas ruas” e “violência desenfreada”. De forma cíclica, os crimes eram narrados e, ao mesmo tempo, a intervenção militar era apontada como uma solução essencial e indispensável para enfrentar a insegurança. Notar a constância desse movimento cíclico nas narrativas jornalísticas me levou a estudar medo e memória. Percebia que os discursos de O Globo abordavam sempre os temas da violência e do medo, apresentando a intervenção militar como solução. Até quando a criminalidade não era a pauta principal da matéria, o jornal se esforçava para falar sobre esse assunto. Era evidente um processo de lembrança e esquecimento: se a violência era constantemente lembrada, outros assuntos tantos eram esquecidos. Considerei, portanto, que o excesso de memórias sobre um determinado assunto e perspectiva não fomentava o pensamento crítico, pelo contrário, sufoca as novas leituras do universo social.

Por intermédio de um processo de lembrança e esquecimento, as narrativas jornalísticas produziam memórias que dialogavam com as lembranças de medo dos leitores. Percebemos, então, que as reportagens analisadas nessa dissertação eram capazes de ativar as memórias sensoriais – preservadas por aqueles que vivenciaram determinada situação de violência – ou imaginadas, conservadas por quem não viveu um caso de perigo e, mesmo assim, sente medo porque um amigo dividiu sua experiência pessoal ou porque assistiu na televisão ou leu no jornal. Essas memórias de medo eram produzidas sobretudo pela pouca problematização feita pelo O Globo a respeito da origem dos crimes e dos planos de segurança para contê-los, além da constante produção de medos referentes ao outro (pobre favelado e suburbano) e ao espaço público. Destacamos, portanto, uma dimensão social da memória, esclarecendo que elas são formuladas principalmente pelo contato entre outros

membros da sociedade e, sem essas referências em comum, esse corpo social não conseguiria se desenvolver.

O Rio de Janeiro vai sendo pensado como militarizado na medida em que utiliza não só os soldados do Exército, mas suas ideologias, armas com alto poder de destruição e táticas de guerra na segurança das cidades. É importante ressaltar que as Forças Armadas são preparadas para a guerra e para a defesa das fronteiras, não tendo condições de patrulhar o meio urbano e solucionar os conflitos entre os civis, funções que só a polícia recebe treinamento para realizar. Sendo assim, é extremamente significante quando o jornal O Globo legitima a utilização do Exército na realização dos planos de segurança do Rio, reforçando a possibilidade de o Exército operar de maneira semelhante à Polícia Militar. Em algumas matérias, era como se os militares pudessem substituir completamente a polícia. Substituir os agentes da polícia pelos soldados do Exército no patrulhamento das cidades não daria certo, pois, embora as duas instituições possam ser entendidas como mecanismo de força coercitiva, não possuem funções semelhantes. Além disso, em casos de abuso de poder, os soldados do Exército são julgados pelos próprios militares, já que faz parte de um universo relativamente fechado e paralelo à vida pública. Nas situações em que o uso da força é extrapolado, a polícia deve responder às instâncias externas como tribunais, Defensoria Pública, promotores, imprensa e autoridades políticas.

No geral, era evidente que o público queria saber detalhes sobre os crimes que ocorriam no Rio e O Globo, por sua vez, alimentou sua audiência com narrativas repetitivas que eram capazes de gerar o medo do outro e dos espaços públicos. Por que consideramos essas narrativas repetitivas? Porque o tema da violência era recorrente, o que gerava a sensação de caos e medo, e a presença dos militares na rua era apresentada como uma solução urgente e indispensável. Ponderamos, inclusive, que o público desejava saber mais sobre os assuntos ligados à criminalidade como uma forma de amenizar a própria ansiedade. Afinal, se a pessoa conhece determinado perigo, ela pode optar por formas de se defender, seja evitando determinado caminho, deixando de frequentar alguns espaços ou exigindo por planos como a intervenção militar.

Os discursos do O Globo sobre a intervenção militar geravam o medo do outro, aquele que devia ser temido e controlado. E, no contexto do Rio de Janeiro, quem seria esse outro? Os pobres, moradores de favela ou subúrbio. Não raras vezes, os pobres eram representados como coniventes com o tráfico ou culpados por crimes, mesmo quando eram as vítimas. Como as favelas e subúrbios eram representados

como produtores da criminalidade, os planos de controle eram aplicados sobretudo nesses espaços. Ignoravam que os crimes também ocorriam em outras partes da cidade, e muitas vezes eram orquestrados pelas classes médias e altas. Esse medo do outro foi potencializado nas reportagens pelo esquecimento das vozes dos moradores da favela, como se esse espaço fosse desprovido de movimentos sociais, associações de moradores e pessoas aptas a falarem sobre elas mesmas. Enquanto os discursos dos pobres eram esquecidos, os especialistas em segurança, além dos próprios policiais e soldados, destacavam a indispensabilidade dos militares para a cidade.

Os medos alardeados pelos jornais serviram de base às estratégias políticas, visto que alguns políticos defenderam a intervenção militar com o intuito de atrair novos aliados e reconquistar a confiança de eleitores antigos. Sem fazer um debate crítico a respeito da violência como consequência da exclusão e da desigualdade social, essas figuras impopulares reforçaram uma lógica dicotômica da guerra que separou um “nós” a ser preservado e um “eles” a ser enfrentado. O governador Luiz Fernando e o presidente Michel Temer, por exemplo, explicaram que o Exército iria combater e vencer a “bandidagem” para proteger as “pessoas de bem”, sugerindo que algumas pessoas necessitavam ser protegidas (as classes média e alta) e outras precisavam ser controladas (normalmente, os pobres). Tanto que as operações militares eram mais brandas em bairros nobres e mais intensas nas favelas.

É possível perceber que os discursos jornalísticos e governamentais sobre a intervenção militar se retroalimentavam e, às vezes, as memórias de medo do passado eram enquadradas para dar sentido ao presente. Em uma vontade que nascia da atualidade, no decorrer da atuação dos militares, a revisita ao passado pelo O Globo tinha o poder de reescrever o que foram os acontecimentos e como eles seriam relembrados. A título de exemplo, citamos o dossiê que o jornal produziu com o objetivo de esclarecer o que era a intervenção militar e a sua importância para o Rio de Janeiro. Nesse dossiê, foram lembrados casos que evidenciavam o medo e a insegurança, a maioria deles aconteceu antes de 2018. Essas histórias foram trazidas de forma simplista, sem problematização, dialogando com os principais medos dos cariocas: balas perdidas; confrontos entre policiais e bandidos; assaltos com ferimentos; e violência policial. Era perceptível que, com a lembrança dessas histórias, o jornal queria reforçar a ineficiência das polícias Civil e Militar, do governador e do prefeito, sugerindo como solução as operações orquestradas pelo Exército, que estava sob as diretrizes do presidente.

Ainda que esta dissertação tenha feito contribuições significativas à área de comunicação, são necessárias novas pesquisas sobre a relação entre o jornalismo e a militarização do Rio. Nos dedicamos a entender como o jornal O Globo legitimou a intervenção militar que ocorreu durante o ano de 2018, reconhecendo que foi um período relativamente curto para conseguir interpretar um processo de militarização que não era novo, em um Rio de Janeiro que é tão complexo. Por isso, seria interessante investigar as outras ações militares que aconteceram no estado, procurando identificar como os jornais validaram todas elas.

Era extremamente perceptível nas reportagens de O Globo um desejo por medidas mais repressivas. O jornal defendia que só o endurecimento na aplicação das leis, o aumento dos aprisionamentos, a redução das liberdades e o investimento em armas resolveria o problema da insegurança no Rio. No entanto, essa pesquisa não conseguiu apontar a partir de quando essa ideia passou a ser apoiada. Em quais momentos da história do Rio de Janeiro, o Exército foi utilizado para o patrulhamento e controle dos corpos? Quais foram os sentidos produzidos pelos jornais ou por outros meios de comunicação para gerar consenso sobre a presença dos militares nas cidades? Os sentidos operados para validar os planos de segurança repressivos vão mudando com o tempo? Seria bastante relevante se outras investigações conseguissem responder a essas questões.

Verificamos que O Globo dialoga principalmente com os temores e os desejos das classes médias e altas do Rio, pessoas que têm condições de viabilizar um capital material e simbólico para a própria proteção. Assim sendo, nesta pesquisa, não tivemos a pretensão de captar os medos gerados por “jornais populares” seja os de grande circulação como Extra e O Dia, ou os empreendidos em favelas por seus próprios moradores como o A Voz da Favela e o Fala Roça. Por isso, seria importante a realização de estudos que comparassem as representações da intervenção militar difundidas por periódicos destinados a públicos diferentes. Por exemplo, os discursos dos jornais O Globo e O Dia se aproximam ou se afastam? Seria notável se futuras pesquisas confrontassem o medo dos pobres e das classes mais abastadas. Será que são os mesmos temores? Os jornais A Voz da Favela e Fala Roça concordam ou confrontam as narrativas do O Globo e do O Dia?

As futuras investigações precisam considerar que o processo de militarização do Rio de Janeiro começou antes da intervenção militar de 2018 e, provavelmente, vai continuar se reinventando e se fortalecendo. Até porque, em 2019, houve mudanças no cenário político nacional e estadual, com a eleição do presidente Jair

Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL) e do governador Wilson Witzel (Partido Social Cristão - PSC). Tanto o presidente quanto o governador defendem ideias que podem militarizar ainda mais as cidades e restringir as liberdades individuais, como o direito de as pessoas portarem armas, o endurecimento das leis e do encarceramento, e a licença para os policiais matarem ainda mais.

Bolsonaro e Witzel defendem planos que são ineficientes, mas que atendem positivamente aos desejos de parte do seu eleitorado. Por exemplo, aumento da dureza das penas não contribuirá para identificar e prender os criminosos mais perigosos como homicidas e autores de crimes mais violentos, pelo contrário, ocasionará no aumento da superlotação dos presídios com criminosos de baixa periculosidade, formado sobretudo por jovens pobres que serão cooptados pelas facções criminosas que também estão dentro das prisões. O acesso facilitado às armas de fogo pode conspirar contra a segurança do lar de quem a porta e contribui ainda mais para a insegurança púbica. Além disso, quanto mais “armas legais”, mais armas circularão no mercado ilegal por furtos, roubos ou extravios. Consequentemente, o aumento da oferta de armas pelo mercado ilegal faz com que o seu valor diminua, facilitando ainda mais o acesso a ela. Dar licença para o policial matar significa um aumento no número de mortes de criminosos, mas também de policiais e civis. Além do mais, tende a elevar a ansiedade da população em vista do crescimento das balas perdidas e dos tiroteios.

Por fim, é notória a contribuição dessa dissertação com os futuros trabalhos de comunicação, e com outras áreas do conhecimento que tenham interesse na interseção entre jornalismo, violência e militarização urbana. Ela também tem a sua importância social na medida em que demonstra como os planos de segurança militarizam a vida de todos que vivem nas cidades, especialmente dos mais pobres. Um exemplo de controle foi a ação de fotografar os moradores da favela com seus documentos de identificação, fazendo um fichamento que seria enviado à Polícia Civil. Ou, ainda, quando agentes do Exército queriam o direito de entrar nas casas da favela sem mandados de busca e apreensão, buscando combater os seus moradores e os traficantes. E o jornalismo, por sua vez, legitimou esses planos militares, como se eles fossem indispensáveis ao Rio.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALMEIDA, Luciana. *Narrar a ditadura: subjetividade e gênero no documentário brasileiro (1996-2013)*. 2017. 216f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2018.

AUGÉ, Marc. *Los nuevos miedos*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2014.

BARROS, Raquel. Rio de Janeiro: o caleidoscópio da militarização urbana. In: LEITE, Marcia; ROCHA, Lia; FARIAS, Juliana (Org.). *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

BENJAMIN, Walter. *O narrador*. São Paulo: Ática, 1985.

BESTETTI, Maria. Ambiência: espaço físico e comportamento. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, pp. 601-610, 2014.

BORGES, Jorge. *Ficções*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BORGES, Wilson. *Narrativas jornalísticas como produção material da cultura: a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade*. 2009. 328f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2009.

BORJA, Jordi, CASTELLS, Manoel. *Local y Global: la gestión de las ciudades em la era da información*. Madri: Taurus, 1997.

____. As cidades como atores políticos. *Revista Novos Estudos (CEBRAP)*, São Paulo, ed. 45, v. 2, pp. 152-166, 1996.

BRODEUR, Jean. Por uma sociologia da força pública: considerações sobre a força policial e militar. *Caderno CRH*, Salvador, v. 17, n. 42, pp. 481-489, set-dez, 2004.

CASTRO, Isabel. *“Só me interessa o que não é meu”: um estudo da montagem de materiais de arquivo em dois filmes brasileiros do período da ditadura militar*. 2018. 287f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2018.

CHALBHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. *Revista brasileira de história*, São Paulo, v. 8, n. 16, pp. 83-105, mar-ago, 1988.

CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CUNHA, Otávio. *O aparente vazio: permanências do golpe e organização da cultura*. 2016. 110f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-

Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2016.

DAEMON, Flora; MENDONÇA, Kleber. Entre a lei e a execução: uma genealogia dos grupos de extermínio na imprensa carioca. In: *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 34., 2011, Recife. Anais do Intercom. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/lista_area_DT1-HJ.htm. Acesso em: 21 out. 2018.

DA MATTA, Heloneida. *Do autoritarismo ao colunismo político: a produção da coluna Informe JB no Governo Geisel (1974-1979)*. 2015. 124f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2015.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

(a) DIAS, André. *A verdade dita é dura: "história da verdade" do/no jornalismo e a ditadura militar no Brasil. 2018*. 388f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2018.

(b) DIAS, Fernando. O medo enquanto emoção social: contributos para uma sociologia das emoções. *Revista Fórum Sociológico*, Lisboa, n. 15/16, série 2, pp. 295-313, set-dez, 2006.

ERNESTO, Ana. *Ver, lembrar e narrar: a conformação das memórias sobre a Ditadura Militar na recepção assistida do audiovisual*. 2013. 140f. Dissertação (Mestrado em Estudos de mídia) Programa de Pós-graduação em Estudos de Mídia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal – RN, 2013.

(A) FERNANDES, Guilherme. *Mentalidade censória e telenovela na ditadura militar*. 2018. 441f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2018.

(B) FERNANDES, Rosangela. *A história se "repete" com o auxílio da imprensa? A estratégia de O Globo em busca de consensos para os golpes de 1964 e de 2016*. 2019. 198f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2019.

FONTINEL, Danilo. *O ovo da serpente, o mito do golpe de estado positivo e a queda: do documentário histórico ao imaginário antropológico da ditadura militar brasileira*. 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

(A) FORTUNA, Érica. *"Aprisionados" pela mídia: representações da redução da maioridade penal pelas páginas do jornal O Globo*. 2017. 100f. Dissertação

(Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

(B) FORTUNA, Vania. *"Rio do Porto Maravilha", Rio de Sentidos: lutas simbólicas por um consenso discursivo de cidade global*. 2016. 206 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2016.

FREITAS, Ricardo. Rio de Janeiro, lugar de eventos: das exposições do início do século XX aos megaeventos contemporâneos. In: *Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 2011, Porto Alegre. Porto Alegre: Anais XX Compós, 2011, p. 01-12.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2014.

GALVÃO, Bárbara. *"O papel do intelectual na construção do consenso durante a ditadura militar"*. 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 2014.

GLASSNER, Barry. *A cultura do medo*. São Paulo: Francis, 2003.

GRAHAM, Stephen. *Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUALA, Chito; BONDONIO, Piervincenzo. Sediar megaeventos ou planejar o legado? In. FREITAS, Ricardo; LINS, Flávio; CARMO, Maria. *Megaeventos, comunicação e cidade*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a "cidade maravilhosa": modernidade, espetáculo e espaços urbanos. *Revista Famecos* – Rio Grande do Sul, v 18, n. 2, pp. 327-347, mai-ago, 2011.

MALAGUTI, Vera. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

____. Prefácio. In: MENDONÇA, Kleber. *A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa*. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.

MATHEUS, Letícia. *Narrativas do medo: o jornalismo de sensações além do sensacionalismo*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

MATHEUS, Letícia; SILVA, Pedro. Território retomado: o noticiário sobre operações militares em favelas no Rio de Janeiro. *Revista Eco-pós*, Rio de Janeiro – RJ, v. 16, n. 3, pp. 44-60, set-dez, 2013.

MENDONÇA, Kleber. *A pacificação dos sentidos: mídia e violência na cidade em disputa*. Rio de Janeiro: Caravanas, 2018.

MILANEZ, Bruno. A desmilitarização da polícia: elementos transdisciplinares para a afirmação de uma lógica policial constitucional. *Revista Justiça e Sistema Criminal*, Curitiba – PR, v. 6, n. 11, pp. 143-160, jul-dez, 2014.

ORLANDI, Eni. *As formas do silêncio*. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2007.

PAIVA, Ellayne. *A cidade para o cidadão: o legado urbano dos Jogos Olímpicos*. 2013. 340 f. Tese (Doutorado Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEREIRA, Mônica. *Jornalistas comunistas na década de 1970: entre a resistência e a adaptação*. 2016. 231f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2016.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 03-15, jan-jun, 1989.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas – SP: Papirus, 1994.

____. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas – SP: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, Lia. Democracia e militarização no Rio de Janeiro. In: LEITE, Marcia. *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. Rio de Janeiro: Marula, 2018.

SÁNCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó – SC: Editora Argos, 2003.

SCHMITT, Elaine. *O golpe civil militar e o jornalismo no interior: análise do discurso produzido pela imprensa da União da Vitória/PR e Porto União/SC em 1964*. 2017. 168f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Programa de Pós-graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

SCHNEIDER, Catarina. *A construção discursiva dos jornais O Globo e Folha de São Paulo sobre a epidemia de meningite na ditadura militar brasileira (1971-1975)*. 2016. 181f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Pedro. *O pânico moral no Rio de Janeiro: análise da cobertura dos eventos de violência de novembro de 2010*. 2015. 246f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

TEIXEIRA, Cristhiano. *Nas entrelinhas da charge: impressões das experiências imaginárias na obra de Henfil (1964-1985)*. 2016. 206f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2010.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2013**.**

VILELA, Roberto. *Boas saídas, melhores entradas: mídia e ano novo no Rio Olímpico*. 2013. 97f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

WHITE, Hyden. *Meta-história. A imaginação histórica do sec. XIX*. São Paulo: Edusp, 2008.

ZIZEK, Slavoj. *Acontecimento: uma viagem filosófica através de um conceito*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.